

# ANAIIS

## I Encontros Imperiais

Sociedade e Política no Brasil Oitocentista



ISBN: 978-85-7064-031-4

**ANAIS**  
**I ENCONTROS IMPERIAIS**  
SOCIEDADE E POLÍTICA NO BRASIL OITOCENTISTA  
UFRN - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Organização dos Anais**

Aldinízia Souza  
Antônia Pedroza  
João Brito

**Supervisão**

José Evangelista Fagundes

**1ª Edição**

30 de outubro a 1º de novembro de 2017

Natal, RN



UFRN/Secretaria de Educação a Distância – SEDIS  
Catalogação da Publicação na Fonte  
Bibliotecária: Cristiane Severo da Silva CRB-15/557

---

I Encontros imperiais: sociedade e política no Brasil oitocentista/Organizado por Aldinízia de Medeiros Souza, Antonia Márcia Nogueira Pedroza e João Fernando Barreto de Brito; Supervisionado por José Evangelista Fagundes. – Natal: SEDIS-UFRN, 2018.  
142p.

ISBN 978-85-7064-031-4

1. História. 2. Brasil. 3. Império. 4. Sociedade. I. Souza, Aldinízia de Medeiros. II. Pedroza, Antonia Márcia Nogueira. III. Brito, João Fernando Barreto de. IV. Fagundes, José Evangelista.

CDU 94 (81)  
E56

---

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

Pró-Reitora de Extensão: **Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes**

Direção do CCHLA: Maria das Graças Soares Rodrigues

Chefia do Departamento de História: Margarida Maria Dias de Oliveira

Coordenadora do LEHS: Carmen Margarida Oliveira Alveal

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

José Evangelista Fagundes – Coordenação do evento

Maria da Conceição Guilherme Coelho – Coordenação do evento

Antonia Márcia Nogueira Pedroza – Coordenação do evento

Aldinizia de Medeiros Souza

Carmen Margarida Oliveira Alveal

Eduarda Ingrid de Gois Torres

Aristildes Moraes da Silva Neto

Clara Maria da Silva

Miquéias de Medeiros Bezerra

Alesy Soares Oliveira

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Prof. Dr. Jose Evangelista Fagundes (UFRN)

Profª. Dra. Maria da Conceição Guilherme Coelho (UFRN)

Profª. Ma. Antonia Márcia Nogueira Pedroza (Doutoranda do PPGH-UFC)

Profª. Ma. Aldinizia de Medeiros Souza (IFRN)

Profª. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN)

Prof. Me. João Fernando Barreto de Brito (Doutorando do PPGH-UFRJ)

Profª. Dra. Vanessa Spinosa (UFRN)

Prof. Me. Eylo Fagner Silva Rodrigues (Doutorando do PPGH- UFC)

### **SECRETARIA DO EVENTO**

Eduarda Ingrid de Gois Torres

Aristildes Moraes da Silva Neto

Clara Maria da Silva

Miquéias de Medeiros Bezerra

Alesy Soares Oliveira

### **ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS**

Aldinizia de Medeiros Souza

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

João Fernando Barreto de Brito

José Evangelista Fagundes

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>5</b>   |
| <b>OS ECOS DO IMPÉRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS SIGNIFICADOS DO TABELIONATO E DA GUARDA NACIONAL PARA AS ELITES POLÍTICAS LIMOEIRENSES (1873-1930) .....</b>                        | <b>7</b>   |
| Cintya Chaves   |            |
| <b>O ALÉM-MUNDO NO IMAGINÁRIO CRISTÃO: AS REPRESENTAÇÕES DO POST-MORTEM NA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1824-1856) .....</b> | <b>23</b>  |
| Juan Ellan de Oliveira Bezerra  |            |
| <b>CONSERVADORES PARTIDOS: AS COMPOSIÇÕES POLÍTICAS DO PARTIDO CONSERVADOR EM ASSU, NO RIO GRANDE DO NORTE (1876 -1884) .....</b>   | <b>39</b>  |
| Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra   |            |
| <b>“ENTRE BARRACOS, HOSPEDAGENS E VAPORES”: MIGRAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE NAS SECAS DE 1877 E 1889. ....</b>   | <b>53</b>  |
| Francisco Ramon de Matos Maciel   |            |
| <b>NAÇÕES MODERNAS? A METRIFICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS COLOMBIANO E MEXICANO (1840-1874) .....</b>  | <b>78</b>  |
| João Fernando Barreto de Brito  |            |
| <b>A ESPETACULARIZAÇÃO DA LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE AS ALFORRIAS “CONCEDIDAS” EM ATOS PÚBLICOS E DIVULGADAS NO JORNAL “O MACAUENSE” (1886-1889) .....</b>                          | <b>100</b> |
| Clara Maria da Silva  |            |
| <b>APRENDENDO “OFÍCIOS DO TRABALHO DOMÉSTICO”, RECIFE 1830 – 1870.....</b>  | <b>112</b> |
| Tatiana Silva de Lima   |            |
| <b>“CONTRA O INIMIGOCOMUM: PERNAMBUCO E PORTUGAL”: NOTÍCIASDA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO JORNAL SPECTADORBRASILEIROEM1824 .....</b>   | <b>125</b> |
| Francisco Weber Pinto Porfirio  |            |

## **APRESENTAÇÃO**

O I Encontros Imperiais é uma proposição de pesquisadores que integram o Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN), cujos interesses de investigação tenham ênfase na história do Brasil oitocentista. Essa é a primeira edição da realização dos Encontros Imperiais, os próximos eventos ocorrerão a cada dois anos e objetivarão fomentar e divulgar o conhecimento produzido por professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras, bem como aproximar as pesquisas desenvolvidas na academia dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro de 2017 pesquisadores de várias instituições se reuniram na UFRN para debaterem sobre questões relevantes da sociedade brasileira do século XIX.

**OS ECOS DO IMPÉRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS SIGNIFICADOS  
DO TABELIONATO E DA GUARDA NACIONAL PARA AS ELITES  
POLÍTICAS LIMOEIRENSES (1873-1930)**

**Cintya Chaves<sup>1\*</sup>**

RESUMO

Este trabalho tem como proposta estudar o protagonismo das elites políticas de Limoeiro do Norte, CE, traduzido em especial na atuação da família Chaves, no período de (1873-1930). Nesse sentido, esta pesquisa se delimitará em compreender as ações, as estratégias e os discursos utilizados por este grupo, bem como a sua atuação nos espaços da administração pública e noutros espaços como forma de manterem-se no poder, tentando perceber como as ações desempenhadas nas diferentes esferas do social se constituíram em espaços de consolidação e de preferência nos processos políticos, inclusive eleitorais. É importante salientar que este estudo já constatou que esta família estabeleceu estratégias bem sucedidas para se sobrepôr a estrutura política local, e que o fato destes sujeitos sociais, deterem cargos institucionais, em especial o de tabelionato, no período Imperial foi basilar para sua proeminência tanto no poder político-partidário local, como estatal, se configurando tal cargo como uma matriz de poder que fundamentou e tornou também inteligível socialmente as relações de poder estabelecidas. No que concerne a noção de Elite, aqui empregado, corresponde a “minoridade que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios [...]. Em sua preeminência plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade [...]. BUSINO, Giovanni. *Elites et élitism*, citado por (HEINZ, 2006. p.07). Nesse sentido, pode-se concluir que, apesar dos indivíduos não serem elite, no sentido ontológico da nomenclatura, e sim estarem como elite, admitindo-se que esta possui um caráter eminentemente posicional, tanto de poder, quanto de status (BORGES, 2011), muitas vezes, já se nasce elite, como é o exemplo desses personagens, que tiveram efetivamente privilégios por terem nascido em uma família que detinha do poder burocrático e político, além de utilizarem essa premissa de “tradição familiar” para compor o seu discurso político. Não obstante, é importante enfatizar, a dimensão interacional de se nascer ou de estar como elite, ou seja, os sujeitos sociais que são elite em um determinado espaço, ao migrarem deste, por exemplo, podem perder sua posição, admitindo-se assim a noção relacional do termo. Para isto, se utilizou como fontes: documentos eclesiásticos, livros memorialísticos, acervos orais. A metodologia consistiu predominantemente na análise dos dados biográficos dos

---

<sup>1\*</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós- Graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará. Professora Substituta na Área de Teoria da História da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisa financiada pela CAPES. Esta comunicação é fruto de um trecho do primeiro capítulo da dissertação intitulada: *A Elite Política e o poder local Cearense em questão: estratégias e discursos para novos espaços de atuação (1934-1974)*, concluída em 2014 sob a orientação do Dr. William James Mello. [cintyachaves@bol.com.br](mailto:cintyachaves@bol.com.br)

indivíduos do grupo como forma de perceber as relações. Ou seja, analisou-se o vínculo de parentesco dos sujeitos que ocupavam os cargos.

Palavras-chave: elites políticas, poder, cultura e política

## **Apresentação**

[...] **Os Chaves**, (Sindulfo e Leonel) foram **sempre Aciolistas**

[...]

Lauro de Oliveira Lima<sup>2</sup>

**À frente do Município, o Prefeito [...] (1904/1912),**  
administrando-o conforme o costume: “**cumprindo as ordens**  
**vindas da capital**”.

Maria Das Dores Vidal & Maria Lenira de Oliveira<sup>3</sup>

O primeiro trecho se refere a uma família que tem por sobrenome Chaves, que atuou em Limoeiro do Norte, município situado no Baixo Jaguaribe, região do Vale do Jaguaribe, interior do Ceará. No tocante a esta seleção espacial, em primeiro momento expressa a curiosidade que o pesquisador possui ante seu lugar de convivência. Ou seja, ilustra as inquietações ante a naturalização dos processos e discursos que atuam no hodierno do “investigador”. Como lembram Benedetto Croce e Mar Bloch, a História não é simplesmente uma ciência do passado, pois tais dimensões, presente, passado e futuro, são complexamente interligados.

Limoeiro do Norte foi objeto de interesse também, porque conseguiu certa proeminência em relação a alguns outros municípios do interior do Ceará, em especial do Vale do Jaguaribe. Lógico, também, que tal percepção, por vezes exagerada e enaltecida, faz parte de uma homília limoeirense, mas que possui, em uma medida ajustada, procedência. Nesse sentido, até mesmo entender os processos que dão margem a estes discursos, e a participação dos atores sociais nela, por si só já seriam instigantes.

No que diz respeito à escolha por esta família, deu-se por ter se percebido, em investigações anteriores, o quanto a mesma é emblemática para se pensar o poder local e as relações do interior com a capital em seu aspecto político, no período. O que a tornou objeto deste estudo foi o fato de sua articulação bem sucedida para se manter tantos anos no poder, relacionando-se em diferentes períodos, tão próximos com os agentes do Estado.

---

<sup>2</sup> Lembrado por ser um educador limoeirense, bem sucedido. (Grifos meus).

<sup>3</sup> Descendentes da família Chaves, não por laços consanguíneos, mas por afinidade, como as próprias autoras se intitulam, em outra obra de suas autorias. (Grifos meus).



Com relação à delimitação temporal, o ano de 1873 é o ano de instalação da Vila, momento em que um membro da família conseguiu o cargo de tabelião do cartório, sendo identificado por este estudo como um meio de poder basilar para sua proeminência tanto no poder político-partidário local, como estatal, se configurando tal cargo como uma matriz de poder que a fundamentou e tornou também inteligível socialmente as relações de poder estabelecidas. Portanto, a relevância deste trabalho para a História do Ceará situa-se no âmbito de entender quais as principais estratégias utilizadas pela elite política interiorana para conseguir se consolidar tantos anos no poder, chegando, inclusive, a içar cargos estatais, produzindo, portanto ecos de suas ações, de suas crenças, de sua política para o Estado inteiro, não só mais para o seu interior.

### **Os Chaves e sua relação com o Governo do Estado do Ceará no Império e na Primeira República**

Em janeiro de 1912, ocorreu a deposição do “governador do Ceará” Antônio Pinto Nogueira Accioly.<sup>4</sup> O mesmo, juntamente com o seu grupo oligárquico, por cerca de 20 anos monopolizou “o poder local”, “prática” política desenvolvida em especial a partir de 1892, onde na maioria dos Estados, foi comum o mesmo grupo ocupar os cargos de poder, até por mais tempo do que o período citado. No Ceará, neste período, os Accioly foi o grupo de mando, “pois o Governo Federal, através de mecanismos evitava que os opositoristas se elegeassem para quaisquer cargos. Nos diversos Estados, os “coronéis” realizavam um pacto de apoio mútuo com o chefe oligarca”.<sup>5</sup>

Em Limoeiro do Norte, os chefes dos Accioly eram a família Chaves, como trata a primeira epígrafe da apresentação deste artigo. Não obstante, com o advento da República, os Accioly e os grupos oligárquicos foram “retirados” do governo estadual, pois os sujeitos defensores da república cearense eram, segundo Virgínia Silva, “médios proprietários e funcionários graduados, inclusive militares, que conseguiram tomar o poder estadual e nele se manter”<sup>6</sup>. Entretanto, narra a autora:

---

<sup>4</sup> O “chefe” Accioly mesmo exerceu três mandatos, 1886 a 1900, 1904 a 1908 a 1912, ano de sua deposição.

<sup>5</sup> SILVA, Maria Virgínia Tavares da. *Crise na Política dos Governadores: o Declínio de Accioly no Ceará (1912-1914)*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1982. p. 236. Mimeo.

<sup>6</sup> Idem, p. 237-238.

*[...] As próprias divergências dos republicanos nacionais acabaram enfraquecendo os republicanos cearenses, que possuíam já grandes dificuldades em disputar sua manutenção no poder com as antigas oligarquias. Quase dois anos depois da Proclamação (1891) os republicanos cearenses dividiram-se em “cafinfins” e “maloqueiros”. Mais tarde (1892) os “cafinfins”, adeptos do florianismo, aliaram aos Accioly e a outros oligarcas. Os “maloqueiros”, por sua vez, juntaram-se àqueles antigos oligarcas que (ao exemplo dos Paula Rodrigues) se identificaram com a política centralizadora de Deodoro. Entre 1890 e 1892, Nogueira Accioly, autodenominou-se “adesista” tinha levado a empenho arregimentar seus correligionários, do período imperial, numa frente que se chamou “União Republicana”.<sup>7</sup> (grifos meus)*

No plano de Limoeiro do Norte, quem liderava os cafinfins eram os Chaves, e quem liderava os maloqueiros eram os Oliveira Lima. Estar ao lado de Accioly era a garantia de continuar ocupando certos cargos públicos, funções de mando, que só pessoas de estrita confiança deste, que no caso em Limoeiro, eram a família Chaves e também os Nunes, como coloca Lauro de Oliveira Lima<sup>8</sup>, “[...] foi Accioly amigo dos Chaves (ou dos Nunes?), quem elevou a vila à categoria de cidade (1897) [...]?” Ou seja, pelo trecho, especificamente a data, percebe-se que, nesta empreitada, apelidada “União Republicana”, Nogueira Accioly prosperou, pois, em 1897, estava operacionalizando suas relações correligionárias, através de ações como elevar a vila à categoria de cidade.<sup>9</sup>

Apesar de tal aliança ter perdurado, na deposição de Accioly em 1912, quando Francisco Celestino Chaves era prefeito de Limoeiro do Norte, desempenhando o papel de corromper as eleições através do “bico de pena”, para que só ocupassem o poder agentes interessantes para a família e seu grupo; os Chaves, inteligentemente, ao perceberem que o governo de Accioly encontrava-se em declínio, passaram a apoiar Franco Rabelo:

*Os Chaves (Sindulfo e Leonel) foram sempre aciologistas. Ocorre que, por motivos que não conseguimos descobrir, estavam, na oposição, por ocasião da deposição de Nogueira Accioly (1912), concorrendo para colocar Franco Rabelo como governador.<sup>10</sup>*

<sup>7</sup> Ibidem, p.238.

<sup>8</sup>LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza: A. Almeida, 1997, p. 337.

<sup>9</sup>Neste trecho não está também se afirmando que Limoeiro do Norte não estivesse sob os possíveis “padrões” para se elevar uma vila à cidade, pois apesar de ser uma questão interessante a ser investigada, não foram encontradas fontes que “enunciasses”, de alguma forma, tal pressuposto, devido também este não ser o foco deste estudo. Entretanto, o que está se enfatizando são os estreitamentos das relações de uma liderança de âmbito estadual com os seus líderes correligionários municipais, ou seja, as possíveis relações de troca, de benefícios mútuos.

<sup>10</sup>LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza: A. Almeida, 1997, p. 337.

Este estudo interpreta este ocorrido, como uma postura desenvolvida por esta família de estar próxima de quem está ou de quem possui maior possibilidade, de fato, de ocupar o cargo mais alto na esfera estadual. Como a família já havia conseguido ocupar cargos de repercussão estadual (a exemplo, no período Imperial, quando Leonel Chaves foi deputado estadual, como será abordado *a posteriori*), não queria perder os vínculos que possibilitavam uma possível ascensão, nem o respaldo e a projeção já trilhada. Afinal, a deposição de Accioly em detrimento do governo de Franco Rabelo não trouxe transformações significativas. Houve apenas uma mudança de grupos políticos no poder estatal, pois no poder local, pelo menos em Limoeiro do Norte, a liderança política continuou concentrada na família Chaves, que já desfrutava de poder desde o Império, conseguindo mantê-lo devido à artimanha de saber o momento certo de mudar de lado, escolhendo aqueles que tinham mais chances de ocupar o poder máximo na esfera estadual.

Entretanto, o governo de Franco não persistiu, e Accioly que a primeiro momento tinha feito um pacto com o primeiro, devido a duvidosa vitória de Franco Rabelo, estabelecendo apoio, mas também acordos em benefício próprio e de seu grupo, organizou um forte movimento de caráter opositor. Em contrapartida, Franco Rabelo agiu de forma retaliativa, tentando desmontar o “acciolyismo” no Cariri, região do sul do Ceará, tida pelos historiadores<sup>11</sup> como a principal base política do governo de Accioly. Assim, a mando de Franco Rabelo, o prefeito do Crato, cidade da referida região, Antônio Luiz Alves Pequeno, que era primo de Accioly, foi preso e substituído por José André, “rabelista”, sob a alegação de ser em nome da ordem e da “batalha” contra a bandidagem.

Em meio a estes desentendimentos, os Chaves, que eram “Acciolyistas” e depois “Franquistas”, neste cenário já integravam as bancadas da oposição, pois não era interessante ficar em conflito com as forças políticas que detinham a máquina do Estado, de um âmbito nacional, e que aparentemente a continuariam gerenciando. Segundo Lauro de Oliveira Lima, os Chaves se coligaram “ao Pe. Cícero, para depor Franco Rabelo, comparecendo Sindulfo, pai de Franklin Chaves e de Judite Chaves, à reunião da Câmara de Juazeiro, no Cariri, onde se preparava a rebelião”<sup>12</sup>. Percebe-se que os Chaves foram agentes que se apresentavam. Isto é, procuravam ser vistos, participativos, buscando manifestar claramente de que lado estavam. Portanto,

---

<sup>11</sup> Ver RAMOS, 2004 e SILVA, 1982.

<sup>12</sup>LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza: A. Almeida, 1997, p. 337.

demonstravam para aqueles que, em certa instância, eram os seus superiores, no sentido de amplitude de poderes, o quanto eles eram leais ao governo federal vigente, o quanto eram fiéis ao Presidente da República e a quem eles escolhessem para ser seu sucessor. De tal modo, mostravam-se como opções fidedignas para continuar ocupando as funções públicas, que lhes oportunizavam “glória” e poder. Nesse sentido, sabe-se que o acesso a instituições conferia ao indivíduo não só o poder, mas contatos que possibilitariam a ampliação deste, bem como ascensão social para os que os “residiam”. É interessante o quanto, Franklin Chaves<sup>13</sup>, ao recordar, na década de 1980, de Nogueira Pinto Accioly, ainda resguarda a imagem deste:

*[...] O velho José Nogueira Pinto Accioly, o comendador Nogueira Accioly, eu era muito criança, mas olhando assim já hoje mais de longe, eu tenho a impressão que era um homem muito correto, à altura do cargo, era um homem extraordinário, mais passou muitos anos, como governador, aquilo foi cansando a opinião pública, naturalmente, alguns defeitos, algum deslize que todo governo pode ter. A família dele, uma família grande, muito rica e a oposição teve um trabalho muito grande para derrubá-lo, foi derrubado pela armas né? Agora Franco Rabelo que era um coronel, que veio de lá, não sei, eu ainda era muito pequeno [...] Esse, quando chegou, foi uma decepção, tinha nem condições de governar o Estado, aqueles amigos que criaram uma situação para que ele vivesse, depois tirou o corpo fora todo, aquele grupo que lutou contra ele.<sup>14</sup>*

Isto permite perceber como os laços destas relações mediadas pela política, especificamente as alianças políticas estabelecidas no Império e na República, eram fortes, no que diz respeito à confiança, admiração e proteção. Pode-se pensar que o chefe do Estado era um espelho para seus correligionários mandantes, no exercer a política-partidária. Mesmo em meio a essa contradição de sua família ter mudado o seu apoio, tantos anos depois, Franklin Chaves provavelmente detinha essa imagem de Accioly, também perpassada pelas conversas familiares a respeito do mesmo, ratificando-se a ideia, levantada por esta pesquisa, de que apoiar Franco Rabelo nada mais foi do que estar ao lado do mais provável vencedor, para que o poder local não pudesse ser ameaçado.

Nesse sentido, as práticas políticas não se diferenciariam demasiadamente das já exercidas, mesmo porque, como se sabe, o governo de Franco Rabelo não se

---

<sup>13</sup> Um Chaves, que atuou a partir da década de 1930, aderindo ao Integralismo, sendo vereador e, na década de 1940 chegando a ocupar o cargo de deputado estadual, sendo portanto, um indivíduo central para se entender as novas investidas em relação ao poder, diante das mudanças de discursos conjunturais no âmbito da política dita nacional por este grupo.

<sup>14</sup>Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.09.

afastou do que aparentemente repudiava antes de se eleger. Entretanto, devido às decisões de Franco Rabelo de ir de encontro ao governo que tinha lhe colocado no poder e, de certa forma, por em suspeita todos aqueles, em especial os prefeitos e coligações interioranas que o tinham apoiado, é lembrado por Franklin Chaves como uma vergonha.

Por fim, em 14 de março de 1914, foi determinada intervenção federal no Ceará. Logo depois, Hermes da Fonseca destituiu Franco Rabelo e nomeia o general Setembrino de Carvalho como Interventor do Estado. Os Chaves, bem relacionados, com a deposição de Franco Rabelo recebem a intendência da Porangaba:

*[...] Prepararam lá os jagunços e vieram pra depor o Franco Rabelo. Por que Franco Rabelo assumiu e foi um desastre, né? Então eles tiveram que depor o Franco Rabelo. Veio então o Pe. Cícero de lá e tal. Papai que era um político de muita evidência **foi nomeado intendente** [...], foi Prefeito de Porangaba-1914/1915 [...]*<sup>15</sup>

Os pais de Franklin Chaves moravam no Sítio Bom Futuro, atualmente Bairro Damas, na cidade de Fortaleza, que neste período, pertencia ao distrito da Parangaba, “demonstrando” o quanto eles buscavam se articular dentro da política do Estado do Ceará. Nesse sentido, é importante esclarecer afinal quem foram os Chaves e o lugar social ocupado por estes, bem como quais as estratégias<sup>16</sup> traçadas para a manutenção de seu poder, para que se possa entender como se estruturaram os grupos de “elite política”<sup>17</sup>, no interior do Ceará. Ou seja, para se compreender quais os processos que desencadearam para que esses indivíduos se tornassem “os dirigentes”, dispondo de poderes, de influência e regalias inacessíveis ao conjunto de seus contemporâneos, ocupando uma posição-chave em seu município<sup>18</sup>; conseguindo por várias vezes, em tempos cronológicos e históricos diferentes, o seu projeto ambicionado de alcançar

<sup>15</sup>Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p. 03-04. Grifo Meu.

<sup>16</sup>Outro conceito que foi usado nesse estudo é o de estratégia, compreendido aqui, segundo Michel de Certeau, como aquela que seria articulada pelos produtores, um sujeito de querer e poder, e que se apoia no lugar, [...] *as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.* (CERTEAU, 1994, 47). No âmbito de Limoeiro, os Chaves eram estes sujeitos do querer e do poder, respaldados pelos cargos institucionais. Este lugar (da instituição) possibilitou acessos outros e experiências tidas como socialmente importantes, que a maioria dos demais limoeirenses não teve oportunidade de desfrutar.

<sup>17</sup>[...] O termo elite aqui empregado, corresponde a “minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios [...]”. Em sua preeminência plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade [...].BUSINO, Giovanni. *Elites et élitism*, citado por HEINZ, 2006. p.07.

<sup>18</sup>HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*.Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.09.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

cargos estaduais, mediante as configurações sócio-políticas da sociedade cearense, mesmo em momentos de uma parcial mudança no republicanismo do país, do Ceará, como por exemplo a chamada Revolução de 1930.

Em entrevista à Universidade Federal do Ceará, Franklin Chaves, uma das figuras emblemáticas desta família, pois conseguiu ocupar o cargo de deputado estadual, como mencionado anteriormente, quando interrogado a respeito de sua família ter algum tipo de atuação política, declara:

*Se tem algum tipo? Desde o meu avô, tanto por parte de pai como por parte de mãe, mais por parte de pai, meu avô era chefe político no interior, em Limoeiro, foi chefe político muitos anos. [...]*<sup>19</sup>

O avô a que Franklin Chaves se refere é Serafim Tolentino Freire Chaves, que nasceu em 10 de Setembro de 1839, tendo por pais Antonio Rodrigues Chaves e Anna Thereza Chaves, “no lugar Caiçara de Areia, termo de Aracati.”<sup>20</sup> Ao reconhecer o poder político que seu avô tinha, graças aos cargos que ocupava, de tabelião e Comandante da Guarda, pode-se pensar as dinâmicas das relações políticas no período e os reflexos destas admissões para os seus descendentes:

*[...] Com a instalação da vila (1873), intensifica-se a liderança dos Chaves, (São João), com a nomeação de Serafim Tolentino Freire Chaves, tabelião e, posteriormente, comandante da Guarda Nacional. Por algum tempo, permanece a liderança do Pe. Francisco Ribeiro Bessa, que fora nomeado vigário, em 1864, elegendo-se deputado várias vezes depois da criação da vila. Com a transferência do Pe. Bessa para Beberibe, a liderança de Tolentino acentua-se, concentrando o poder cartorial (Tabelionato), militar (Guarda Nacional) e político (prestígio junto ao presidente da província) Permaneceu como líder até 1914, quando faleceu). [...] O controle do poder, na comunidade, oscilava sempre entre os detentores da burocracia (sobretudo os cartórios) e os mercadores enriquecidos.<sup>21</sup> [...]*

Para Oliveira Lima, Serafim Tolentino Chaves foi o patriarca dos Chaves<sup>22</sup>, referindo-se ao fato deste ter sido o primeiro tabelião do público, do judicial e notas de

<sup>19</sup> Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.03.

<sup>20</sup> [Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense - Barão de Studart](http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=34033). Disponível em <http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=34033> Acessado em 27/11/12, às 14:58 h.

<sup>21</sup> LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza: A. Almeida, 1997, p. 318.

<sup>22</sup> É importante ressaltar que este São João, que há na citação, provavelmente refere-se ao atual São João do Jaguaribe, que na época não havia se emancipado, sendo território integrante de Limoeiro do Norte. Mas, como já foi mencionado Tolentino era de Aracati, e os Chaves, sobre os quais se falará nesta pesquisa, migram de um sítio próximo de Fortaleza, como já referido, para Limoeiro, devido aos ascendentes e sua carreira política, apesar do discurso deles ser outro. Provavelmente, a menção ao atual município de São João do Jaguaribe ocorre devido, segundo o Pe. João Olímpio, Serafim

Limoeiro. Segundo o Dicionário Biobibliográfico Cearense - Barão de Studart, Tolentino deixa de ser professor particular para ocupar tal cargo. Como se deu tal processo parece obscuro, mas um ponto intrigante é: quem teria nomeado Serafim Chaves? É interessante pensar que o cargo de tabelionato era um cargo de confiança, onde o tabelião tinha como função servir, facilitar as ações dos proprietários rurais, sendo, portanto, somente ocupado por alguém de confiança das elites do Estado.

Ainda conforme este mesmo “glossário”, o mesmo teria sido deputado provincial de 1887 a 1890, demonstrando que, no plano das relações de poder, Serafim Tolentino conseguiu estabelecer vínculos que possivelmente possibilitaram a ocupação de tais cargos. Não obstante, a grande questão é quando Franklin se referiu ao fato de seu avô ser chefe político. Pode-se pensar sobre as implicações dos títulos adquiridos, em especial o de Comandante da Guarda Nacional. Criada em 1831, época da Regência, para substituir as milícias do “período colonial”, pertencer a esta esfera oferecia ao indivíduo um poder hierárquico, em que a patente de coronel expressava um comando municipal ou regional. Contudo, para adquirir tal “título”, o sujeito tinha que ter um prestígio social, econômico que, segundo Barbosa Lima Sobrinho<sup>23</sup>, dificilmente fugia das figuras dos proprietários rurais. Estes “títulos”, posteriormente passaram a ser concedidos,

*[...] a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público [...] recebidos de graça, como condecoração, acompanhada de ônus efetivos ou adquiridos por força de donativos ajustados, as patentes traduziam um prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada [...].<sup>24</sup>*

No caso de Tolentino, tal título atuou mais como uma condecoração, pois, conforme o [Dicionário Biobibliográfico Cearense - Barão de Studart](#), o mesmo “Fora agraciado com a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional,” expressando assim a legitimidade que o Estado dava àquele indivíduo, distinguindo-o, conferindo-lhe uma posição que oferecia poder, hierarquia, prestígio diante da comunidade Limoeirense. Assim, o que vale destacar são os sentidos sociais que obter tal título imprimiam nas relações entre os sujeitos e as oportunidades pessoais das implicações

---

descender dos Freire Chaves dessa atual cidade, considerada por ele como uma das primeiras povoações do Vale do Jaguaribe, que *ombreava em antiguidades com Aracati e Russas*.

<sup>23</sup>SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio à Segunda Edição. In: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. S/l: s/d. Disponível em [http://www.4shared.com/office/p91dhiH6/leal\\_vitor\\_nunes\\_coronelismo\\_.html](http://www.4shared.com/office/p91dhiH6/leal_vitor_nunes_coronelismo_.html). Acessado em 04/07/11 às 10:00 h. p.13-14.

<sup>24</sup> Idem, p.14.

do lugar, do respaldo da instituição, que influiriam também para os seus descendentes, não somente no âmbito do discurso político, em que eles, os Chaves, seriam os mais preparados para reger o interesse de uma coletividade, devido à tradição familiar de “liderança”, mas efetivamente, no que diz respeito ao que se é considerado socialmente como argentário, e que, muitas vezes, transcende os anos, sendo ainda considerado como sinônimo de opulência. Como, por exemplo, as propriedades de terra que a família Chaves, no caso, possuía, como declara Franklin Chaves em sua entrevista<sup>25</sup> à Universidade Federal. Ou concessão do Estado, como no caso do cartório, em que a posse passava de pai para filho, sendo um importante meio de poder na composição dos aparatos para se vencer as eleições, aos moldes “bico de pena”, sendo utilizados por eles tanto na Primeira República, como no pós 1930.

Nesse sentido, pode-se concluir que, apesar dos indivíduos não serem elite, no sentido ontológico da nomenclatura, e sim estarem como elite, admitindo-se que esta possui um caráter eminentemente posicional, tanto de poder, quanto de status<sup>26</sup>, muitas vezes, já se nasce elite, como é o exemplo desses personagens, que tiveram efetivamente privilégios por terem nascido em uma família que detinha do poder burocrático e político, além de utilizarem essa premissa de “tradição familiar” para compor o seu discurso político. Não obstante, é importante enfatizar, a dimensão interacional de se nascer ou de estar como elite, ou seja, os sujeitos sociais que são elite em um determinado espaço, ao migrarem deste, por exemplo, podem perder sua posição, admitindo-se assim a noção relacional do termo. É fato também que Serafim Tolentino Chaves já fazia parte de um grupo seletivo, sabendo pelo menos ler e escrever, algo que, no Império, não era tão comum, sendo, pode-se dizer, um requisito não só para ocupar seu cargo de tabelião, mas também para adentrar o espaço que ele ingressou na política. Malgrado, tal competência o separar da maioria, ela não garantia o ingresso nas elites, mas constituía um fator importante nesta “conjuntura”, tanto que o mesmo investiu em seus filhos, para que estes alcançassem a formação superior, como foi o caso de Leonel, que chegou a ser deputado, mas também exercia a docência na Faculdade de Direito em Fortaleza, como veremos a seguir.

---

<sup>25</sup> Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.03. Acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC.

<sup>26</sup> BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Notas sobre o conceito de elite para Brasil dos oitocentos. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Luiz%20Adriano%20Gon%20alves%20Borges.pdf>. em 16/06/11.



Outro aspecto importante a ser considerado é a relação Chaves e Igreja Católica, onde uma nutria a autenticidade social da outra e vice-versa. Tanto no período Imperial, como também na Primeira República, a Igreja e a relação com os párocos se configuraram como importante suporte para consolidação do poder da família. Contudo, quando algum pároco entrava em desacordo com eles, os mesmos tomavam algumas iniciativas:

*Um irmão de Sindulfo e do Pe. Climério, Leonel Chaves, que morreu em 1919, tornou-se deputado, dando cobertura estadual, em Fortaleza, ao domínio dos Chaves, em Limoeiro. [...] Além da dominação cartorial, os Chaves controlavam, muitas vezes, através dos vigários da paróquia, o poder eclesiástico. (grifo meu)*

Sindulfo, Climério e Leonel são filhos de Serafim Tolentino Freire Chaves. Este fragmento permite perceber que os filhos de Serafim Tolentino traçaram um percurso que lhes ofereceu legitimidade social. A respeito de Sindulfo, sabe-se que na década de 1930 foi prefeito, levando, portanto, “a assinatura da família” mais uma vez para os lugares de poder. O fato de Climério ter se tornado padre o incluía em um grupo de letrados, além de facilitar possíveis relações com a Igreja, o que era importante para os projetos de uma elite, e Leonel, que morreu quatro anos depois de seu pai, trilhou seus passos, obedecendo a uma espécie de hereditariedade política, que no porvir, como já mencionado, Sindulfo também trilharia. Quanto a Leonel Serafim Freire Chaves, segundo o Portal da História do Ceará<sup>27</sup>, teria nascido em 12 de junho de 1873, justamente quando Serafim Tolentino migrara para assumir seu posto de tabelião, sendo, portanto, natural de Limoeiro do Norte. O que é interessante é que o mesmo lecionava Economia Política na Faculdade de Direito do Ceará e foi destacado como um dos fundadores do Círculo Católico de Fortaleza, demonstrando a articulação destes indivíduos no cenário que se configurava mais amplo, permitindo ratificar a importância que Tolentino assumiu no Império, e o quanto à família investiu para continuar no poder, demarcando presença em instâncias que pudessem cada vez lhe oportunizar um maior renome.

No que diz respeito a estes ocorridos destacado na citação acima e escrito por Oliveira Lima, descendente dos Oliveiras, opositoristas da elite política, sobre a relação Chaves e Igreja, tais fatos são contados também por outros autores, que

<sup>27</sup>

Disponível

em

<<http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?verbete=Leonel+Chaves&verbete2=&pesquisa=pesquisa+hist%F3rica>>. Acesso em 28/11/12.

explicitam com mais detalhes essas disputas. Escolheu-se aqui narrar o episódio que ocorreu com o Pe. Acelino Arrais em detrimento do episódio com o Pe. Godofredo Cândido, em especial devido às fontes, pois o evento com este último padre não é detalhado. Ainda vale ressaltar que tal episódio é esclarecedor para se pensar a relação que os Chaves tinham com o Arcebispo, líder maior da Igreja Católica no Estado e o respaldo desses diante da sociedade, haja vista por em descrédito um vigário diante de Dom Manoel. Segundo os escritos de Dom Pompeu Bessa, os correligionários da família Chaves, detentora do poder local também no período da primeira República, destacando-se o “Coronel<sup>28</sup>” José Nunes Guerreiro, que a primeiro momento fazia parte deste grupo de desafetos políticos, ocorrendo, até supostos tiroteios entre a casa deste “coronel” e o *solar* do Pe. Acelino, se relacionavam buscando intimidar os seus opositores. Isto é expressivo nas desavenças político-partidárias entre os Chaves e o Pe. Acelino, tendo alcançado o seu auge quando o referido padre agrediu e foi agredido fisicamente por Getúlio Chaves<sup>29</sup>, no pátio da Igreja. Sobre esse assunto, Franklin Chaves declarou<sup>30</sup> que este padre se entusiasmou tanto pela política, que se esqueceu da sua missão católica, tendo por consequência, reclamações da população. Segundo o mesmo, quem recebia e transmitia para Dom Manuel, arcebispo do período, as reclamações para substituir o Pe. Acelino por outro vigário era ele mesmo. Não obstante, Franklin relata que Dom Manoel pedira um ano, pois tinha medo de perder um padre, no caso, o Acelino. Após este ano, seu pai, Sindulfo Freire Chaves, teria ido conversar com Dom Manuel, declarando que seu prazo acabara e o arcebispo teria sugerido o nome do Pe. Climério, tio de Franklin, para assumir tal posto.

---

<sup>28</sup> O termo coronel está entre aspas por ser uma denominação dada por Dom Pompeu Bessa. Nesse sentido, é oportuno salientar que José Murilo de Carvalho critica o uso mal empregado do termo Coronelismo. Deste modo, inspirado nas reflexões de Víctor Leal Nunes, Carvalho declara: *o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.* (CARVALHO, s/d) Contudo, este termo até hoje tem sobrevivido para descrever as relações políticas do interior do Ceará, devido à semelhança de algumas práticas políticas desenvolvidas pelos prefeitos com a dos “coronéis”, para conquistar a vitória nos pleitos como, por exemplo, oferecer vantagens em cargos públicos a votantes, ou prejudicar, de alguma forma, pessoas que já fazem parte da esfera pública, transferindo-as para localidades do município mais distante, devido as mesmas não terem aderido a sua candidatura.

<sup>29</sup> Primo de Franklin Chaves, um dos personagens de grande expressão da família, a partir da década de 1930.

<sup>30</sup> Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, N°: 01. p.15 – 16.

Na narrativa de Franklin, soam estranhos alguns pontos, como, por exemplo, ele ter ouvido e transmitido às reclamações, pois o mesmo só migrou de Fortaleza para Limoeiro em 1923, quando toda esta trama já estava chegando ao fim. Além disso, ele era muito novo, com idade, no período, por volta de uns 15 anos, para se reportar como representante de sua família a um bispo, percebido como uma autoridade. Provavelmente, Dom Manoel foi abordado por algum dos membros da família Chaves, o prefeito da época era Felipe Santiago de Lima, russano, que governou de 1919 a 1927. Sabe-se que o arcebispo tinha forte ligação com os Saraiva de Menezes, tanto Pedro Saraiva de Menezes, que era casado com Maria Chaves, como Custódio Saraiva, que casou com Judite Chaves, em 1924. Poderia ter sido por influência deles, tendo em vista as relações constituídas, mas também não deve ser ignorado que Dom Manuel visitara a cidade, por aquele período, segundo a memória do Pe. João Olímpio<sup>31</sup>, em 1917, Dom Manuel pode não ter gostado do que via: “Por que Dom Manuel da Silva Gomes não lavrou a Ata costumeira da Visita Pastoral em 1917? Esquecimento ou omissão, por preconceito ou prevenção, face às atitudes independentes, desabridas e suspeitas do Pároco, do ponto de vista administrativo, moral ou político?” Entretanto, após essa visita, a deposição do Pe. Acelino ocorreu no transcorrido de cinco anos, pois o Cônego Climério Chaves foi provisionado pároco de Limoeiro em 20 de Dezembro de 1922, sendo empossado no dia 27 do mesmo mês.

A memória atribuiu a um Chaves, que possivelmente já havia falecido, a decisão do epíscopo em depor o padre Acelino: “Neste “affaire “político-partidário, o Arcebispo, Dom Manuel da Silva Gomes, parece ter dado mais ouvidos à Família Chaves (Dr. Leonel, Sindulfo Chaves) que ao Pe.” “Acelino [...]”<sup>32</sup>. Os Chaves possivelmente é Leonel, falecido em 31 de outubro de 1919<sup>33</sup>. Ao cruzar os discursos de Franklin Chaves e o de Dom Pompeu, percebendo-os como uma “representação”<sup>34</sup> e reapresentação do real, considerando as distorções das

---

<sup>31</sup>BRANCO, João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja*. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos. S.l: Minerva, 1997. p.118.

<sup>32</sup>DOM POMPEU BESSA *apud*<sup>32</sup> BRANCO, João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja*. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos. S.l: Minerva, 1997. p. 115.

<sup>33</sup> Portal da História do Ceará. Disponível em <http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?verbete=Leonel+Chaves&verbete2=&pesquisa=pesquisa+hist%F3rica>. Acesso em 29/11/12, às 18:44 h.

<sup>34</sup> Termo empregado neste texto assumindo o significado de que não se apreende a realidade como tal, como realmente aconteceu, mas se representa, considerando uma série de fatores, dentre os quais se menciona os cognitivos e os psicossociais que gerenciam de maneira inerentes, pois o sujeito não se

transmissões destes discursos em torno desse episódio, tudo leva a crer, em especial este suposto prazo dado a Dom Manuel, como mais expressivamente o ano da “exoneração” mesmo, que o processo de ações mais efetivas de destituição do Pe. Acelino ocorreram por volta do início da década de 1920, ficando de certa forma em suspeita se o mérito teria sido da família, por causa de sua credibilidade junto a Dom Manuel. Não se nega aqui a possibilidade de intervenções de Leonel, anteriores a 1919.

Não obstante, sabe-se que as confluências de tempo perpassam os processos mnemônicos<sup>35</sup>, não significando, por conseguinte, que aconteceu ou não aconteceu, se é verdade ou mentira o que se recorda. Esta não é a questão. O que importa é que, em “termos concretos”, eles foram beneficiados, porquanto conseguiram não somente destituir o seu adversário político, mas ganhar um vigário aliado, apesar deste só ter ocupado o posto de 1922 a 1925, devido sua morte súbita. Assim, é interessante também perceber que, além do resultado “imediato”, os Chaves também causaram a impressão de quão forte era seu controle político devido à memória ter tratado de gerir tal ocorrido. Logo, como foi construída esta memória em que eles, os Chaves, teriam pressionado o arcebispo e o mesmo teria cedido aos seus apelos, os ressentimentos a respeito deste episódio passaram ecoar nas ruas de Limoeiro do Norte. Na opinião de Dom Pompeu Bessa<sup>36</sup>, o Pe. Acelino era “[...] político “besta”, que sempre perdia, [...] e o partido dos Chaves, mestre em eleição a bico de pena!” A menção na questão do bico de pena, ilustra o poder que o cartório possibilitava aos Chaves, no processo político-partidário, em que eles eram diretamente beneficiados. Corroborando o que Dom Pompeu<sup>37</sup> alude, José Chaves da Cunha, neto materno de Francisco Celestino Chaves, casado com Leôncia Celestino Chaves (Sinhá), filha de Serafim Tolentino Chaves, e que exerceu o mandato de prefeito de Limoeiro de 1912 a 1914, sendo titular do Cartório do 1º Ofício dos Chaves, na década de 1920, escreveu sobre o seu citado avô: “Nunca perdeu uma eleição e, no tempo em que não havia controle eleitoral da Justiça, era exímio preparador de eleições a bico de

---

atenta que estes atuam em sua percepção. Assim, após representar, codificar, interpretar a situação em questão, o indivíduo que a vivenciou ou aquele que foi seu expectador a rerepresenta.

<sup>35</sup> A respeito da construção dos sujeitos, tendo como referência os processos memorativos, isto é, as implicações da memória e do ato de lembrar, serão mais exploradas no terceiro capítulo deste estudo.

<sup>36</sup> DOM POMPEU BESSA *apud*<sup>36</sup> BRANCO, João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos*. S.l: Minerva, 1997. p. 115.

<sup>37</sup> Idem, p. 134.

pena.”<sup>38</sup>A prática de burlar as eleições pela “técnica” bico de pena, compôs o rol de “propriedades” da política, desenvolvidas, primordialmente, durante a Primeira República. Em Limoeiro do Norte, segundo trata a memória, tal maneira também respigou “no jeito de fazer” política dos Chaves dos anos vindouros. No que concerne a Francisco Celestino Chaves, o mesmo exprime as características dos integrantes da política cearense, como também se pode dizer que nacional, pois ele, como indivíduo, anuncia a dinâmica dos códigos e preceitos presentes em uma sociedade, que deram sentidos aos processos vivenciados pelos sujeitos de uma época.

### **Considerações finais**

A família Chaves, percebida como uma elite política interiorana do estado do Ceará permaneceu no poder até 1972, através da figura de Franklin Gondim Chaves, que ocupou de 1946 a 1972, o cargo de deputado estadual. No âmbito local, isto é de Limoeiro do Norte, eles perderam a prefeitura na década de 1950, mas continuaram atuando em outros espaços, influenciando na política e se apresentando socialmente, em especial devido à forte aliança deles com a Igreja Católica.

Estas linhas se propuseram a expressarem, minimamente, a trajetória desta família no período Imperial e da Primeira República, entendendo em especial que o lugar institucional, isto é, o cartório, foi um importante meio de poder para que estes indivíduos conseguissem a ampliar os seus espaços de atuação e poder. Não se pode deixar de mencionar que tal cargo, como também a própria cultura política, além de outras esferas, conferiu a esta família ao longo dos anos um olhar diferenciado por parte dos demais, além de status, prestígio e poder; os tornando indivíduos que tiveram experiências e privilégios que transcenderam aos demais que lhe eram contemporâneos, os tornando, a elite política daquela sociedade. E como sugere Marieta de Moraes Ferreira, “[...] o político é um domínio privilegiado de articulação do todo social.”

### **FONTES**

#### **Acervo Oral**

Entrevista do Sr. Franklin Gondim Chaves, produzida e pertencente ao acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC.

#### **Memória Escrita**

---

<sup>38</sup> Trecho da Carta endereçada a Lauro de Oliveira Lima, em 21/11/1988.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

BRANCO, João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja*. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos. S.l: Minerva, 1997.

[Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense - Barão de Studart](http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=34033). Disponível em <<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=34033>>. Acessado em 27/11/12, às 14:58 h.

FREITAS, Maria Das Dores Vidal; OLIVEIRA Maria Lenira de (orgs). *Limoeiro em Fotos e Fatos*. Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza: A. Almeida, 1997.

## BIBLIOGRAFIA

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al.. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29 – 46.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Notas sobre o conceito de elite para Brasil dos oitocentos*. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Luiz%20Adriano%20Gon%20alves%20Borges.pdf>. em 16/06/11.

CARVALHO, José Murilo. Unificação da Elite: uma ilha de Letrados. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia Política. In: *Revista Estudos Históricos: Cultura Política*. N. 24, Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 1-33.

MILLS, C.Wright. *A Elite do Poder*. Tradução de Waltenser Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In.

FERREIRA, Marieta Moraes. Apresentação. In. RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.07.

SILVA, Maria Virginia Tavares da. *Crise na Política dos Governadores: o Declínio de Accioly no Ceará (1912-1914)*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1982. Mimeo.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio à Segunda Edição. In: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. S/l: s/d. Disponível em [http://www.4shared.com/office/p91dhiH6/leal\\_victor\\_nunes\\_coronelismo\\_.html](http://www.4shared.com/office/p91dhiH6/leal_victor_nunes_coronelismo_.html). Acessado em 04/07/11 às 10:00 h. p.13-14.

**O ALÉM-MUNDO NO IMAGINÁRIO CRISTÃO: AS REPRESENTAÇÕES  
DO POST-MORTEM NA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA  
APRESENTAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
(1824-1856)**

**Juan Ellan de Oliveira Bezerra<sup>1</sup>**

RESUMO

O estudo do além-morte no período oitocentista vem sendo cada vez maior nos últimos anos e de forma significativa mostrando que no mundo cristão ocidental havia uma padronização perante o modo de morrer e seus ritos. Este trabalho tem como objetivo exemplificar como ocorriam os momentos de transpasse no leito de morte do moribundo e como era espacializado o imaginário do além-morte na Província do Rio Grande do Norte oitocentista. Para essa análise, utilizarei os estudos de Philippe Ariès sobre a “sincronia e a diacronia” da morte, a questão de espacialidade mítica de Yi-Fu Tuan, a espacialidade do além de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, comparando com os documentos de óbito da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação na Província do Rio Grande do Norte entre os anos de 1824 e 1856. As ideias sobre a morte e a imagem do “Bem Morrer” cristão eram difundidas desde o século XII através dos “Manuais de Bem Morrer” e das *Artes Moriendis*, ajudando o moribundo numa luta cósmica entre as potências do bem e do mal entre anjos, santos, Deus e demônios, por quem sua alma seria disputada no leito de morte e vista apenas pelo próprio moribundo, que também era rodeado de sua família. É percebido numa análise prévia nos livros de óbito da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação que esse costume de se preparar para “Bem Morrer” foi seguido através da concessão dos sacramentos no leito de morte, salvo, como Philippe Ariès explica, nos casos de morte terrível. É importante destacar que a perspectiva de espaço mítico e do além e a construção deste espaço, ou em outras palavras, uma geografia/cartografia imaginária, se fez presente na Província do Rio Grande do Norte oitocentista, onde a Igreja se baseou de certa hermenêutica para criar um cotidiano, um padrão, uma literatura específica para metaforizar o corpo, e assim domar o homem e sua alma. Sendo assim, a questão do espaço e além-morte se entrelaçam quando o moribundo em seu leito de morte – perante a cena em que, de um lado um lado estão os clérigos, anjos, santos e Deus intercedendo pelo moribundo, e do outro, demônios tentando a alma para levá-la cativa, e assim, toda uma espacialidade lúgubre, inspirada é claro nos manuais de bem morrer e nas *artes moriendis* – criam este local, seus personagens principais e secundários, suas leis, seus comportamentos e seus ritos. Desta forma, esse contexto teórico-metodológico que a seguinte proposta sugere, traz consigo uma outra perspectiva religiosa e espacial dos imaginários na cultura da Província do Rio Grande do Norte nos oitocentos.

O seguinte artigo é o resumo do projeto de mestrado que será apresentado como requisito da seleção de mestrado do PPGH/UFRN e tem como objetivo analisar as atitudes e sensibilidades diante da morte no espaço social na cidade de Natal enquanto capital da Província do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1824 a 1856 e como o além-mundo imaginário cristão se formou neste espaço, sob a base dos

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – São Gonçalo/RJ. Mestrando (Aluno Especial) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: prof.juanellan@gmail.com.

documentos de óbito da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação<sup>2</sup>. Pretendo abordar o impacto que o processo de transferência dos sepultamentos das igrejas para o cemitério público, em 1856, exerceu sobre as práticas fúnebres adotadas pela população daquela sociedade. Procurarei, a partir disto, abordar em que medida houve ou não, transformações nos rituais fúnebres e na ideia de morte e além morte, partindo do conceito de Boa Morte contido nos Manuais de Bem Morrer<sup>3</sup> que circulavam em Portugal desde o século XVII e que chegaram ao Brasil por meio das missões religiosas e com a vinda da Biblioteca Real no século XIX.

A morte – tabu entre a sociedade, assunto do qual se evita falar para as crianças, se restringe a ter acesso apenas em momentos e datas específicas para seu culto, principalmente no espaço do ritual religioso – foi inicialmente uma exclusividade dos historiadores franceses, no campo da História Nova, como é o exemplo de Philippe Ariès<sup>4</sup> e Michel Vovelle<sup>5</sup>. Atualmente, a temática é desenvolvida em grande parte nos locais e espaços “centrais” (capital da colônia, capital do império, eixo brasileiro de maior desenvolvimento econômico e industrial) devido a facilidade no acesso à documentação e qualidade na conservação do acervo, e as periferias (como norte, nordeste e parte do centro-oeste) tem iniciado recentemente seus estudos com a temática da morte abordando assuntos sobre a escatologia<sup>6</sup> da boa morte e secular, a compreensão dos espaços em que a morte está presente, e em especial na cidade de Natal enquanto província do Rio Grande do Norte.

Na historiografia da morte, temos as obras de Philippe Ariès que mostra, numa tentativa de retratar as mudanças no comportamento e atitudes dos povos ocidentais diante da morte, porém, numa visão apenas descritiva, trabalha um amplo recorte cronológico como que se não houvesse mudanças, e nesta quase que inércia histórica,

---

<sup>2</sup>ARQUIVO ARQUIDIOCESANO DA CÚRIA METROPOLITANA DE NATAL. Livro de Registros de óbitos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, n°1 (1820-1847), idem. n°2 (1853-1875). Devido à perda de um dos livros de registro de óbito (1847-1853), a numeração não segue a sequência crescente correta.

<sup>3</sup>RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, p.59-72.

<sup>4</sup>A obra *O Homem diante da Morte*, de Philippe Ariès, foi pioneira na historiografia da morte. BURGUIÈRE, André (org.), Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1993, p.565. e LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. v.1, p.243.

<sup>5</sup>VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

<sup>6</sup>Escatologia é um termo moderno que indica a parte da teologia que considera as fases “finais” ou “extremas” da vida humana ou do mundo: morte, juízo universal, pena ou castigos extraterrenos e fim do mundo e na teologia cristã, sobre a ressurreição e o Juízo Final. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p.400. e BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p.121.



o historiador – segundo o autor – podetambém se confundir acreditando que não houve momentos de estímulos ou conflitos que mudaram os comportamentos diante da morte, e ainda que houvesse, os mesmos comportamentos e atitudes retornam ao padrão anterior, e aí se dá a característica desta *inércia-histórica*, relacionada com a *morte domesticada* e a *morte selvagem* sob a trama do que ele chama de sincronia – que é a morte domada – e diacronia – que são as mudanças diante da morte<sup>7</sup>, postulando que as mudanças só ocorreram agora no presente, transformando a morte do passado em algo romântico, uma morte domesticada, e a morte da atualidade uma morte selvagem.<sup>8</sup>

Abordando o mesmo comportamento ocidental diante da morte em larga escala, Norbert Elias mostra que, do mundo animal, somente o ser humano tem a compreensão da morte e de que irá morrer um dia. Apresenta primeiramente que o modo como os vivos pensam a morte ou a forma de morrer diz muito de suas crenças, seus valores e suas ideologias quanto a orientação e organização de sua sociedade, e que essas percepções diante da morte vão variando, algumas delas revelando certa intimidade no que tange a existência do fim da vida – amenizando o impacto da finitude com a noção de “passagem”, “transformação” ou de “permanência” espiritual<sup>9</sup>; outras encobrimo o destino final do homem e criando certo pavor quando a lembrança da morte. Faz referência à proximidade que se tinha com a morte e a liberdade irrestrita para se falar dela, inclusive com as crianças, onde todos tinham uma visão da decomposição do corpo humano, já que ocorriam em espaços de uso comum.<sup>10</sup>

Percebemos que entre esses dois autores sobre a morte no mundo ocidental há uma certa distinção no conceito de como a morte era atribuída a sociedade e como essa mesma sociedade reagia aos rituais e ideologias perante a morte. Desta forma, a pesquisa se desenvolve sob a perspectiva dos dois autores, de modo que as importâncias de ambos trabalhos ajudem a identificar a sistematização das atitudes

---

<sup>7</sup> ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977, p.17. Jean Delumeau comenta em sua obra *O Pecado e o Medo* que Montaigne chama essa ação de “(...) uma pedagogia para ‘domesticar’ a morte (...)”. DELUMEAU, Jean. *O Pecado e o Medo. A culpabilização do Ocidente (séculos 13-18)*. Bauru: EDUSC, 2003, v.1, p.70.

<sup>8</sup> ARIÈS, 1977, op. Cit.

<sup>9</sup> PINHEIRO, J. D. A Solidão dos Moribundos. Fortaleza: *Revista de Ciências Sociais*:Universidade Federal do Ceará, v.33, nº1, 2002. Resenha de: ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer ou morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>10</sup> ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer ou morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

diante da morte e a identificar as atitudes dos habitantes da sociedade da cidade de Natal nos oitocentos.

A partir da obra de João José Reis, *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*<sup>11</sup> e Claudia Rodrigues, *Nas Fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*<sup>12</sup>, o estudo das atitudes diante da morte na sociedade brasileira, numa perspectiva da história das mentalidades, foi trazido ao público, onde o autores analisam a revolta da *Cemiterada* – movimento ocorrido em Salvador em 1836 por vários seguimentos da sociedade e liderado por irmandades religiosas que destruíram o cemitério público recém construído, numa reação contrária aos sepultamentos eclesiásticos fora dos limites da cidade, além da administração privada e o estudo da forma de se “bem morrer um cristão” e a difusão dos *Manuais de Bem Morrer* publicados no século XVII, ao processo de secularização da morte na corte, as questões higienistas, leis sanitaristas e a criação do cemitério público como forma de minimizar os problemas de saúde pública do Rio de Janeiro. É interessante citar que sobre a cidade de Natal, temos a Dissertação de Mestrado do Diego Fontes de Souza Tavares, *Os Muros do Além: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN*<sup>13</sup>, que se estendeu ao processo de secularização dos cemitérios<sup>14</sup> e a dessecularização dos mesmos, mas sem, no entanto, aprofundar-se na questão do uso dos manuais de Bem Morrer e sua influência nas atitudes e sensibilidades diante da morte e a cosmo visão do espaço além morte.

Da leitura dos demais trabalhos acima mencionados, é possível identificar, a partir de alguns deles, elementos dos costumes diante da morte na sociedade brasileira de antigamente, principalmente nos trabalhos de João José Reis e Claudia Rodrigues, que, apesar de enfocarem regiões específicas (Salvador e Rio de Janeiro, respectivamente), produzem reflexões sobre a temática.

Yu-Fu Tuan em sua obra *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*<sup>15</sup>, que mostra que o mito não pode ser verificado facilmente e nem negado pela falta de

---

<sup>11</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>12</sup> RODRIGUES, op. Cit.

<sup>13</sup> TAVARES, Diego Fontes de Souza. *Os Muros do Além: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2016.

<sup>14</sup> Que na minha opinião, é apenas uma das faces do processo geral de modificação na atitude e sensibilidade diante da morte e na maneira do “bem morrer cristão”.

<sup>15</sup> TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: EDUEL, 2013, p.109-145.

evidências dos sentidos e comprovações científicas, mas que o mesmo é elemento chave complexo no sistema de crenças de uma dada sociedade, e, o espaço arquitetônico é parte da relação do homem social com o ambiente em que vive, ou como TUAN explica, “(...) o meio ambiente construído define as funções sociais e as relações (...)”<sup>16</sup>, as pessoas sabem mais quem elas são e como se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem, e isso corrobora para que elas busquem símbolos mais vívidos e fixos em seus mortos e sepulturas dentro das igrejas do que fora delas, já que essa relação faz parte do processo íntimo baseado na crença de símbolos e rituais fúnebres, que é o símbolo do cosmo onde vivem.

Partindo destes pontos que discernem uma memória do morto no espaço urbano, compreendendo as atitudes no espaço e sensibilidades diante da morte, posso partir para a seguinte questão que esta pesquisa pretende buscar que é: “Como ocorriam os preparos para Bem Morrer enquanto o indivíduo estava em plena consciência de vida?” Conforme RODRIGUES (2005) nos explica, a boa morte na Corte se dava pelo uso de testamentos, a concessão dos sacramentos no leito de morte, assentos de óbitos bem detalhados, missas de corpo presente, e em alguns casos, a presença de músicos e esmolas generosas dadas durante o cortejo dos mais abastados, porém, TAVARES (2016) e os Livros de Óbitos de 1824-1875 mostram que a presença de testamentos, missas de corpo presente e funerais pomposos não se faziam presente numa mesma documentação, deixando-nos apenas o assento com dados mais sucintos (como o registro da causa morte, a concessão dos sacramentos e quem realizou o registro). Porém, é possível analisar o comportamento das atitudes diante da morte através dos testamentos existentes no Arquivo do Laboratório de Documentação Histórica do CERES – UFRN, que contem testamentos da região do Seridó, no Livro de Registro dos Testamentos de São José de Mipibu nº4 (1862-1905)<sup>17</sup> existentes no acervo do LABIM – UFRN, na obra de Olavo de Medeiros Filho *Caicó, cem anos atrás*<sup>18</sup>, e nas obras de Alcineia Rodrigues Santos *O Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e*

---

<sup>16</sup>Ibidem, p.128.

<sup>17</sup>LABORATÓRIO DE IMAGENS: Digitalização de Documentos Históricos - LABIM. Livro de Registros dos Testamentos de São José de Mipibu Nº4 (1862-1905).

<sup>18</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Caicó, cem anos atrás*. In: SANTOS, Alcineia Rodrigues dos Santos. *O Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2011, p.64-78.

XX<sup>19</sup> e *Medidas Higiênicas no Seridó, século XIX*<sup>20</sup>. Esse uso do espaço social como meio de cultivar a memória do morto, representado na documentação de óbito e testamentos, é identificada na concessão dos sacramentos no leito de morte seguindo os ensinamentos dos manuais de bem morrer; missas e rezas realizadas em favor do morto.

Esses dados informados nos assentos de óbitos e testamentos nos dão um parecer sobre quem foram essas pessoas e como se preparam em vida para bem morrer, e com isso, será possível responder à questão sobre o comportamento perante a morte no espaço social na cidade de Natal.

A difusão alcançada pelos manuais de bem morrer, como o de Estevam de Castro<sup>21</sup>, bem como a produção e circulação de outros manuais do mesmo tipo em Portugal – tanto anteriores, como contemporâneos e posteriores ao *Breve Aparelho* – atestam a existência de um mercado tanatológico<sup>22</sup> em Portugal. Até o início dos setecentos, os manuais em Portugal eram adquiridos na Espanha em espanhol, ou nas traduções castelhanas das *artes moriendis*<sup>23</sup> francesas. A partir do século XVII é que os portugueses começaram a produzir os seus próprios manuais, assim como traduzir

---

<sup>19</sup> SANTOS, Alcineia Rodrigues dos Santos. *O Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2011.

<sup>20</sup> SANTOS, Alcineia Rodrigues dos Santos. *Medidas Higiênicas no Seridó, século XIX*. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de; e SANTOS, Rosenilson da Silva. (org.). *Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*. Natal: IFRN; Caicó: Biblioteca Seridoense, 2016, p.243-262.

<sup>21</sup> CASTRO, Estevam de. *Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de tratamentos, e penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do ritual romano de N.S.P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas*. Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1677.

<sup>22</sup> Tanatologia é a teoria sobre morte e parte da medicina legal que se ocupa da morte e dos problemas médico-legais com ela relacionados. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.661.

<sup>23</sup> Imagens macabras com os quais eram idealizados o momento de transpasse do moribundo, onde de um lado estavam anjos, santos e Deus intercedendo pela alma e do outro, demônios tentando a mesma, e esse embate invisível e espiritual se dava a conhecer por essas iconografias como parte da pedagogia do medo. BRAET, Herman e VERBEKE, Werner. *A Morte na Idade Média*. São Paulo: EDUSP, 1996, p.271-296. e ARIËS, Philippe. *O Homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. v.2, pp.326, 351. Exemplo da literatura do bem morrer francesa, ou as *Artes Moriendis* é o *Manuel Pêché*, o “Manual dos Pecados” escrito em francês anglo-normando (1250-1300), é uma espécie de manual de conselhos sobre as consequências dos pecados e defende como se viver uma boa vida moral com exemplos tirados da Bíblia, a vida dos Santos e outras histórias. KEMMLER, Fritz. *Exemplar in Context: A historical and Critical Study of Robert Mannyng of Brunne’s Handlyng Synne*. Tübingen: Narr, 1984, p. 13-16, 24-28.

e adaptar sucessos editoriais. Tudo isso indica que o projeto eclesiástico de valorizar da ideia de que o fiel deveria “preparar-se para o momento da morte”<sup>24</sup>

O viajante e cronista Henry Koster em sua obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, descreve um momento em que se depara com o ato de bem-morrer cristão enquanto viajava de Goiana ao Rio Grande [do Norte]. Conforme seu relato, ele registra que em meio a noite e reflexões:

“(…) Essas reflexões foram interrompidas pelo grito de ‘Jesus!’, repetido incessantemente, cada minuto, por uma voz sombria. Chamei o guia, supondo que partisse de alguém em perigo. Ele despertou e lhe disse o que se passava. Respondeu-me que alguém ajudava outrem a *bem morrer*, como depois soube ser tradicional, que qualquer agonizante deve ter junto de si um amigo repetindo a palavra ‘Jesus’, até que deixe de responder, seja para que esse nome de salvação não fique esquecido, seja para afugentar o diabo.”<sup>25</sup>

O ato de bem morrer, baseando-se nos moldes dos manuais de bem morrer, mostra que tais atitudes faziam parte do dia a dia, tão comum que já é possível reconhecer os gritos de “Jesus!” repetido incessantemente pelos amigos dos moribundos como parte deste processo.

Parte do processo de memória social do morto no espaço urbano se dava também pela criação de estátuas em sepulturas, posteriormente a inclusão de fotos (pinturas) que reforcem a memória do morto e frases emotivas e saudosistas escritas na lápide reforçam quem foram seus antepassados e que esse espaço não é apenas dos vivos, mas dos mortos também. Com a construção do cemitério, os vivos se aproximam dos seus mortos como forma de manter essa memória.

Abaixo, vemos o assento de óbito de Joaquim José da Costa que data de 1835, seguindo os moldes do bem morrer de acordo com tais manuais.

“Aos nove de Fevereiro de mil oito centos e trinta e cinco faleceu da vida presente Joaquim José da Costa com cinquenta annos de idade mais ou menos e com o sacramento da Penitência casado com Joaquina Baptista Gomes foi encomendado de minha licença pello Padre João Carlos sepultado na Capella Filial do Senhor Bom Jesus da Ribeira em mortalha branca de que mandei fazer este assento que assignei.  
Feliciano José Dornelles.

---

<sup>24</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. In: RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, p.59.

<sup>25</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p.100.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

Vigário Collado”<sup>26</sup>

Percebemos que são descritos os dados básicos como data, nome da pessoa falecida, idade, estado civil, local do sepultamento e quem assina o documento, porém, além destes dados, seguem, segundo o conceito de bem morrer, informações como a concessão de sacramentos (neste caso dado apenas o da penitencia), a encomendação da alma pelo Padre João Carlos e o sepultamento dentro de uma capela filial à aquela paróquia, ou em outras palavras, um enterramento *ad sanctos*.

Em outro exemplo datado de 1840, podemos identificar outra interferência do modo de bem morrer sendo praticado na cidade de Natal, neste caso, no assento de óbito da Catharina:

“Aos deseceis de Dezembro de mil oito centos e quarenta faleceu da vida presente com todos os sacramentos Catharina cazada com Antonio Gomes Capao, foi sepultada nesta Matriz em volta em habito branco e encomendada por mim tendo de idade quarenta e tantos anos. E para constar fiz este assento que assignei.  
Bartholomeu da Rocha Fagundes  
Vigário Encomendado”.<sup>27</sup>

Catharina, diferente do Joaquim José da Costa, recebeu todos os sacramentos (confissão, penitência, comunhão, extrema unção). E abaixo o óbito da Maria Ignacia, falecida em 1846:

“Aos quatorze de maio de mil oito centos e quarenta e seis faleceu da vida presente com os sacramentos da penitencia e unção Maria Ignacia, índia casada moradora nesta cidade foi sepultada na Matriz desta Cidade e encomendada por mim. Porque fiz este assento.  
Bartholomeu da Rocha Fagundes  
Vigário Encomendado”<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> ARQUIVO ARQUIDIOCESANO.. Op. Cit. n°1 (1820-1847). Assento de óbito de Joaquim José da Costa, p.56v. Conforme TAVARES (2016) explica, o termo colado era usado para os clérigos que assumiam permanentemente a função de funcionários públicos quando vigorava o regime de Padroado. Essa função era garantida mediante concurso público, sendo nomeados e, depois disso, recebiam a colação, resultado do termo “colados”. Ver: TAVARES (2016), Op. Cit p.112.

<sup>27</sup> ARQUIVO ARQUIDIOCESANO... Op. Cit. n°1 (1820-1847). Assento de óbito da Catharina, p.83. Conforme Neise Marinho Cardoso explica, o termo encomendado era usado para nomear os sacerdotes provisórios em pequenas comunidades ainda desprovidas de uma paróquia canônica e legalmente constituída. Eram chamados assim por serem solicitados pelas comunidades e se sustentavam das contribuições dos fiéis, chamadas de “direitos de estolas”, “pés de altar”, “conhecenças” ou “benesses” que eram os donativos recebidos por ocasião dos serviços prestados à população (batizados, casamentos ou encomendações de almas). Não tinha um valor fixo, sendo doado espontaneamente. Geralmente era solicitado através de um pedido pelo povoado, que quando atendido, assumia a responsabilidade de prover a permanência do vigário. Ver: CARDOSO, Neise Marinho. *A história das irmãs marcelinas: Fundação do Colégio dos anjos em Botucatu* (1912). Dissertação de Mestrado. Americana: UNISAL, 2007, p.11-12.

<sup>28</sup>ARQUIVO ARQUIDIOCESANO... Op. Cit. n°1 (1820-1847). Assento de óbito da Maria Ignacia, p.95.

Mesmos sendo uma índia, por ser convertida ao catolicismo, Maria Ignacia não estava isenta dos costumes inerentes a arte de bem morrer. Seu assento de óbito tem os dados civis sem deixar de fora as informações da arte de bem morrer.

Percebemos nestes três assentos de óbito citados de Joaquim José da Costa, Catharina e Maria Ignacia seguem uma padronização. De acordo com os manuais de bem morrer, o sacerdote que fosse ao leito de morte/ao encontro do moribundo, deveria seguir uma série de processos para “encaminhar bem a alma” e assim, ajudar a “bem morrer aquele cristão. O lugar em que está e o espaço que circunda o moribundo em seu leito de morte é completamente preparado – quando não se trata de uma morte dita violenta<sup>29</sup>. Deste modo, o estudo acerca das práticas fúnebres e transformações nos rituais, baseando-se nestes manuais, nos ajudam a compreender toda a questão de aceitação, ou não, da secularização dos espaços dos mortos no lugar dos vivos.

Se faz necessário entender que com a secularização da morte, houve mudança no comportamento dentro do espaço dos vivos para com os seus mortos e, resultando numa adaptação perante a compreensão do mítico e sagrado, o novo espaço concebido para ser o local de enterramento se transforma no novo lugar de manutenção da memória social e perpetuação dos vínculos afetivos que existiam desde outrora.

Inicialmente essa mudança dos enterramentos dentro das igrejas para o cemitério público não causou uma interferência na ideia de além-mundo, porém, o contato e atenção devotada aos parentes falecidos foi diminuindo aos poucos, e a longo prazo, a distância geográfica fez com que os rituais como ensinavam os manuais de bem morrer caíssem em desuso.

O período de 1824 a 1856 são os limites cronológicos de minha pesquisa. Este recorte de 32 anos (compreendo que há 6 anos sem documentação existente) se fundamenta como base de partida na Constituição Política do Império do Brasil e outorgada pelo Imperador Dom Pedro I em 1824, que definia a Igreja Católica Apostólica Romana como sendo a religião oficial do Estado.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup>Segundo Philippe Ariès, uma morte violenta é aquela em que a pessoa não tem a oportunidade de receber os sacramentos ou condições de ser sepultada sob a encomenda de um sacerdote, nos casos em que o corpo não é encontrado. ARIÈS (1977) Op. Cit. p.17-18.

<sup>30</sup> IMPÉRIO DO BRASIL. Constituição (1824). Carta de Lei de 25 de Março de 1824. LEX: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acessado em: 15 de outubro de 2017.

O ato outorgado, no Art. 5, pela constituição de 1824, estabelecendo a religião católica como sendo a religião do Império, dava a Igreja o poder, como se legítimo, de produzir os documentos civis e de controlar, dentro do âmbito religioso e secular, os conceitos de morte e suas ideias de mundo pós-morte. Fundamentado nestes pontos da história político-sócio-cultural do país, implicando diretamente em suas províncias e repercutindo em seus costumes, é que iniciou o desdobramento de toda a pesquisa em seu sentido de tempo-espacial.

Entre os anos de 1824 e 1856, o processo de secularização das atitudes diante da morte caminharia em concordância com as modificações por qual passou a sociedade brasileira como um todo. Isso significa dizer que as atitudes diante da morte do natalense estiveram sobrepostas no tecido histórico das próprias transformações por quais passaram a sociedade, a política, a economia, as ideias, a cultura, os conceitos de saúde pública, o poder da igreja, e também, a mudança da sociedade no espaço que residem.

A partir da década de 1850, iniciou-se o processo de como as atitudes seriam encaradas e a sociedade iria se comportar, já que a partir de 1856 os enterros deveriam ser feitos no novo Cemitério Público<sup>31</sup> instalado fora da cidade, e desta forma, a igreja iniciou o processo de modificação dos documentos civis de óbito e consecutivamente, os comportamentos diante da morte também mudaram. Neste mesmo período ocorreu a dispersão da medicina social que determinava o processo de medicalização da sociedade e evitada a propagação dos miasmas que afligia a saúde da urbe. Essa mudança social é percebida no assento de óbito de Manoel de Mello Pita:

“Aos cinco de Maio de mil oito centos e cinquenta e seis faleceu da vida presente com os sacramentos da Penitência e Unção Manoel de Mello Pita, branco casado com Felisia Maria da Conceição morador Nesta Cidade, foi sepultado no semitério. E para constar fiz este assento.  
Bartholomeu da Rocha Fagundes, Vigário Collado”<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Câmara Cascudo aponta que antes da criação do Cemitério Público, os enterros eram feitos em três locais destinados: A Matriz de Nossa Senhora d'Apresentação, A Igreja do Rosário (onde eram enterrados os escravos e condenados a força) e os estrangeiros, na sua maioria protestantes, no Cemitério dos Ingleses, no outro lado do Rio Potengi, à margem da gamboa Manimbu, perto da praia da Redinha. CASCUDO, Câmara. História da Cidade do Natal. In: TAVARES (2016) Op. Cit. p.71. TAVARES acrescenta que também havia a Igreja de Santo Antônio, ou Igreja do Galo. TAVARES (2016), Op. Cit. p.71

<sup>32</sup>ARQUIVO ARQUIDIOCESANO... Op. Cit. n°2 (1853-1875). Assento de óbito de Manoel de Mello Pita, p.9v.



Ainda que numa mudança quase imperceptível, o ato dos enterramentos fora espaço urbano descrito neste assento se caracteriza como precursor do processo de secularização da morte na cidade.

Esse embate da secularização da morte e higienização urbana é reflexo de um movimento intelectual e elitizado que há muito tempo se desenvolvia na Europa. O Iluminismo, que buscava se ver livre e/ou reformar a ciência e tradições transmitidas da época medieval, foi responsável pelas ideias progressistas da separação da igreja do Estado, caminhando para a secularização.<sup>33</sup>

Referente a esse processo de civilização e secularização, ELIAS (2001) explica que:

“(…) A morte é um dos grandes perigos biosociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica<sup>34</sup>, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os próprios moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados”.<sup>35</sup>

Essas medidas secularizantes foram impostas também nos ritos fúnebres. Segundo CYMBALISTA (2002, p.43, apud TAVARES, 2016, p.18-19)<sup>36</sup>, essas medidas chegaram ao Brasil através da Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1801<sup>37</sup>, que foi a primeira medida legal que tratava da separação entre vivos e mortos. A Carta Régia escrita pelo Príncipe Regente D. João VI de Portugal, ordenava ao vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil no Rio de Janeiro, D. Fernando José de Portugal, que escolhesse espaços distantes da cidade para a construção de cemitérios, pois:

<sup>33</sup>TAVARES (2016), Op., Cit. p.18-19.

<sup>34</sup>Mnemônica é a arte de cultivar a memória. ABBAGNANO, Op. Cit. p.788. Parte desta técnica era usada nos oitocentos através das *Artes Moriendis*, que são imagens macabras com os quais eram idealizados o momento de transpasse do moribundo, onde continham nelas a figura de anjos, santos e Deus intercedendo pela alma do homem e do outro lado, demônios tentando a mesma, e esse embate invisível e espiritual se dava a conhecer por essas iconografias como parte da pedagogia do medo. BRAET e VERBEKE. Op. Cit. p.271-296.

<sup>35</sup>ELIAS, Op. Cit. p.19.

<sup>36</sup>CYMBALISTA, Renato. Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. In: TAVARES (2016) Op. Cit. p.18-19. e TAVARES, Diego Fontes de Souza. *Os cemitérios também falam: a Natal sob a ótica do espaço do morto*. 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia. Ouro Preto: EDUFOP, 2014, p.2-3.

<sup>37</sup>CARTA RÉGIA Nº18. Carta régia a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil no Rio de Janeiro, proibindo os sepultamentos nas igrejas e ordenando a construção de um ou mais cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro. (Manuscrito) Lisboa: Correspondência Oficial João VI, 14 jan. 1801. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1524254/mss1524254.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1524254/mss1524254.pdf)>. Acessado em 04 de janeiro de 2018. Documento disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 66 (1984). Catálogo. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1987, p.3.

“(...) por se enterrarem os cadáveres nas Igrejas que ficam dentro das cidades populosas dos Meus Domínios Ultramarinos, visto que os vapores que de si exalam os mesmos cadáveres, impregnando a atmosfera, vem a ser a causa, de que os vivos respirem um ar corrupto e infeccionado, e que por isso estejam sujeitos, e muitas vezes padeçam moléstias epidêmicas e perigosas (...)”<sup>38</sup>

Deste modo, as cidades necessitavam construir cemitérios fora dos seus muros, contudo, essa lei nunca foi aplicada. Uma segunda tentativa de regulamentação foi tomada por Dom Pedro I, por meio da decisão número 265, de 17 de novembro de 1825. Nesta decisão foi determinada a transferência para fora da cidade do cemitério da Igreja Matriz de Campos dos Goytacazes/RJ. Apesar da validade apenas na Província do Rio de Janeiro, essa lei foi importante para estabelecer, ainda que de forma rudimentar, as formas legais da construção dos cemitérios fora das cidades.

O Império do Brasil, ao instituir as Câmaras Municipais em 1º outubro de 1828, regulamentou, entre outras coisas, o sepultamento fora das igrejas e aconselhou que as Câmaras locais adotassem ou não a construção de cemitérios fora das cidades<sup>39</sup>, que ficou sob sua responsabilidade até finais da década 1860.

A varíola – ou bexiga<sup>40</sup> – e a cólera, foram epidemias que se alastraram no século XIX no Brasil. Conforme as palavras do Presidente da Província em 1850, João Carlos Wanderley, a varíola chegou em Natal através de um soldado enfermo que saiu do Quartel Militar e frequentou áreas de grande circulação populacional. A propagação de doenças epidêmicas como essas foi de cunho importante para o processo de secularização das atitudes diante da morte, um dos processos-chaves na transformação da forma de bem morrer culminando na construção do Cemitério Público.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> IMPÉRIO DO BRASIL. LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828. Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, RJ, out 1828. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)>. Acessado em: 04 de janeiro de 2018.

<sup>40</sup> GURGEL, Cristina B. F. M. ROSA, Camila Andrade P. da. e CAMERCINI, Taise Fernandes. A Varíola nos tempos de Dom Pedro II. *Cadernos de História da Ciência*. São Paulo: v.7, nº1, jan./jun. 2011. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-76342011000100004&lng=pt&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342011000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

<sup>41</sup> RELATORIO APRESENTADO Á ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório apresentado pelo Exmo. Primeiro Vice-Presidente da Província, João Carlos Wanderley, no dia 3 de maio de 1850. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1851, p.11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/838/000011.html>>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

Neste contexto, fica claro que os cemitérios, em seu formato atual, surgiram no Brasil no século XIX baseada na criação de leis, ainda que não houvesse uma certa aceitação das mesmas pela sociedade, onde os sepultamentos seriam feitos fora dos muros sagrados das igrejas.

O ano de 1856 representou para a cidade de Natal o marco desta mudança com construção do cemitério público da cidade, que na época, ficava distante o suficiente, seguia os requisitos de higiene e salubridade que se pregavam para evitar contaminação à população.

A fim de alcançar o objetivo, os assentos de óbito têm sido coletados por fichas individuais para uma análise qualitativa e depois processado em um banco de dados eletrônico para posterior análise quantitativa a fim de contabilizar todas as suas informações que vão de 1824 a 1847 e 1853 a 1856.

O objetivo de analisar os assentos de óbito de forma qualitativa e quantitativa se dá primeiramente para buscar vestígios sobre as atitudes diante da morte e para quantificar a mortandade nos períodos de 1824 a 1856, quantos receberam os sacramentos e como se deu esse processo. Assim, poderei ter os subsídios para identificar as continuidades e as discontinuidades do preparo para bem morrer na Província do Rio Grande do Norte, ao longo dos anos.

O estudo da literatura difundida desde o século XVII (como o *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão*), além das iconografias e bibliografia especializada sobre espaço e morte, medo, mentalidades e sensibilidades será fundamental para a pesquisa.

Desta forma, baseado nas fontes citadas acima, poderei definir quais transformações fúnebres ocorreram no espaço da urbe natalense como meio de conservação mnemônica dos mortos, entrelaçados aos contextos religiosos, políticos, cultural e social que influenciaram na concepção de bem morrer cristão local.

Por conclusão inicial, o conceito do imaginário do além-mundo não sofre mudanças consideráveis entre o período de 1824 a 1856 devido ter ocorrido apenas uma ruptura no processo de enterramento e convívio com os mortos (de dentro das igrejas para o cemitério público), e as indicações de ritos diante do corpo do morto ainda permanecem como vestígio deste processo.

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. In: RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. v.2.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 66 (1984). Catálogo. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1987.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAET, Herman e VERBEKE, Werner. *A Morte na Idade Média*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BURGUIÈRE, André (org.), Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1993.

CARDOSO, Neise Marinho. *A história das irmãs marcelinas: Fundação do Colégio dos anjos em Botucatu (1912)*. Dissertação de Mestrado. Americana: UNISAL, 2007.

CARTA RÉGIA Nº18. Carta régia a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil no Rio de Janeiro, proibindo os sepultamentos nas igrejas e ordenando a construção de um ou mais cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro. (Manuscrito) Lisboa: Correspondência Oficial João VI, 14 jan. 1801. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1524254/mss1524254.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1524254/mss1524254.pdf)>. Acessado em 04 de janeiro de 2018.

CASCUDO, Câmara. História da Cidade do Natal. In: TAVARES, Diego Fontes de Souza. *Os Muros do Além: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2016.

CASTRO, Estevam de. *Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilção da matéria de tratamentos, e penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do ritual romano de N.S.P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas*. Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1677.

CYMBALISTA, Renato. Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. In: TAVARES, Diego Fontes de Souza. *Os*

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

*Muros do Além: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN.* Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2016.

DELUMEAU, Jean. *O Pecado e o Medo.* A culpabilização do Ocidente (séculos 13-18). Bauru: EDUSC, 2003, v.1.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer ou morrer.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GURGEL, Cristina B. F. M. ROSA, Camila Andrade P. da. e CAMERCINI, Taise Fernandes. A Varíola nos tempos de Dom Pedro II. *Cadernos de História da Ciência.* São Paulo: v.7, nº1, jan./jun. 2011. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-76342011000100004&lng=pt&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342011000100004&lng=pt&nrm=iso)> .Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

IMPÉRIO DO BRASIL. Constituição (1824). Carta de Lei de 25 de Março de 1824. LEX: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acessado em: 15 de outubro de 2017.

IMPÉRIO DO BRASIL. LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, RJ, out 1828. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)>. Acessado em: 04 de janeiro de 2018.

KEMMLER, Fritz. *Exemplar in Context: A historical and Critical Study of Robert Mannyng of Brunne's Handlyng Synne.* Tübingen: Narr, 1984.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

Livro de Registros de óbitos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, nº1 (1820-1847).

Livro de Registros de óbitos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, nº2 (1853-1875).

LABORATÓRIO DE IMAGENS: Digitalização de Documentos Históricos - LABIM. Livro de Registros dos Testamentos de São José de Mipibu Nº4 (1862-1905).

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval.* São Paulo: EDUSC, 2002. v.1.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Caicó, cem anos atrás*. In: SANTOS, Alcineia Rodrigues dos Santos. *O Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2011.

PINHEIRO, J. D. A Solidão dos Moribundos. Fortaleza: *Revista de Ciências Sociais: Universidade Federal do Ceará*, v.33, nº1, 2002. Resenha de: ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer ou morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RELATORIO APRESENTADO Á ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório apresentado pelo Exmo. Primeiro Vice-Presidente da Província, João Carlos Wanderley, no dia 3 de maio de 1850. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1851. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/838/000011.html>>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos Santos. *Medidas Higiênicas no Seridó, século XIX*. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; e SANTOS, Rosenilson da Silva. (org.). *Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*. Natal: IFRN; Caicó: Biblioteca Seridoense, 2016.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos Santos. *O Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2011.

TAVARES, Diego Fontes de Souza. *Os cemitérios também falam: a Natal sob a ótica do espaço do morto*. 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia. Ouro Preto: EDUFOP, 2014.

TAVARES, Diego Fontes de Souza. *Os Muros do Além: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2016.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: EDUEL, 2013

VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

**CONSERVADORES PARTIDOS: AS COMPOSIÇÕES POLÍTICAS DO  
PARTIDO CONSERVADOR EM AÇU, NO RIO GRANDE DO NORTE  
(1876 -1884)**

**Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra<sup>1</sup>**

RESUMO

No final da década de 1840, os grupos políticos divididos entre *Sulistas* e *Nortistas* durante o Período Regencial, deram origem, respectivamente, aos partidos Liberal e Conservador. Dentro do Partido Conservador, entre as décadas de 1870 e 1880, destacou-se a atuação de Elias Antônio Ferreira Souto. A ligação de Elias Souto com o Partido Conservador pode remontar, no mínimo, a relação estabelecida entre sua família e o partido, mais especificamente ao seu pai, Luiz Antônio Ferreira Souto. Luiz Souto, era criador de gado *vacum*, proprietário da Fazenda Polônia, localizada em Sant'Ana do Matos, *coronel* e vinculado ao partido Conservador, sendo Deputado Provincial em duas legislaturas: 1858-1859 e 1873-1874. Elias Souto nasceu em Açú, no dia vinte e cinco de janeiro de 1848. Aos dezessete anos ficou paraplégico, o que não o impediu de ser professor do primário e funcionário do correio público de Açú. Durante sua trajetória, este personagem morou em várias cidades, como Macau, Açú, São José de Mipibu e Pau dos Ferros. Uma característica de sua atuação política era a fundação de um novo jornal em cada cidade que morava, com ataques políticos a novos e velhos adversários. Nesse sentido, ele fundou, durante o período imperial, os jornais *O Sertanejo* (1873-1876); *O Jornal de Açú* (1876-1885); *O Açúense* (1885) e *O Macauense* (1886-1889). Todos estes jornais declaravam-se Conservadores – alguns, inclusive, se declaravam órgão oficial do Partido Conservador. Vale salientar que, apesar de ser membro declarado do Partido Conservador, Elias Souto foi um dos fundadores da *Sociedade Libertadora Assuense*. Lendo os jornais fundados por Elias Souto, e os que faziam oposição a esse sujeito, uma característica chamou minha atenção: a quantidade de ataques políticos a outros membros do Partido Conservador. Dessa forma, pude perceber que o Partido Conservador possuía graves desavenças internas. Nesse sentido, tentarei responder duas questões, formuladas a partir dessa leitura: 1) quais diferentes grupos se organizaram internamente no Partido Conservador, em Açú? 2) Como Elias Souto se relaciona com esses diferentes grupos? Ancorado nas reflexões de Jean Sirinelli<sup>2</sup>, o presente trabalho toma como perspectiva teórica a caracterização da palavra sociabilidade em duas noções, que são a de redes, que estruturam uma sociabilidade, e a de microclima, que caracterizam um grupo. Para identificar as redes de sociabilidade as quais Elias Souto se inseria, utilizarei o método onomástico, proposto pela micro-história italiana. Esse método concebe o nome do sujeito como bússola da pesquisa.<sup>3</sup> Nesse sentido, buscarei, por um lado, identificar os outros sujeitos que mantinham relacionamento com o

---

<sup>1</sup> Graduando em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vinculado ao Grupo de Pesquisa “Espaços da Modernidade”, sob orientação do professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). E-mail para contato: [cecilvinicius@hotmail.com](mailto:cecilvinicius@hotmail.com).

<sup>2</sup> SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, p.231-270, 2003.

<sup>3</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

personagem; e por outro, reconstituir as redes de sociabilidade a qual ele estava inserido dentro do Partido Conservador. Em seguida, após identificado dos afetos e desafetos do sujeito, mapearei os diferentes grupos que faziam parte do Partido Conservador. Decorrente da minha impossibilidade de abarcar toda trajetória de Elias Souto no Partido Conservador, me deterei especialmente no período compreendido entre 1877 e 1882, no qual ele morou em Açú. Para tanto, utilizarei, sobretudo, dois jornais: *Brado Conservador* (1877-1882), pertencente a Antônio Soares de Macedo, e o *Jornal do Açú* (1877), propriedade de Elias Souto.

### **Aspectos Introdutórios**

Examinando os periódicos locais da cidade de Açú<sup>4</sup>, publicados durante o segundo Império, em especial o jornal *Brado Conservador*, um fato nos chamou a atenção: os ataques mútuos e contínuos advindos de duas tendências do Partido Conservador. Nos periódicos examinados percebemos nitidamente que esse Partido estava distante de ser um bloco partidário possuidor de uma unidade. Diante dessa constatação, algumas questões emergiram: Como se dava a organização interna do Partido Conservador em Açú? Quais os grupos e interesses políticos existentes nesse Partido? Que redes de sociabilidade existiam nessa agremiação? Quais as estratégias políticas adotadas por tais indivíduos? Como essas redes foram construídas e consolidadas?

Levando em consideração, por um lado, o nosso interesse pelos estudos biográficos, e, por outro, o fato de ter encontrado nos jornais o jornalista Elias Souto como o nome mais comum nos debates entre as duas tendências políticas por nós detectadas entre os membros do Partido Conservador em Açú, optamos por transformar esse personagem no eixo de nossa investigação e, a partir dele, tentar compreender as estratégias de disputa entre os dois grupos distintos que compunham o Partido Conservador em Açú.

Nesses termos, o objetivo é identificar, a partir da trajetória de vida de Elias Souto, os membros que compunham o Partido Conservador em Açú, os diferentes grupos políticos que o constituíam, bem como conheceras estratégias adotadas por esses grupos na disputa pelo controle do Partido. Nossa pretensão é elaborar uma rede de sociabilidade dos personagens que mantiveram relações afetivas com Elias Souto e outra rede com os personagens que eram seus desafetos.

---

<sup>4</sup> A grafia “Açú” aparece continuamente na documentação, apesar de encontrarmos, com menor frequência, a palavra grafada como Assú. Ao longo do texto, optei por utilizar a grafia “Açú”.



O estudo está delimitado temporalmente ao período compreendido entre 1876 e 1884. Elias Souto viveu em Açú até 1874, quando se mudou dessa cidade para a Villa do Príncipe<sup>5</sup>, onde permaneceu até o final do ano de 1876. O momento em que ele retornou a Açú é o marco inicial desse texto. A escolha de 1884 como marco final da análise se deve ao fato de que neste ano, ele se mudou para Macau, provavelmente em virtude de ter ficado politicamente enfraquecido na cidade. Entre 1876 e 1884, Elias Souto disputou a chefia do Partido Conservador em Açú, rivalizando com o grupo liderado por Antônio Soares Macedo.

O trabalho tem como principais fontes o jornal *Brado Conservador* e o *Jornal de Açú*, ambos acessados a partir do sítio da Hemeroteca Nacional Digital, vinculada à Biblioteca Nacional. Em alguns momentos, não foi possível identificar o *Jornal de Açú* em sua leitura original, pois só tivemos acesso a trechos publicados em outros periódicos. No geral, o trabalho consistiu em ler as matérias publicadas, identificando os personagens, as ideias referentes a eles, e os vínculos políticos que mantinham. É importante destacar que há poucas fontes sobre Elias Souto no período em análise.<sup>6</sup>

As reflexões do historiador Carlo Ginzburg sobre o paradigma indiciário foram de suma para a reconstituição das redes de sociabilidade do Partido Conservador em Açú, bem como para entendermos as disputas no seio deste partido. Para esse historiador, na segunda metade do século XIX, historiadores da arte começaram a interpretar os quadros a partir de detalhes, de pormenores, das minúcias do desenho dos artistas, a saber “os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés”.<sup>7</sup> Considerando essa lógica, Ginzburg apresenta luzes metodológicas para a pesquisa histórica ao indicar a possibilidade de adoção do “método indiciário”. Aplicando essa lógica de investigação na nossa pesquisa, nos atentamos aos indícios, aos detalhes das fontes.

Do ponto de vista teórico o texto se utilizou dos estudos vinculados à *Nova História Política*, aplicando, sobretudo, as análises que discutem o papel desempenhado pela cultura na adoção de práticas políticas. Com base nessa lógica, este trabalho parte de dois pressupostos: o primeiro deles é que os indivíduos agem

---

<sup>5</sup> Atualmente, a cidade é conhecida como Caicó.

<sup>6</sup> Falo especificamente do período estudado porque há um grande número de fontes disponíveis sobre Elias Souto no que se refere a sua atuação como opositor do grupo liderado por Pedro Velho, nos anos iniciais do período republicano.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 144.

politicamente partir de determinados valores, crenças, ideologias, convicções. O segundo pressuposto é que, contemporaneamente, o campo da história política se dedica aos estudos que contemplam a dimensão do cotidiano, as formas de pensar dos indivíduos e as estratégias adotadas a partir desse pensamento.<sup>8</sup> Portanto, este trabalho foi construído almejando ultrapassar uma concepção que restringe os estudos às práticas exercidas unilateralmente pelo Estado.

Ainda do ponto de vista teórico, foi muito importante o conceito de *ação*, nos moldes apresentados por Adriana Barreto de Souza. Para essa autora, a *ação* diz respeito ao que há de “consciente nas escolhas de um indivíduo, numa conduta que pretende atingir determinados fins, fundados em projetos pessoais ou coletivos e, no caso, voltados para a política.”<sup>9</sup>

Didaticamente, o texto está dividido em três partes. Na primeira delas, discutimos o momento em que Elias Souto regressou para a cidade de Açú, fundou o *Jornal de Açú* para rivalizar com o *Brado Conservador*. Na segunda parte, apresentamos as redes de sociabilidades tecidas pelos grupos políticos existentes no interior do partido conservador, evidenciando de que forma estas eram utilizadas de forma estratégica nas disputas internas. Na terceira e última parte, discutiremos o resultado das eleições do ano de 1880 e as implicações destas nas estratégias de disputadas adotadas por Elias Souto até então.

### **A volta de Elias Souto para Assú e a fundação do Jornal de Açú**

Baseando-se nos jornais publicados na cidade de Açú no final do ano de 1877, é possível mapear dois grupos que disputavam o controle do Partido Conservador, na esfera municipal. Um desses grupos era liderado pelo jornalista Elias Souto e divulgava suas ideias no *Jornal de Açú* (capitaneado financeiramente pelo Dr. Maranhense<sup>10</sup>). O outro grupo, liderado por Antônio Soares de Macêdo, tinha como órgão de divulgação o *Brado Conservador*. Paralelamente à imprensa conservadora, os Liberais expressavam suas ideias nas páginas do *Correio do Assú*, de propriedade

---

<sup>8</sup>FALCON, FRANCISCO. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org). *Domínios da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55- 82.

<sup>9</sup>SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 39.

<sup>10</sup>Trata-se do Juiz de Direito da Comarca de Açú, Dr. Fernando Maranhense da Cunha, vinculado aos Conservadores.

de João Carlos Wanderley. Esses jornais permitiram acompanhar as disputas políticas que aconteciam na cidade. Entretanto, nesse texto, analisaremos, especificamente, os jornais os dois Conservadores.

Para entender o contexto em que se travavam as disputas pela liderança do Partido Conservador do Açu, e a participação de Elias Souto nelas, é de suma importância compreender como se deu a criação do *Jornal do Açu*, em 1877.

Nas eleições municipais de 1876, os liberais conquistaram a maioria das cadeiras da Câmara Municipal de Açu, derrotando contundentemente o Partido Conservador. Segundo o *Brado Conservador*, órgão que defendia o partido derrotado, as eleições foram fraudulentas e os “direitos políticos dos cidadãos conservadores foram conculcados de um modo grosseiro e revoltante”.<sup>11</sup> Em virtude disso, Antônio Soares de Macedo, presidente do Partido Conservador do Açu, pediu a nulidade das eleições municipais. O pleito dos conservadores não foi aceito pelo juiz de Direito da Comarca, Dr. Fernando Maranhense da Cunha, vinculado aos Conservadores. Ao que tudo indica, nesse momento, o Dr. Maranhense e Elias Souto estavam se aproximando, o que pode explicar o motivo de a reivindicação do grupo majoritário do Partido Conservador não ter sido atendida.

Não pretendo aqui julgar se houve ou não fraude nas eleições, o importante a ser registrado é que, com ou sem armação, os liberais se tornaram maioria na Câmara Municipal. O fato é que, por causa do seu julgamento, o Dr. Fernando Maranhense da Cunha, que era vinculado ao Partido Conservador, ficou desacreditado frente ao seu próprio Partido, e ganhou corpo uma campanha, liderada por Antônio Soares Macêdo, contra ele. Tal campanha, encabeçada pelo presidente do Partido, objetivava expulsá-lo da cidade, e do partido, por causa do seu julgamento.

Em 1874, o jornalista Elias Souto também exercia a função de professor primário na cidade de Açu. Nesse ano, em razão de perseguições políticas, foi transferido para a Villa do Príncipe. Segundo o jornal *Brado Conservador*, Souto havia sido remanejado como medida corretiva por estar “perturbando a paz e a tranquilidade de algumas famílias”<sup>12</sup>. Estas famílias eram, sobretudo, as famílias de Luiz Francisco de Araújo Picado e Antônio Soares de Macedo.

A transferência de Elias Souto para a Villa do Príncipe foi uma ação do Presidente de Província Bandeira de Mello, possivelmente influenciado por Antônio

---

<sup>11</sup> BRADO CONSERVADOR, 1877. p.3.

<sup>12</sup> ATTENDA o governo. *Brado Conservador*, 22 jun 1877. p.1.

Soares de Macedo<sup>13</sup>. Mesmo antes de 1874, Elias Souto e sua família já pertenciam ao Partido Conservador, atuante em várias cidades da província do Rio Grande do Norte.

Após um período de dois anos na Villa do Príncipe, no final do ano de 1876, Elias Souto voltou a exercer sua função de professor primário em Açú. Esse retorno está associado ao fato de que Bandeira de Mello tinha saído da Presidência da província e foi substituído por Alarico Furtado, que não manteve a mesma postura do seu antecessor, permitindo o retorno de Elias Souto. A volta do professor a Açú foi “saudada” pelo *Brado Conservador* nos seguintes termos: “Parece que o professor Elias Souto não aproveitou a lição dada pelo Exm. Ex. Presidente desta província, o Sr. Dr. Bandeira de Mello Filho, removendo-o para a cadeira da instrução primária da cidade”<sup>14</sup>. Essa saudação do *Brado Conservador* está diretamente relacionada ao fato de Elias Souto ter, mais uma vez, fundado um jornal que fazia oposição aos seus adversários<sup>15</sup>. Isso significa que o retorno de Elias Souto a Açú foi marcado pela retomada das disputas políticas passadas.

A movimentação oposicionista de Elias Souto a uma parte do Partido Conservador em Açú estimulou que ele próprio procurasse aliados políticos no seio do Partido. Dessa forma, se explica a sua aliança com o Dr. Maranhense, que também fazia oposição ao grupo que chefiava os Conservadores naquele momento<sup>16</sup>.

Segundo o *Brado Conservador*, a aliança entre o Dr. Maranhense e Elias Souto tinha por objetivo desestruturar o Partido Conservador. Essa ideia é expressa no jornal da seguinte forma:

[...] lembrou-se o dr. Maranhense de aparentar o segundo partido conservador no Assú e, inspirando a compra de uma typographia ao professor Elias Antônio Ferreira Souto, seu íntimo e subserviente amigo,

---

<sup>13</sup> As relações políticas entre Bandeira de Mello e Antônio Soares Macedo eram muito estreitas. A partir desse relacionamento, é possível entender uma série de ações do Presidente da província. Usei a expressão “possível influência”, por não encontrar uma documentação que explicitasse a influência de Macedo para a tomada dessa decisão específica.

<sup>14</sup> ATTENDA o governo. *Brado Conservador*, 22 jun 1877. p.1.

<sup>15</sup> Elias Souto tinha a prática de fundar jornais nas diversas cidades em que constituía residência. Os jornais eram, em geral, perseguidos pelos grupos políticos que estavam no poder.

<sup>16</sup> Há grande probabilidade de, nesse período, ter ocorrido uma reorganização partidária no seio do Partido Conservador no Rio Grande do Norte. Isso por que a saída de Bandeira de Mello do poder favoreceu a ocorrência de disputas no seio do Partido. Ao que tudo indica, o debate político em Açú era mais contundente do que nas outras cidades e vilas do Rio Grande do Norte, tendo em vista que nessa cidade se encontrava o maior número de periódicos. Em Natal, capital da província, por exemplo, só existia um jornal do Partido Conservador e um do Partido Liberal. Em Açú, tínhamos um jornal Liberal e dois jornais Conservadores.

pretendeu estabelecer a desordem no grêmio dos conservadores, acenando ao professor com a chefia do novo partido.<sup>17</sup>

Da aliança entre Elias Souto e dr. Maranhense, foi fundado, ainda no ano de 1877, o *Jornal de Açú*, provocando uma cisão no Partido Conservador e ampliando a sua fragilidade, que havia sido iniciada com o seu baixo desempenho nas eleições de 1876. Esse periódico passou a fomentar velhas e novas polêmicas. Para fazer frente à aliança entre Elias Souto e Dr. Maranhense, Antônio Soares de Macedo organizou uma campanha para retirar o magistrado da cidade de Açú.

Sobre o episódio da fundação do *Jornal de Elias Souto*, o *Brado Conservador* criticou profundamente o novo periódico, afirmando que o mesmo não tinha condições de se considerar Conservador, por ter rompido com seus correligionários.<sup>18</sup> Essa crítica do *Brado Conservador*<sup>19</sup> explicita as polêmicas que passaram a ser publicadas tanto no *Brado Conservador* quanto no *Jornal do Açú*. Os dois periódicos criticavam-se mutuamente e apresentavam-se como “órgão genuíno” do Partido Conservador. Tal polêmica se intensificou quando, em 1877, o *Correio de Assú*, jornal do Partido Liberal, elegeu o *Jornal do Açú*, como o “órgão oficial do Partido Conservador”. Revoltado com essa posição do *Correio de Assú*, o *Brado Conservador* publicou diversos artigos contestando a posição do jornal de Açú como órgão oficial do Partido Conservador e de Elias Souto como líder dessa agremiação:

Quando os partidos tomaram aqui posição definida, o professor Elias Souto nem ao menos se fez conduzir a urna para ali depositar um voto para o seu partido, único serviço que lhe poderia prestar; e não obstante foi considerado em uma de suas chapas. Entretanto, é este o homem a quem o *Correio* empresta o título de órgão genuíno.<sup>20</sup>

Essas disputas se arrastaram por todo ano de 1877 e nelas se envolveram diversas personagens.

### **Disputas no Partido Conservador**

Várias estratégias foram adotadas pelo *Brado Conservador* com vistas a descreditar a ala do Partido Conservador organizada por Elias Souto e o Dr.

---

<sup>17</sup> CHRONICA politica. *Brado Conservador*. 22 jul 1877.

<sup>18</sup> CHRONICA politica. *Brado Conservador*. 22 jul 1877.

<sup>19</sup> O *Brado Conservador* a que nos referimos começou a ser publicado no ano de 1876. Dizia-se “folha política, moral e noticiosa”. Antes e depois desse período, existirão outros periódicos publicados em Açú com o mesmo título.

<sup>20</sup> O QUE o *Brado Conservador* não publicará de certo. *Brado Conservador*, 14 set 1877, P.1

Maranhense<sup>21</sup>. Uma delas foi questionar quem seriam os indivíduos que faziam parte dessa ala. Os apoiadores desse jornal eram membros das famílias Soares, Barbalho, Fonseca, Barros e Amorim.

Por meio de um artigo publicado por Elias Souto<sup>22</sup>, conseguimos identificar os sujeitos que seriam seus correligionários na cidade: Dr. Fernando Maranhense da Cunha, Dr. Francisco Ferreira de Novaes Junior, tenente coronel José Carlos de Carvalho, delegado João Arruda Câmara, subdelegado José Maria da Costa, Ignácio Dias de Lacerda, José Barbosa Pimentel, João Ribeiro Pessoa de Mello, subdelegados de oficinas Antônio Correia de Menezes, João Manoel da Câmara, Tenente Antônio Victor de Melo.

Não conseguimos verificar quem seriam todos estes sujeitos, mas conseguimos ter uma ideia geral sobre a rede de sociabilidade tecida por Elias Souto no Partido Conservador. Primeiramente, é possível perceber que nenhum indivíduo que ocupava cargos na diretoria do Partido fazia parte da rede tecida por Elias Souto. Ao que tudo indica, o grupo de Elias Souto visava disputar a liderança do partido.

Se estas redes não garantiram inicialmente o controle interno do Partido, garantiram, pelo menos, uma posição privilegiada a Elias Souto nas disputas com o outro grupo. Em julho de 1877, o novo *Juiz Municipal de Termo*, Dr. Novaes Junior, e o delegado de polícia Arruda Câmara (ambos pertencentes a sua rede de sociabilidade) prenderam dois filhos de Antônio Soares de Macedo, acusando-os de terem caluniado e difamado Elias Souto. Em virtude disso, foi determinado pelo Juiz Municipal que o jornal não poderia mais fazer menção a Elias Souto. A partir de então, o nome de Elias Souto passou a ser pouco citado até o final do ano de 1877, quando foi iniciada pelo jornal uma campanha contra ele, que tinha como objetivo afastá-lo ou remanejá-lo do cargo de professor primário de instrução pública de Assú. Segundo o jornal,

O professor de instrução pública de instrução primária da cadeira de n°1 gráo desta mesma cidade, Elias Souto Antônio Ferreira Souto, que, todo absorto nos serviços tipográficos, depois que aqui montou um prelo, ou um pelourinho, onde nem se quer respeita-se a honra das famílias, vive completamente distraído das obrigações do seu magistério.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Quando da transferência de Dr. Maranhense para outra cidade, o *Brado Conservador* parou de mencionar o referido Juiz, focalizando apenas em Elias Souto.

<sup>22</sup> A possibilidade de consultar essa lista se deu porque ela foi reproduzida pelo jornal *Brado Conservador*, em edição de 12 de outubro de 1877.

<sup>23</sup>BRADO conservador. 7 dez 1877.

Como estratégia para minar a imagem do professor, os aliados de Antônio Soares questionaram as habilidades de Elias Souto como docente, usando esse argumento na tentativa de afastá-lo definitivamente da cidade, utilizando-se, para isso, de toda as artimanhas possíveis para desqualificar Elias Souto como líder do Partido Conservador.

Enquanto um grupo buscava afastá-lo da cidade, minando seu prestígio perante a sociedade, Elias Souto se firmava na cidade. Uma evidencia dessa afirmação é a sua nomeação para o Correio Público de Assú, concedida pelo então diretor geral do Correio Público<sup>24</sup>, em janeiro de 1878.

Após a nomeação de Elias Souto para o Correio Público, os ataques a ele se intensificaram. O *Brado Conservador* continuou desqualificando Elias Souto em qualquer atividade que ele realizasse. O objetivo do jornal era destituir Elias Souto como líder e retirá-lo definitivamente de Açú. O principal argumento era o de que um homem *sem moral* não poderia nem instruir as crianças da cidade e, tampouco, trabalhar no Correio Público.

É importante destacar que a atitude de Elias Souto como professor vinculava-se também a bandeiras de luta em favor do magistério. Quando da fundação do *Jornal de Açú*, Elias Souto afirmou que:

O Jornal de Açú tem mais uma importante e grande missão a desempenhar, e um elevado compromisso que quer contrair com o professorado da província máxima e da instrução primária, do qual constitui-se órgão de seu direito e de suas necessidades, abrindo espaço em suas colunas a sua legítima defesa.<sup>25</sup>

Ao longo do ano de 1880, Elias Souto foi denunciado diversas vezes para o Juiz de Direito da cidade, João Antônio de Farias, substituto do Dr. Maranhense. Na tentativa de convencer o Juiz, o Brado Conservador utilizou o argumento de que Elias Souto exercia concomitantemente as funções de professor público, advogado, curador de depositário e administrador dos bens do Senhor do Bonfim, o que legalmente, era proibido. Contudo, Elias Souto possuía laços de amizade com João Antônio de Faria, que havia concedido autorização para que Elias Souto pudesse advogar. A partir disso, podemos inferir que a relação entre eles era boa e, possivelmente em razão disso, o juiz negou a solicitação de Antônio Soares.

---

<sup>24</sup> Não conseguimos encontrar o nome do diretor.

<sup>25</sup> Notícia divulgada no *Jornal de Açú*, no dia 7 de abril de 1877.

Além de criticar Elias Souto, *Brado Conservador* também denunciou que Elias Souto era bem relacionado com muitos vereadores da Câmara Municipal e que, por isso, os eles não dava prosseguimento às denúncias feitas contra Elias Souto. Com vistas a solucionar tal impasse, foi feito no dia 11 de julho de 1880 um abaixo-assinado pedindo a transferência de Elias Souto do cargo de professor do primário.<sup>26</sup> O abaixo-assinado foi entregue ao presidente da província, Alarico José Furtado, pelas mãos do próprio Antônio Soares Macedo.

Tomando por base quem estava liderando a produção do abaixo-assinado, Antônio Soares de Macedo, lançamos a hipótese que os indivíduos que o assinaram eram, em sua maioria, pertencentes à ala do Partido Conservador liderada por Antônio Soares. Dessa forma, traçamos também a rede de sociabilidade com a qual Elias Souto rivalizava, composta por Luiz Francisco de Araújo Picado, Luís Correia de Araújo Furtado, Antônio Soares de Macedo, Manoel Pereira Guimarães, Joaquim de Sá Leitão, Luís Gomes de Amorim, João Henrique Martins da Silva, Manoel Candido Maciel de Brito, João Soares de Macêdo, Luís José Soares de Macêdo, Pedro Soares de Macêdo e João Candido Maciel de Brito. Nota-se o papel central da família “Soares Macêdo” contra Elias Souto na disputa interna do Partido.

Apesar da campanha assídua a favor do remanejamento do professor, o presidente da província não respondeu como demandava as expectativas do grupo de Antônio Soares. Após quatro meses do envio do abaixo assinado, o jornal *Brado Conservador* reclamava a falta de posicionamento do presidente da província e a necessidade de uma solução urgente para a situação.<sup>27</sup>

### **Elias Souto e a eleição de 1880**

A eleição municipal para os Juizes de Paz e vereadores estava marcada primeiramente para dia 1º de julho de 1880. Devido a mobilizações do grupo Liberal, a eleição foi adiada, e só aconteceu no dia 15 de setembro. Acontecida a eleição, os vereadores eleitos foram Manoel Pereira Guimarães<sup>28</sup> com 155 votos; Joaquim de Sá Leitão, com 153 votos; Antônio Soares de Macêdo, 146 votos; João Rodrigues de Melo, com 144 votos, Luís Gomes de Amorim, 140 votos; João Henrique Martins da

---

<sup>26</sup> O abaixo-assinado está na edição do jornal *Brado Conservador* publicado em 30 de agosto de 1880, na página 2. De acordo com a legislação vigente na época, um professor primário só poderia ser transferido uma vez ao longo de sua carreira. Caso fosse transferido mais de uma vez, o pedido desconsiderado e o professor perdia o emprego.

<sup>27</sup> Notícia vinculada no jornal *Brado Conservador*, no dia 7 de dezembro de 1880.

<sup>28</sup> O vereador mais votado se tornava por conseguinte presidente da Câmara.



Silva, com 136 votos; Manoel Pereira de Farias, com 136 votos; Manoel Candido Maciel de Brito, 133 votos; João Arruda da Câmara, 133 votos. Enquanto que os Juizes de Paz eleitos foram: Luiz Francisco de Araújo Picado, com 121 votos; Pedro Soares de Araújo, com 125 votos; João Candido Maciel de Brito, 118 votos; Manoel Marreiro Pessoa, 116 votos.

Tal eleição significou uma grande derrota para Elias Souto e sua ala do Partido Conservador. Como é possível perceber, somente um indivíduo, João Arruda Câmara, citado por Elias Souto como pertencente ao seu grupo no Partido Conservador ganhou o cargo de vereador. Dos nove vereadores eleitos, seis participaram da campanha organizada por Antônio Soares para removê-lo da cidade<sup>29</sup>. Além dos vereadores, dos quatro juizes de paz, três também participaram da campanha,<sup>30</sup> assinando o abaixo assinado encaminhado para o presidente da província. Nesse sentido, a eleição desses personagens significava para Elias Souto uma grande derrota, na medida em que os membros do Partido Conservador eleitos o queriam fora da cidade, e fora do Partido Conservador de Assú.

O resultado das eleições também não agradou o Partido Liberal, sobretudo a ala liderada pela família Lins Wanderley<sup>31</sup>, que não obteve nenhuma representação. Nesse momento, Elias aproximou-se dessa ala do Partido Liberal, e pediram a nulidade das eleições. Indo para o julgamento em primeira instância no próprio município, o recém-chegado *Juiz de Direito da Comarca*, Dr. Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda, reconheceu a validade das eleições. O *Brado Conservador* rasgou elogios ao procedimento do juiz Tavares de Hollanda, que admitindo a legalidade das eleições, privilegiou os interesses do grupo liderado por Antônio Soares Macedo. Ao falar do juiz, o um dos articulistas do jornal afirmou que

O dr. Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda, juiz municipal e atual interino de direito da comarca de Assú, na Província do Rio Grande do Norte, está sendo vil e covardemente atassalhado no seu caráter de juiz. Distinto pelo seu cavalheirismo a toda prova, prendado nas mais qualidades

---

<sup>29</sup> Os personagens eleitos para vereadores que rivalizavam com a ala do Partido Conservador liderada por Elias Souto, são: Manoel Pereira Guimarães, Joaquim de Sá Leitão, Luís Gomes de Amorim, Antônio Soares de Macêdo, João Henrique Martins da Silva e Manoel Candido Maciel de Brito.

<sup>30</sup> Entre os Juizes de Paz, o único que não compunha esta rede de desafetos contra a ala liderada por Elias Souto, era o Juiz, recém-eleito, Manoel Marreiro Pessoa. Entretanto, isso não indica que o referido juiz pertenceria a ala de Elias Souto, ou que ele era amigo do mesmo.

<sup>31</sup> A partir do trabalho realizado, percebemos que o partido Liberal também estava cindido. No entanto, não nos aprofundamos na questão, por considerá-la fora do escopo deste artigo.

cívicas e morais, sacrificando suas opiniões políticas pela causa da justiça e da imparcialidade <sup>32</sup>.

Inconformado com a decisão do Juiz Tavares de Hollanda, Elias Souto e a família Lins Wanderley recorreram ao Supremo Tribunal da Relação do Distrito que, num primeiro momento, ratificou a decisão da primeira instância. No entanto, após a inclusão de novas provas no processo, o Supremo Tribunal da Relação do Distrito deu parecer favorável à nulidade das eleições.

Nesse período, o *Brado Conservador* promoveu uma forte campanha contra a decisão do Supremo Tribunal da Relação do Distrito., divulgando uma série de documentos que comprovavam que a adulteração dos documentos que haviam sido enviados para o Supremo Tribunal. Segundo o jornal, essa documentação havia sido adulterada pelo funcionário do correio Alpheu Lins Wandelely. Após essa denúncia, foi aberto um processo que ficou conhecido como “Processo Alpheu”, que reconheceu oficialmente o envio de documentação fraudulenta. Apesar de não conseguirmos detalhes sobre o processo, nem quais as consequências legais deste, ao que tudo indica foi por causa deste processo que Elias Souto saiu da cidade, com destino a Macau, onde morou entre os anos entre os anos de 1885 e 1890.

### **Conclusão**

A partir do trabalho realizado, é possível evidenciar algumas conclusões. A primeira conclusão é que existia um partido Conservador em Açú, em 1876. Com o retorno de Elias Souto à cidade, houve uma cisão no partido, e ele, junto com o Juiz da cidade, Dr. Maranhense, passou a organizar uma oposição sistemática ao grupo dirigente, liderado por Antônio Soares de Macedo.

A segunda conclusão é que a estratégia usada por Elias Souto e Dr. Maranhense para fazer oposição ao grupo de Antônio Soares de Macedo foi a criação de um jornal chamado *Jornal de Açú*, que se contrapunha ao *Brado Conservador*, periódico pertencente a Antônio Soares de Macedo. Nesse sentido, os jornais se configuraram como palco primordial nas análises das estratégias adotadas por esses indivíduos.

O segundo elemento de conclusão foi que dentre as estratégias que foram utilizadas pelos dois grupos, identificamos algumas que nos chamaram a atenção. Por

---

<sup>32</sup> BRADO CONSERVADOR, 23 mai 1881, p.1.

parte de Antônio Soares Macedo, o fato dele se utilizar da profissão de Elias Souto para tentar deslegitima-lo frente ao restante do grupo e do partido. Interessante nas estratégias adotadas por Elias Souto foi o uso de suas redes de sociabilidade, bem como a mudança destas no momento em que isso significou para ele uma possibilidade de mudar o cenário de derrota eleitoral a qual ele estava inserido.

A terceira conclusão é que os partidos não expressavam posições ideológicas nem doutrinárias. A ausência desses posicionamentos também podia ser notada nos periódicos organizados pelas duas facções existentes no seio do Partido Conservador. Essa mesma lógica também explica o fato de indivíduos do Partido Conservador, como Elias Souto, terem se aliado a membros do Partido Liberal, circunstancialmente.

Na medida em que buscamos compreender as estratégias adotadas pelos grupos, foi-se desenhando as redes de sociabilidade do personagem estudado. Nesse sentido, tomando como eixo de investigação o indivíduo, é possível compreender que este se articulava com diferentes sujeitos, de diferentes partidos, na medida em que se deparava com novas situações.

A quarta conclusão diz respeito ao fato de que no século XIX, em Açú, as articulações políticas estavam diretamente vinculadas às práticas presentes no cotidiano. Nesse sentido, eram mobilizados aspectos das vivências dos homens como instrumentos para a mobilização política. Pode-se citar, por exemplo, o caso de Elias Souto, que era desqualificado como docente pelos seus opositores, com o intuito de desqualificar as suas posições políticas.

A conclusão final deste trabalho é que só é possível compreender as relações de poder no século XIX se associarmos as disputas partidárias às práticas culturais vigentes naquele período. Nesse sentido, pode-se afirmar que as disputas familiares, os embates por prestígio e poder estavam acima dos interesses coletivos que poderiam nortear a organização de um partido político.

#### **FONTE (PERIÓDICO)**

*BRADO CONSERVADOR*, Açú (1877-1882)  
*JORNAL DO ASSÚ*, Açú (1877)

**BIBLIOGRAFIA**

AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. *José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX*. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BUSCA LEGIS. *O processo eleitoral no Brasil Império*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18628-18629-1pb.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

FALCON, FRANCISCO. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org). *Domínios da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55- 82.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

**“ENTRE BARRACOS, HOSPEDAGENS E VAPORES”: MIGRAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE NAS SECAS DE 1877 E 1889.**

**Francisco Ramon de Matos Maciel<sup>1</sup>**

RESUMO

A migração de milhares de famílias sertanejas nas grandes secas vai marcar transformações profundas na sociedade brasileira no fim do Império. Poderes públicos procuram formas de controle e ordenamento dos retirantes em seus territórios. Litorais das províncias do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte tornam-se lugares de espera e passagem de sertanejos para alhures. A imprensa cearense publicava que “[...] da Parahyba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí nos tem vindo centenas e milhares de immigrants”, e nas freguesias do “Crato, Barbalha, Missão-Velha, Milagres e Jardim que constituem o terreno do cariry, se contam, segundo a estatística feita, dusesentos e vinte seis retirantes!”<sup>2</sup>. Algumas delas encontram nas cidades abarracamentos e hospedagens, onde esperam passagens do governo para embarcarem em navios com destino ao extremo norte e sul do Brasil. Por exemplo, na cidade de Fortaleza foi dividido quatro distritos com abarracamentos para a população adventícia pela comissão de socorros públicos na seca de 1877, e uma Hospedaria Geral de Emigração na seca de 1889. No distrito responsável pelo João Francisco Sampaio existiam “215 famílias compostas de 1279 pessoas, cujas procedências são: Pereiro 186, S. Francisco 184, Imperatriz 115, província do Rio Grande do Norte 106 [...]”<sup>3</sup>. O presidente da província do Ceará, o Sr. Dr. Caio Prado na seca de 1889, “organizou pessoalmente o regulamento de uma hospedaria geral da emigração, correndo as despesas por conta do ministro do império”<sup>4</sup>. Nosso artigo aborda a experiência coletiva de famílias sertanejas da província do Rio Grande do Norte nos espaços de espera, isto é, momentos de pausa em seu deslocamento nas secas de 1877 e 1889. Esses lugares serão pensados pelas autoridades como forma de instrumentalizar seu poder, através do ordenamento sertanejo. Porém, nesses instantes de “repouso” podemos perceber as ações, escolhas, dramas e laços construídos pelos retirantes nesses locais, antes mesmos de partirem para outras terras. A metodologia da pesquisa está entre o jogo de escalas de análise<sup>5</sup>, a relação próxima e distante, numa perspectiva da história social da espera, trabalho e migração<sup>6</sup>. As fontes são jornais das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, relatórios de presidentes de província e ministros do império, e registros das comissões de socorros públicos.

---

<sup>1</sup>Doutorando em História Social na Universidade Federal do Ceará, integrante do grupo de pesquisa “Seca, Cultura e Movimentos Sociais”, bolsista CAPES, e-mail: nomarmatos@gmail.com

<sup>2</sup>“*INTERIOR*”. O Apostalo. Ceará. Anno XII. N.º. 93, quarta-feira 15 de Agosto de 1877, p. 01.

<sup>3</sup>“*EMIGRANTES*”. O Cearense. Ano XXXI, N.º 69, Agosto de 1877, p. 04.

<sup>4</sup>“*FORTALEZA*”. Pedro II. Ano 49, N.º. 16, 6 de Fevereiro de 1889, p. 01.

<sup>5</sup>Jacques Revel (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 páginas.

<sup>6</sup>Alguns autores que abordam essa discussão são Abdelmaleck Sayad (1998), Laurent Vidal (2008), Frederico de Castro Neves (2001).

## Introdução

Quando discute-se a temática da migração retirante nas grandes secas da região Norte na passagem do XIX, o viés de interpretação fatalista acaba adquirindo um papel importante nas narrativas históricas<sup>7</sup>. A própria seca torna-se o sujeito principal, que, responsável pela crise na lavoura de subsistência, faz com que os agricultores pobres deixem seus lares a procura de auxílios em outras terras, ofuscando os problemas sociais do mundo rural na formação do Brasil. Essa literatura retirou dos sertanejos (grupos humanos que habitam o interior dos territórios provinciais) sua condição de sujeitos, ou seja, atores sociais com ações, escolhas e projetos próprios, dentro do emaranhado de relações humanas existentes no contexto de crise hídrica e estrutura agrária. Outro aspecto “ofuscado” na literatura sobre a migração sertaneja é a presença de retirantes das províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Poucos trabalhos abordam a experiência do deslocamento das famílias sertanejas nesses locais, chegando a crer que apenas os cearenses foram os principais a vivenciarem as grandes secas do Oitocentos<sup>8</sup>. Apesar de a província do Ceará ser a mais atingida pelo drama da estiagem – fome, doenças, morte, migração – durante décadas no século XIX, não podemos deixar de compreender outras realidades, contextos com suas singularidades e experiências, além das relações de similitude com todas as áreas do semiárido, principalmente, quando nossa perspectiva é uma história social dos debaixo. De tal modo a questão do deslocamento durante a seca torna-se uma confluência de experiências de várias famílias sertanejas da região Norte nesse *fin-de-siècle*. Escolher um segmento das vivências em detrimento de outras, pelo simples caráter quantitativo, ou, até mesmo de

---

<sup>7</sup> GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Seca e migração no nordeste*: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. Trabalhos para discussão n. 111/2001. Agosto 2001.

<sup>8</sup> Uma literatura que discute um pouco sobre as grandes secas e a migração sertaneja no Rio Grande do Norte e Pernambuco são BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia Agrícola Sinimbú*: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880). Natal, RN, Dissertação (mestrado), UFRN, PPGH, 2015. 189f. GREENFIELD, Gerald M. *O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca do Nordeste: 1877-1879*. Caderno de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Instituto de Pesquisas Sociais (Caderno de Estudos Sociais; vol. 5, nº2), 1989. MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção de Flagelo”*: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2013. MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. Os degredados filhos da seca. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

relevância territorial, política e estatal, não seria coerente com uma corrente historiográfica que almeja escrever a contrapelo e contra a prosa insurgente do discurso governamental<sup>9</sup>.

Essas observações prévias – ações dos sujeitos, alteridade espacial e confluência de experiências – são aspectos importantes para o desenvolvimento metodológico sobre o processo de migração retirante nesse contexto abordado. Por outro lado, temos uma categoria importante para problematizar sobre nosso objeto: os *territórios da espera*. Esses seriam dispositivos territoriais e administrativos, espaços liminares criados e desenvolvidos pelas classes dominantes para o acolhimento, controle, triagem e distribuição de grupos em situação de deslocamento, como exemplo os imigrantes<sup>10</sup>. Nesse diálogo o artigo foi pensado no olhar de uma história social da espera, isto é, “de uma história atenta ao que acontece nos momentos e lugares em que os homens em deslocamento esperam: por motivos técnicos, administrativos, políticos ou mesmo climáticos”<sup>11</sup>. Portanto, pensar intrinsecamente a migração norte-rio-grandense, as experiências em trânsito, e os espaços criados, provisoriamente, na tentativa de organizar a multidão indigente, seja para o trabalho e racionalização dos socorros é iluminar a compreensão sobre as ações, estratégias e escolhas dos retirantes, aliada as políticas públicas de migração e ordenamento nas duas grandes secas no final do Império. Para sua realização esse trabalho contou com fontes documentais como jornais, matrículas de emigrantes, listas de navios, relatórios dos presidentes de província e ofícios das comissões de socorros públicos.

**“Um reino pavoroso”<sup>12</sup>: abarracamentos e retirantes norte-rio-grandenses na cidade de Fortaleza, 1877.**

---

<sup>9</sup> BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013. GUHA, Ranajit. La prosa de la contrainsurgencia. Pasados Poscoloniales. CEAA, Centro de Estudios de Asia y Africa El Colegio de México. 1999. [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Mexico/ceaa\\_colmex/20100410113135/guha.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Mexico/ceaa_colmex/20100410113135/guha.pdf).

<sup>10</sup> VIDAL, Laurent. *Sociétés, mobilités déplacements: les territoires de l’attente*. *Revue Urbanisme*, Paris, n.384, p.87-90. mai.-jun. 2012. \_\_\_\_\_. *Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial: alguns desafios metodológicos*. In: Fridman, Fania; Abreu, Maurício (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. p.53-62. 2010. \_\_\_\_\_. Pour une histoire sociale de l’attente. In: Vidal, Laurent. *Mazagão: la ville qui traverse l’Atlantique du Maroc à l’Amazonie (1769-1783)*. Paris: Aubier. p.301-306. 2005.

<sup>11</sup> CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. *Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 02. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.

<sup>12</sup> Expressão tirada do historiador cearense Raimundo Girão quando refere-se a cidade de Fortaleza como “a capital de um pavoroso reino” na seca de 1877. Consultar GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Bastiste Fontenelle, p. 185.

O deslocamento para a cidade de Fortaleza pelos retirantes do Rio Grande do Norte dava-se em grande medida pelas estradas que ligavam as duas províncias, mas também algumas vezes por navios saídos dos portos de Macau e Mossoró. “*O Retirante*”<sup>13</sup>, jornal criado para as vítimas da seca em Fortaleza, noticiou no dia oito de julho de 1877 que na barçaça “Natalense chegaram de Mossoró 169 infelizes que, acossados pela fome, deixaram aquellas plagas e vieram procurar nestas um allívio aos seus soffrimentos”. Um desses retirantes desembarcou morto, “e 168 em estado lastimável; famintos e cobertos de repugnantes trapos”<sup>14</sup>. Na publicação de 19 de agosto do corrente vieram de Mossoró, pela mesma barçaça, “207 emigrantes, que, prestes a succumbirem de fome, acceitaram o generoso offerecimento do prestante cidadão Francisco Tertuliano d’Albuquerque, de mandal-os trazer a esta capital onde aquelles infelizes acreditavam haver trabalho”<sup>15</sup>. Porém os portos não eram os únicos locais de entradas para a capital cearense. Nas páginas do jornal “*O Cearense*”<sup>16</sup> de 15 de agosto de 1877 descreve-se a chegada de famílias retirantes do interior do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Nestes 3 dias tem entrado nesta capital de vários pontos desta e das províncias da Parahiba e Rio Grande do Norte, cerca de 800 emigrantes, que vem accasados da fome. Entre os foragidos há famílias distintas, as quaes a calamidade, que tudo assoberba, atirou nos horrores da miséria. Faz compaixão o estado desses infelizes. Moças brancas, cobertas de andrajos, pés ensanguentados pelas marchas forçadas, a pelle requeimada por um sol abrasador e quase inanidas, pobre homens conduzindo 2 e 3 crenças aos hombros e em tipoias, num percurso de 80 a 100 leguas. Infelizes mulheres, com os filhinhos conchegados ao colo, a expirarem de fome, porque já não encontram no seio reequido de desventurada mãe em que amamentar-se, tudo isso é doloroso, é pungente!<sup>17</sup>

Em Fortaleza, com a crescente migração de sertanejos foram “construídos abarracamentos nos limites da cidade, a sota-vento para que os ares não trouxessem para o interior da urbe os miasmas que, acreditavam-se, eram exalados pelos retirantes”, pela condição de aglomeração e dos cadáveres em decomposição. Todavia, nos longos meses

---

<sup>13</sup> O jornal “*O Retirante*” (1877-1878) era de propriedade do Sr. Francisco Perdigão. Tinha como redator Luiz de Miranda, da tipografia Imparcial e o impressor Suitberto Padilha.

<sup>14</sup> “*Retirantes*”. In: *O Retirante*. Ano I. N.º. 3, 1877, p. 05.

<sup>15</sup> “*Emigrantes*”. In: *O Retirante*. Ano I, N.º. 9, 1877, p. 02.

<sup>16</sup> *O Cearense* (1846-1891), pertencia ao Partido Liberal do Ceará. Saindo primeiramente pela Imprensa Nacional, de Barbosa, Tipografia de Paiva & Cia, fez forte oposição ao partido Conservador, inclusive no ano de 1878. Seus proprietários eram Luis Vasconcelos e João Evangelista.

<sup>17</sup> “*Emigrantes*”. In: *O Cearense*. Ano XXXI, N.º 68, 1877, p. 03.



decorridos entre 1878 e 1880, “havia pelos diversos abarracamentos espalhados pelos subúrbios de Fortaleza centenas de turmas de trabalhadores ocupados em construir, limpar, carregar, cozinhar, vigiar e executar as tantas outras diversas tarefas”, essas, que constituíam o cotidiano de trabalho dos “proletários das secas durante os tempos de estiagem”<sup>18</sup>. Pensados pelas autoridades como forma de racionalizar a distribuição de gêneros alimentícios e utilização da mão de obra retirante em obras públicas, os abarracamentos foram divididos em distritos no território municipal, onde cada um possuía sua administração e responsáveis pela comissão de socorros públicos. No relatório entregue pelo desembargador Caetano Estellita ao João José Ferreira D’Aguiar, presidente da província do Ceará, encontra-se referência a esses espaços.

[...] com relação aos emigrantes, que se recolhiam à Capital, regularizei os serviços necessários à sua recepção, - alojamento, socorros e tratamento. Nomeei à cidadãos prestimosos a quem incumbi especialmente da distribuição dos socorros, mandando construir abarracamentos nas imediações da cidade, onde são recolhidos pelos membros das comissões domiciliares. [...] Para melhor direção do serviço e distribuição dos socorros devidos aos emigrantes, que aqui estam permanecendo, separei-os em cinco districtos. O 1º districto no lugar – Meirelles -, a cargo do Dr. Henrique Theberege, com uma população de 4,480, representando 747 famílias em 128 barracas feitas de madeira e palha, estando outras famílias recolhidas em casinhas particulares. O 2º districto esta confiado a direção do alferes Joaquim Nogueira de Holanda Lima, e compreende os abarracamentos do Pajehú, Alto de Pimenta, São Luiz, Estradas de Mecejana e do major Thomaz, e bairro do Livramento, o qual acha-se dividido em dous, denominados – Pajehú e Alto da Pimenta, - sendo este confiado à direção do capitão Raymundo Seralin dos Anjos Jatahy. Todos esses abarracamentos contem uma população de 14, 129 emigrantes, habitando palhoças, que se acham construídas. O 3º districto com uma população arrolada de 15,700 almas foi necessário dividil-o em dous, denominados – abarracamentos de São Sebastião e Calçamento – O 1º a cargo do capitão Antonio dos Santos Neves, e o 2º confiado ao Dr. Metton de Franco Alencar. O 4º districto é dirigido pelo farmacêutico João Francisco Sampaio, e demora nos lugares – Tijubana – e – Morro do Moinho – com uma população de 8,046. O 5º districto está confiado ao tenente Felipe de Araujo Sampaio, e denomina-se – Lagoa Secca -, o qual contem 116 famílias de indigentes com 576 pessoas. Os emigrantes são socorridos diariamente pelos seus directores, sendo para notar a ordem, disciplina e morigeração, que há entre eles<sup>19</sup>.

A administração dos distritos e barracas foi mudando ao longo dos três anos de seca, seja pela intervenção dos presidentes de província que assumiram ou também pelas mudanças

---

<sup>18</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das Secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Tese (Doutorado). UFC. PPGH, Fortaleza, 2014, p. 108 e 162.

<sup>19</sup> *Relatório com que o Ex<sup>a</sup> Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira D’Aguiar, presidente da mesma província em o dia 23 de novembro de 1877*. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877, p. 21.

nos membros da comissão de socorros. Frisando que nosso enfoque é encontrar a presença das famílias retirantes do Rio Grande do Norte nesses abrigos do governo, entendendo o processo de migração sertaneja como uma confluência de experiências que transpassa fronteiras e limites provinciais, aliada a criação de territórios provisórios de controle social. No resumo do mapa geral dos indigentes no abarracamento “*Volta Seca*” em 25 de setembro de 1878 começam a surgir os vestígios dos sertanejos.

**Tabela Um**

| <i>Número de Famílias</i> | <i>Natura=Cidade</i>    | <i>Masculino</i> | <i>Feminino</i> | <i>Casado</i> | <i>Solteiro</i> | <i>Solteira</i> | <i>Viúvo</i> | <i>Viúva</i> | <i>Válidos</i> | <i>Inválidos</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------|-------------------------|------------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|----------------|------------------|--------------|
| 1                         | <i>Catolé do Rocha</i>  | 1                | 1               |               | 1               |                 |              |              |                | 1                | 2            |
| 22                        | <i>Pau dos Ferros</i>   | 40               | 43              | 9             | 4               |                 | 3            | 6            | 35             | 5                | 83           |
| 2                         | <i>Serra do Machado</i> | 4                | 8               | 1             |                 |                 |              | 1            | 2              | 2                | 12           |
| 5                         | <i>Santa Maria</i>      | 10               | 6               | 2             | 1               | 1               |              | 1            | 5              | 5                | 16           |

*Comissão de Socorro do 10 Distrito, Lagoa Secca, em 9 de Outubro de 1878. O Conselheiro Manoel Francisco. Resumo do Mapa Geral dos indigentes neste abarracamento, de conformidade à circular da Presidencia de 25 de Setembro próximo passado. Nº 2º. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. BR APEC CSP. 1879-1889. Caixa: 08.*

Uma análise da tabela vemos que as 30 famílias contabilizava em 113 indivíduos. Os homens eram no geral 65, e mulheres 58. Os casados eram 12 com registro de 3 viúvos, e 6 solteiros, enquanto o número de viúvas era 8. Dos 42 braços válidos para o trabalho 13 eram inválidos. O maior número de famílias era da cidade de Pau dos Ferros. Pelo censo de 1872 a

população girava em torno de 19.635, uma das maiores da província<sup>20</sup>. O número de crianças e velhos dessas famílias não aparece na tabela, mas subtraindo o número total de indivíduos com os 42 braços válidos, temos o valor de 101, que poderiam corresponder a esses sujeitos. Interessante é o casal de Catolé do Rocha, o homem foi registrado como solteiro, e um entre eles estava inválido, podendo, assim, serem parentes consanguíneos. Os múltiplos arranjos familiares através da tabela oferecem várias interpretações da organização familiar dos sertanejos do Rio Grande do Norte, e os pontos de partida desses grupos na província. Um fato curioso é o possível erro acerca da localidade Serra do Machado. A primeira seria localizada na província do Ceará, na região central. Talvez ocorreu algum engano no momento de registrar as procedências das famílias retirantes pelo administrador do abarracamento de Lagoa Seca. O que nos leva acreditar que Serra do Machado seria a Serra do Martins, situada na região do Oeste potiguar, pois, como a cidade de Pau dos Ferros, próximas da “Chapada do Apodi”, uma formação montanhosa localizada na divisa entre as províncias do Rio Grande do Norte e do Ceará, seria mais provável ser essa freguesia.

No abarracamento do 11º distrito do comissário Joaquim Nogueira Hollanda Lima temos o seguinte quadro de retirantes potiguares que foram para a cidade de Fortaleza.

*Serra do Martins*= número de famílias 12, casados 18, solteiros 55, viúvos 9, homens 33, mulheres 43, válidos 76, inválidos 1, total de pessoas 76. *S. Miguel*= número de famílias 14, casados 16, solteiros 52, viúvos 4, homens 37, mulheres 35, válidos 72, total de pessoas 72. *Luiz Gomes*= número de famílias 4, casados 6, solteiros 14, Viúvo 1, homens 10, mulheres 11, válidos 21. Total de 21 pessoas. *Porto Alegre*= número de famílias 1, casados 2, solteiros 4, homens 2, mulheres 4, válidos 6. Total de 6 pessoas. *Apody*= número de famílias 2, casados 2, solteiros 6, viúvo 1, homens 4, mulheres 5, válidos 9. Total de 9 pessoas. *Pau dos Ferros*= número de famílias 10, casados 18, solteiros 49, viúvo 1, homens 31, mulheres 37, válidos 67, inválidos 1. Total de 68 pessoas.<sup>21</sup>

Nesse arrolamento, com 272 indivíduos, novos locais de procedência das famílias retirantes do Rio Grande do Norte surgem, como as cidades do Apodi, São Miguel, Serra do Martins, Luiz Gomes e Porto Alegre. A presença de solteiros e viúvos eram traços fortes para os arranjos familiares nesse distrito, que, provavelmente, estavam os filhos, filhas e parentes consanguíneos. Comparando esse abarracamento com de *Lagoa Seca*, praticamente, todos os

---

<sup>20</sup>BRASIL, *Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1873-1876, 11º V. (Rio Grande do Norte).

<sup>21</sup> Informações tiradas do *Quadro demonstrativo dos Emigrantes abarracados no 11º Districto desde 15 de março à 30 de setembro de 1878*. Comissário Joaquim Nogueira Hollanda Lima. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. BR APEC CSP, Caixa 07A.

membros das famílias estavam válidos para o trabalho. Sobre a mão de obra retirante, como um dos mecanismos de controle e ordenamento, no arrolamento do 2º distrito de *S. Luiz e Aldeota*, a população válida e inválida estava dividida da seguinte maneira,

**Tabela Dois: 2º Distrito**

| <i>Naturalidade</i>        | <i>Idade de 12 a 25</i> | <i>Idade de 25 a 40</i> | <i>Total</i> |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|
| <i>Ceará</i>               | 2184                    | 728                     | 2.912        |
| <i>Rio Grande do Norte</i> | 183                     | 61                      | 244          |
| <i>Parahyba</i>            | 57                      | 19                      | 76           |

Tabela criada a partir do *Quadro estatístico da população válida e inválida existente no 2º districto de S. Luis e Aldêiota em 15 de Março de 1878. Fortaleza, 15 de março de 1878, O commissario Antonio Gonçalves da Justa Araujo. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. BR APEC CSP, Caixa 07A.*

As informações mostram que os sertanejos jovens, entre 12 a 25 anos, eram a principal mão de obra e constituíam o maior número no 2º distrito de Joaquim Nogueira Holanda Lima, embora, existindo uma considerada força de trabalho dos adultos de até 40 anos. Assim, cearenses, paraibanos e norte-rio-grandenses compartilhavam o cotidiano dos abarracamentos na cidade de Fortaleza nessa seca de 1877. O labor nas obras públicas, como construções de estradas, ferrovias, logradouros e demais atividades criadas para ocupar os retirantes, servia de controle e racionalização dos gêneros alimentícios pelas comissões de socorros, como também no ordenamento das milhares de famílias dos sertões do Norte. Exemplo, os retirantes abarracados em Arronches (atual Parangaba), listados pelo Sr. Solon da Costa e Silva, membro da comissão de socorros, consistiam em cerca de 363 famílias, com 2.070 pessoas. Os homens válidos “acham-se ocupados nas obras do azylo de alienados, escavação da lagoa da Parangaba, abertura de roçados, etc. As famílias são das seguintes procedências: [...] Rio Grande do Norte 22, [...] Parahyba 10, [...]”<sup>22</sup>. A presença dos sertanejos de outras províncias durou os três anos de seca, aumentando consideravelmente o número de famílias abarracadas na cidade de Fortaleza. Um exemplo foi do 6º distrito em 15 de junho de 1878.

<sup>22</sup> “*Imigrantes de Arrouches*” In: O Cearense. Ano XXXII, Nº 96, 1877, p. 02.

*Catolé do Rocha*= 24 famílias, 18 casados, 3 solteiros, 3 viúvos, 66 filhos, total de 90 pessoas. *Pau dos Ferros*= 353 famílias, 111 casados, 90 solteiros, 137 viúvos, 1670 filhos, total de 2008 pessoas. *Rio do Peixe*= 64 famílias, 34 casados, 15 solteiros, 15 viúvos, 129 filhos, total de 193 pessoas. *S. Miguel*= 208 famílias, 108 casados, 40 solteiros, 60 viúvos, 615 filhos, total de 823 pessoas. *Serra de Martins*= 33 famílias, 25 casados, 4 solteiros, 7 viúvos, 82 filhos, total de 116 pessoas<sup>23</sup>.

Os abarracados da Paraíba e Rio Grande do Norte chegavam a 3.130 pessoas na metade do ano de 1878. Um valor que iria mudar drasticamente um ano depois no novo mapa demonstrativo da população do 6º distrito, “Pau dos Ferros, Martins – 63 famílias, 14 homens, 120 mulheres, 66 meninos, 58 meninas, total 258. Mossoró, Pereiro – 80 famílias, 15 homens, 99 mulheres, 71 meninos, 67 meninas, total 252”<sup>24</sup>. As razões para essa alteração não está registrada nos mapeamentos e ofícios das comissões de socorros, porém, apostamos que abandonos, mortes e saídas foram aspectos para a formação desse contexto no 6º distrito, como nos demais da cidade de Fortaleza. O jornal “*Diário de Pernambuco*” também publicava em suas edições na capital Recife, através dos seus correspondentes no Ceará, algumas estatísticas do arrolamento das famílias retirantes.

No período decorrido de 5 a 11 do corrente foram socorridos pelo commissario do 1º districto, Dr. Henrique Theberge, 363 famílias compostas de 2.090 pessoas. Do dia 5 a 12 do corrente chegaram ao 2º districto, a cargo do Sr. Joaquim Nogueira, e foram convenientemente alojadas 119 famílias com 511 pessoas, das seguintes procedências: [...] Rio Grande do Norte 8, [...] Parahyba 2. [...] Durante a semana passada entraram no 4º districto, a cargo do Sr. João Sampaio 153 famílias com 833 pessoas das seguintes procedências: [...] Rio Grande do Norte 23<sup>25</sup>.

As famílias potiguares estavam, na sua grande maioria, nos distritos da capital cearense. Na estrada de Pacatuba, no 3º distrito, as 466 famílias com 1.930 pessoas, que receberam socorros públicos em 1877 eram das procedências do, “[...] Rio Grande do Norte 29f. com 174 p. [...] Parahyba 13f. com 86 p. [...] Pernambuco 1f. com 10 p.”<sup>26</sup>. A imprensa do Ceará também procurava publicar em suas matérias os arrolamentos das famílias retirantes que chegavam aos abarracamentos no ano de 1877. Em Pajeú, a cargo do Sr. Joaquim Nogueira Sampaio, “estão aboletados 150 famílias, compostas de 780 pessoas. Dos chefes

<sup>23</sup> *Quadro demonstrativo das famílias abarracadas no 6º Districto, á cargo do Im. Capitão Vicente Alvez Maia*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1877-1879. BR APEC CSP. Caixa 18, Localidades Diversas.

<sup>24</sup> *Mappa demonstrativo das famílias emigrantes Abarracadas no 6º Districto da Fortaleza*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1879-1889. BR APEC CSP. Caixa 08.

<sup>25</sup> “Ceará” In: *Diário de Pernambuco*. Ano LIII, N°. 243, 1877, p. 03-04.

<sup>26</sup> “Ceará” In: *Diário de Pernambuco*. Ano LIII, N°. 254, 1877, p. 02.

dessas famílias são 93 homens e 57 mulheres; 95 casados, 39 viúvos e 16 solteiros; assim discriminados pelas localidades donde emigram: [...] Parahyba 5, Rio Grande do Norte 6”<sup>27</sup>. “*O Cearense*” procurou registrar as estatísticas dos distritos de Fortaleza no segundo semestre de 1877, quando eram repassadas as informações pelos membros das comissões de socorros, como na publicação de 10 de agosto, acerca do distrito do Sr. João Francisco Sampaio, onde existem “215 famílias compostas de 1279 pessoas, cujas procedências são: [...] província do Rio Grande do Norte 106, [...] província da Parahyba 42”. No 2º e 4º distrito tinha-se um total de 541 famílias com 2.868 pessoas, faltando ainda a estatística dos outros dois, não fornecidos pelos diretores, assim, “pode calcular-se em cerca de 6.000 os emigrantes que tem buscado esta capital. Esse nº tende a aumentar muito, porque diariamente entram caravanas dos sertões desta e das províncias da Parahiba e Rio Grande do Norte”<sup>28</sup>. Nos meses de outubro a novembro podemos ter uma noção do número de famílias retirantes publicados pelo mesmo jornal.

**Tabela Três.**

| <i>Abarracamentos de Fortaleza</i>        | <i>Rio Grande do Norte</i> | <i>Paraíba</i> |
|---|----------------------------|----------------|
| <i>2º Distrito (Sr. Joaquim Nogueira)</i> | 40                         | 32             |
| <i>3º Distrito (Capitão Santos Neves)</i> | 120                        | 64             |
| <i>4º Distrito (Sr. João Sampaio)</i>     | 85                         | 6              |
| <i>Total de Famílias</i>                  | 245                        | 102            |

Quadro da entrada de retirantes entre os meses de outubro e novembro de 1877, feito através das publicações das matérias “*Imigrantes*” pelo jornal “*O Cearense*”, do ano de XXXII, números 88, 89, 92, 93 e 95.

Embora não sabendo o valor exato de indivíduos nessas 347 famílias, essa cifra ajuda na compreensão de como a capital cearense transformou-se numa opção de migração para muitos retirantes das áreas atingidas pela estiagem nas províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte. Os arranjos e rearranjos das famílias eram crescentes nos abarracamentos, à medida

<sup>27</sup> “*Emigrantes*” In: *O Cearense*. Ano XXXI. Nº. 65, 1877, p. 02.

<sup>28</sup> “*Emigrantes*” In: *O Cearense*. Ano XXXI. Nº. 69, 1877, p. 04.

que deslocavam-se em longas distâncias, enfrentando o cotidiano de privações, insalubridade e trabalhos forçados, muitas, acabaram perdendo filhos, maridos, esposas e parentes, principalmente no período final da seca. No mapa administrativo do abarracamento do *Cocó*, de Christavão Santiago da Rocha, em 11 de julho de 1879, encontramos um crescente número de chefes de famílias, entre homens e mulheres viúvas de paraibanos e potiguares.

**Quadro Um.**

| <i>Nº das Famílias.</i> | <i>Nomes</i>       | <i>Est.</i> | <i>Proc.</i> | <i>Nomes Pessoas.</i>                          | <i>Idade</i>            | <i>Mas.</i> | <i>Fem.</i> | <i>Vál.</i> | <i>Invá.</i> | <i>Total</i> |
|-------------------------|--------------------|-------------|--------------|--|-------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| 54                      | Francisco Filho    | V.          | RN           | Manoel,<br>Francelina,<br>Maria,<br>Mastiniano | 14, 5,<br>13, 8         | 2           | 3           | 5           |              | 5            |
| 67                      | Agostinho Vieira   | V.          | PB           | Antonia,<br>Candida,<br>Maria,<br>Francisco    | 59,<br>30,<br>16,<br>26 | 2           | 3           | 5           |              | 5            |
| 71                      | Candida Maria J.   | V.          | PB           | Manoel<br>José                                 | 18,<br>17               | 2           | 1           | 3           |              | 3            |
| 73                      | Agostinho Felis B. | V.          | PB           | Maria  | 13                      | 1           | 1           | 2           |              | 3            |
| 74                      | Roza Umbelin.      | V.          | PB           | Maria,<br>Anna                                 | 18,18                   |             | 3           | 3           |              | 3            |
| 76                      | Marianna Thereza.  | V.          | PB           | Maria  | 14                      |             | 2           | 2           |              | 2            |
| 77                      | M. Joanna. Nasc.   | V.          | PB           | José   | 12                      | 1           | 1           | 2           |              | 2            |
| 79                      | Marianna Costa     | V           | PB           | Manoel,<br>Francisca,<br>José.                 | 20,<br>22,<br>24        | 2           | 2           | 4           |              | 4            |
| 81                      | Irineuma           | V.          | PB           |  |                         |             | 1           | 1           |              | 1            |

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

|     |                              |    |    |  |                               |   |   |   |   |   |
|-----|------------------------------|----|----|--|-------------------------------|---|---|---|---|---|
| 86  | Felix<br>Ferreira<br>Nasc.   | V. | RN | Agostinho  | 6                             | 2 |   | 2 |   | 2 |
| 95  | Maria. F.<br>Conceiç.        | V. | RN | Ignes,<br>Manoel,<br>Maria                                       | 6, 4,<br>12                   | 1 | 3 | 4 |   | 4 |
| 96  | Gonçalo<br>J. da<br>Silva.   | V  | RN | Ignes,<br>Francisca,<br>Avellino,<br>Sebastião,<br>Guilher.      | 15, 6,<br>3, 12,<br>10        | 4 | 2 | 6 |   | 6 |
| 117 | Valourino<br>Souza           | V. | RN | Pedro,<br>Vicente  | 15,<br>24                     | 3 |   | 3 |   | 3 |
| 131 | José<br>Candido              | V. | PB | Francisca,<br>José,<br>Maria,<br>Joaquina,<br>Maria,<br>Antonio. | 66,<br>16,<br>12, 6,<br>12, 5 | 4 | 3 | 6 | 1 | 7 |
| 159 | Joaquim<br>J. de S.<br>Anna. | V. | RN | Lurinda,<br>G.   | 15,<br>20                     | 1 | 2 | 2 | 1 | 3 |

Extraído do *Mappa das famílias indigentes que existe em meu abarracamento no Cocó; a meu cargo, Fortaleza, 11 de julho de 1879, administrador do Cocó, Christovão Santiago da Rocha*. BR APEC CSP, Fortaleza 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas.

As seis famílias do Rio Grande do Norte e nove da Paraíba no abarracamento do *Cocó*, representam um microcosmo no universo dos milhares de retirantes que tiveram sua unidade familiar transformada na seca de 1877. Homens e mulheres assumiram o papel de chefes de família nos distritos espalhados na cidade de Fortaleza, onde, ao lado de seus filhos, filhas e parentes, eram braços válidos para as obras de melhoramento material na capital cearense e região. No abarracamento *Boa Esperança* do 1º distrito, a relação nominal dos que receberam



ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

socorros públicos em 22 de setembro de 1879, também mostra um contexto parecido com o bairro do *Cocó*.

**Quadro Dois.**

| <i>Nº da Família</i> | <i>Nome</i>                    | <i>Estado</i> | <i>Número de Pessoas</i> | <i>Procedência</i> | <i>Total</i> |
|----------------------|--------------------------------|---------------|--------------------------|--------------------|--------------|
| 261                  | Joanna Maria da Conceição.     | Viúva.        | 2                        | Pau dos Ferros/RN  | 3            |
| 284                  | Rita Maria da Conceição        | Viúva         | 7                        | Luiz Gomes/RN      | 8            |
| 305                  | Maria José da Conceição        | Viúva         | 6                        | Pau dos Ferros/RN  | 7            |
| 320                  | Joaquim Germiniano             | Orfão         | 2                        | Apodi/RN           | 3            |
| 500                  | Joaquina F. Lima               | Viúva         | 4                        | Pombal/PB          | 5            |
| 523                  | José C. Maciel                 | Viúvo         | 6                        | Catolé do Rocha/PB | 7            |
| 524                  | Leonilia C.                    | Viúva         | 5                        | Catolé do Rocha/PB | 6            |
| 525                  | Joanna Maria de O.             | Órfã          | 4                        | Catolé do Rocha/PB | 5            |
| 526                  | Ernestina Maria d. O.          | Órfã          | 1                        | Catolé do Rocha/PB | 2            |
| 607                  | Francisca de Paula do E. Santo | Viúva         | 1                        | Apodi/RN           | 2            |
| 615                  | Maria E. M. Azevedo            | Viúva         | 5                        | Pombal/PB          | 6            |
| 617                  | Francisca M. da Conceição      | Viúva         | 9                        | Catolé do Rocha/PB | 10           |
| 618                  | Thereza Maria de Jesus         | Viúva         | 8                        | Catolé do Rocha/PB | 9            |

Extraído da *Relação nominal das pessoas, cujas famílias receberam socorros do Estado no 1º Districto do abarracamento denominado “Boa Esperança”, desta cidade. Nº 8º. 22 setembro de 1879. BR APEC CSP,*

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

Fortaleza 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas.

A preponderância no registro era de mulheres chefes de famílias no abarracamento “*Boa Esperança*”, entre os retirantes da Paraíba e Rio Grande do Norte no final dessa seca. Um aspecto relevante é a presença de órfãos registrados (Joaquim, Joanna e Ernestina) como responsáveis pelas suas famílias, provavelmente, irmãos e irmãs de menor idade para os serviços braçais. As configurações familiares criadas pela condição de confinamento, doença e trabalho na cidade de Fortaleza, fez das famílias retirantes sujeitos coletivos, dispostos a enfrentarem as dificuldades em grupo, pois, muitos viam nos laços familiares uma estratégia de sobrevivência, além de perceberem que através dela, eram capazes de conseguir com mais facilidade, assistência governamental do que estando sozinhos. Entretanto, existiam retirantes ausentes de suas famílias, geralmente homens que acabaram migrando-se sozinhos para a cidade de Fortaleza. Todavia não existe um padrão específico na ação de deslocar-se, e as vezes mulheres e filhos eram deixados<sup>29</sup>.

Todavia as atitudes de proteção aos pobres pelo governo modificaram-se, principalmente com a presença massiva dos retirantes nas cidades, tomando traços de controle e disciplinamento das famílias sertanejas, “restringindo a moradia, trabalho e a circulação dentro do espaço urbano”. As cidades incorporaram ainda mais “um sentido real e imaginário – o de centro de assistência aos pobres refugiados”. Assim os retirantes aprenderam “rapidamente este trajeto, incorporam-no às suas estratégias de sobrevivência no semiárido; e, em vista disso, cada vez mais a cidade torna-se o cenário primordial da seca, com a presença constante dos famintos em suas ruas”. Essas novas atitudes e condicionamentos com a seca de 1877, isto é, modos de relacionamentos no espaço urbano, trabalhos em obras públicas, disciplina e caridade, “se incorporam ao arsenal de opções que o sertanejo tem à sua disposição dentro dos modelos sociais em que transita, transformando-se em experiências

---

<sup>29</sup>Esse tipo de deslocamento era, na maioria das vezes masculino, e fazia parte da vida familiar de várias regiões brasileiras. O homem partia e deixava a mulher com os filhos. O que nesses casos poderia acontecer [...] era o fato desses homens servirem como batedores para a família. Eles se deslocavam sozinhos, e com isso ganhavam facilidade para andarem e não sujeitavam a família às aguras do “desconhecido”, localizavam áreas que tivessem condições melhores de alimentação e voltavam para apanhar o resto dos familiares. [...] Em outros casos, os homens partiam e nunca mais voltavam, ou quando voltavam encontravam seus parentes mortos. Não existia um padrão único de deslocamento das famílias sertanejas diante da seca. JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Hucitec, 2004, p. 49-50.

concretas de vida”<sup>30</sup>. Por outro lado a experiência de migração não ocorreu apenas por terra para as famílias do Rio Grande do Norte, muito menos restringidas ao território da província do Ceará. Na seca de 1889 teremos um deslocamento em massa dos sertanejos para outras regiões do extremo Norte e Sul do Império. Nessa travessia, algumas hospedarias de imigração, isto é, lugares de espera, serão espaços que reunirão, temporariamente, famílias de agricultores pobres, como também suas vivências, essas, intrínsecas no processo de deslocamento durante as secas do Norte.

**“Entre Vapores e Hospedagens”: hospedarias de emigrantes no Ceará e Rio de Janeiro na seca de 1889.**

No dia 23 de março de 1889 na cidade do Príncipe (atual Caicó) muitas famílias de retirantes vindas do Catolé do Rocha (Paraíba) e outras da cidade de Imperatriz (atual Martins) passaram a procura dos Brejos e litoral para escapar da seca<sup>31</sup>, durando mais de um ano nas províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nesse contexto final do Império as cidades do litoral vão apresentar uma política pública de deslocamento dos retirantes para outras regiões do Brasil, lugares que demandavam braços, principalmente baratos, para a lavoura cafeeira e extração da borracha. Nessas ações administrativas foram criadas hospedarias para emigrantes e uma rede de transporte subsidiado para milhares de sertanejos que procuravam os socorros públicos. Assim a migração para outras províncias de famílias norte-rio-grandenses e paraibanas foi uma realidade na seca de 1889. Diferente do contexto de 1877, onde, dificilmente encontramos, embora não descartamos essa opção, vestígios de deslocamento para as regiões do extremo Norte e Sul, agora, faz-se presente esses locais no repertório de estratégias de deslocamento desses sertanejos. Mas uma resposta a essa questão da migração nesse período estão relacionadas aos estudos das condições que a engendraram, das transformações destas mesmas condições e, da convergência dessas transformações nesse tempo-espaço<sup>32</sup>, pois, assim, é possível uma compreensão dos arranjos encontrados nesse momento.

---

<sup>30</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 51 e 53.

<sup>31</sup> “Retirantes”. *O Povo*. Seridó-Príncipe. Ano I, Nº 3, 1889, p. 03.

<sup>32</sup> Apropriamo-nos da abordagem acerca da imigração e do imigrante de Abdelmalek Sayad para analisar o processo e trajetórias da migração interna e condição de alteridade do retirante nortista nesse contexto. Consultar SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 14-15.

A cidade de Fortaleza foi uma dos principais pontos do litoral escolhidos pelos retirantes nortistas para buscar auxílio do governo nessas duas secas finais do período imperial. A província conseguiu a nível das relações de poder, político-econômica, reunir condições financeiras e estratégicas para criar uma hospedaria de imigração que receberia milhares de famílias de cearenses e algumas do Rio Grande do Norte na seca de 1889. No relatório do Ministro do Império, Antônio Leôncio Vianna, acha-se referência a organização do estabelecimento pelo governo da província do Ceará, em 17 de abril do corrente.

[...] Para acudir eficazmente as exigências deste delicado e difícil trabalho, foi fundado a Hospedaria Geral de Imigração, destinado a alojar e manter, até o momento do embarque, os que sem meios de subsistência na província tinham de abandonar-a para ir buscar a vida e o conforto em outros lugares menos infelizes, onde a existência lhes pudesse correr mais doce e mais fácil. A hospedaria foi estabelecida de acordo com as múltiplas necessidades do serviço, a que se destinava, tendo-se em vista, tanto quanto permitiu a urgência das circunstâncias, a possível comodidade, hygiene e conforto das numerosas famílias indigentes que a ella vinham recolher-se. A direção do estabelecimento foi confiada ao capitão Manoel Thomé Cordeiro, do 11º batalhão de infantaria, oficial da melhor nota, sendo este auxiliado, nas árduas obrigações a seu cargo, por funcionários em numero estritamente necessário ao serviço. Para acolhimento, alistamento, e embarque dos emigrantes foram expedidas instrucções, de acordo com as exigências de tão difícil trabalho e com a máxima economia dos dinheiros do Estado, instrucções que, antes de tudo, colocavam o emigrante cearense acima da condição do mendigo vagabundo, dando-lhe o caracter de trabalhador deslocado por circunstancias superiores.<sup>33</sup>

A Hospedaria Geral de Imigração de Fortaleza procurava seguir o modelo, até então feito, nos outros estabelecimentos de imigrantes como nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. A criação desses territórios da espera possuía uma linguagem espacial, funcional e universal que buscavam a qualificação dos corpos dos novos trabalhadores, pois, eram concebidos para o acolhimento, registro, filtração e, por último, distribuição da mão de obra eficiente, seja nacional ou estrangeira<sup>34</sup>. Na hospedaria de Fortaleza os retirantes chegavam de vários pontos do interior do Ceará, e também do Rio Grande do Norte, lá eram submetidos a exames físicos, refeições e aposentos, esperando os vapores com destino as províncias do Norte e Sul. A procedência das famílias norte-rio-grandenses foi da cidade de Mossoró. O

---

<sup>33</sup>Relatório apresentado a assemblea geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império Antonio Leoncio Vianna. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889, p. 102.

<sup>34</sup> Para uma literatura que aborda a criação das hospedarias e sua relação com os imigrantes no Brasil, ARRUDA, José Jobson de. et al. *De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, 602p. MATOS, Maria Izilda S. de. et al. *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru/SP: Edusc, 2008.

porto da Barra foi responsável pela primeira travessia dos sertanejos para alhures no final do Império. As passagens eram pagas pelo governo em vapores fretados que faziam as rotas entre Ceará e Rio Grande do Norte. O mediador na transação era o administrador da mesa de rendas da cidade de Mossoró, o Sr. Francisco Gurgel de Oliveira.

Tenho a honra de remeter incluso a V. Ex<sup>a</sup> a lista nominal dos emigrantes indigentes que seguem para o Pará e Amazonas conforme nos determinou o Exm<sup>o</sup> Presidente desta Província. Deus Guarde a V. Ex<sup>o</sup>. Ilm<sup>o</sup>. Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado. M. D. Presidente da Província do Ceará<sup>35</sup>.

Tenho a honra de remeter incluso a V. Ex<sup>a</sup> a lista constante dos indigentes em número de 346, que seguem no vapor “Pirapama” com destino a diversas províncias conforme me ordeneou o Exm<sup>o</sup> Presidente desta Província. Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> Ilm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro Americo Millitão de Freitas Guimarães. M. D. Vice-presidente da Província do Ceará<sup>36</sup>.

Tenho a honra de remeter a V. Ex<sup>a</sup> a inclusa lista dos indigentes em número de 265, inclusive 18 crianças que seguem no vapor “Jaguaribe” com destino as províncias do Norte, conforme me ordenou o Exm<sup>a</sup> Presidente desta Província. Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> Ilm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Presidente da Província do Ceará<sup>37</sup>.

Todavia o deslocamento para as áreas limítrofes das duas províncias ainda fazia parte do repertório de migração dos retirantes das zonas do semiárido mais atingidas pela estiagens. Possibilidade essa ampliada pelo conhecimento da política de migração desencadeada entre governo central, Ceará e Rio Grande do Norte. A Hospedaria Geral de Imigração na cidade de Fortaleza iniciou suas atividades no Asilo de Mendicidade, até o final de abril de 1889, depois foi transferida para um prédio mais espaçoso na praça Fernandes Vieira, além de contratar para melhorar o serviço sanitário o Dr. Pedro Augusto Borges<sup>38</sup>. O Jornal *Gazeta do Norte* de Fortaleza publicou no dia 8 de julho as atividades durante o semestre de janeiro a junho do corrente. Na matéria encontramos a presença de famílias norte-rio-grandenses e o destino que seguiram para outras regiões do Império.

---

<sup>35</sup>*Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 14 de Maio de 1889*. FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.

<sup>36</sup>*Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 31 de Maio de 1889*. Op. Cit. 1889.

<sup>37</sup>*Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 12 de junho de 1889*. Op. Cit. 1889.

<sup>38</sup>*Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano IX, nº 100, 1889, p. 01.

Destes emigrantes pertencem ao Rio Grande do Norte, enviados pelo presidente daquela província, em diferentes datas:

|                            | Famílias |                  |
|----------------------------|----------|------------------|
| Pessoas                    |          |                  |
| 268                        | 1.294    |                  |
| Embarcaram                 | para     | o Norte.....     |
| 221.....                   | 1.126    |                  |
| Embarcaram para o Sul..... | 11.....  | 56               |
| Foram eliminados.....      | 30.....  | 72               |
| Falleceram.....            |          | 09               |
| Passaram                   |          | para             |
| Julho.....                 | 06.....  | 31 <sup>39</sup> |

Nesse semestre transitaram na Hospedaria Geral de Imigração 4.055 famílias, contabilizando cerca de 20.622 retirantes, entre esses, os 1.294 do Rio Grande do Norte. As províncias do extremo Norte foram as mais visadas pelas famílias, totalizando um total de 1.126 pessoas, enquanto a região Sul teve um total de 56. Já as 72 pessoas que foram eliminadas, um valor de 30 famílias, são as que recusaram-se embarcar para essas regiões, e depois, dispensadas do estabelecimento. Essas informações ajuda-nos a entender mais sobre os condicionamentos e decisões que os retirantes estavam vivenciando na seca de 1889 no processo de migração e travessias. Se outrora estavam vivendo entre barracos e choupanas nas periferias da cidade de Fortaleza, sendo selecionados para os serviços públicos na capital e estrada de ferro em Baturité, agora, alguns estavam em leitos de um prédio, recebendo alimentação e tratamento, vigorando-se para os futuros trabalhos da lavoura paulista e extração do látex no amazonas. Na mesma matéria podemos ter uma vaga ideia da administração e cotidiano dos retirantes que passaram na hospedaria, como alimentação, segurança do lugar, registros paroquiais e verbas gastas.

A despesa realizada no mesmo semestre com a alimentação de 20.622 emigrantes elevou-se a 47:208:685 réis, inclusive os vencimentos do pessoal administrativo. Foram distribuídas 167,255 rações, regulando a média – 275 réis. Deduzida a quantia de 6.956.980 réis, despendida com alimentação e vestuário distribuídos as 1.294 pessoas, vindas do Rio Grande do Norte, temos que gastou-se com os emigrantes cearenses somente 40.251.696 réis.

<sup>39</sup>Gazeta do Norte. Fortaleza. Ano X. Nº 146, 1889, p. 01.

Durante o semestre foram celebrados na Hospedaria 4 casamentos e administrado o sacramento do baptismo a cerca de 250 crianças. S. Exc. Rvdma. o Sr. Bispo diocesano também administrou o sacramento da confirmação a 300 pessoas. A alimentação dos emigrantes consta de carne verde e secca, e farinha; bacalhau e feijão as sextas-feira; bolachas, arroz amido, assucar, leite, galinha e vinho do porto, destribue-se diariamente as crianças e enfermos. Destribue-se também, no acto de serem alistados, a fazenda necessária, e igualmente o sabão preciso para lavarem a roupa. Para limpeza e acceio do estabelecimento fazem-se faxinas interna e externamente 3 e 4 vezes por dia. Há um médico contratado para visitar e receitar os doentes duas vezes por dia, obrigado a acudir a qualquer chamado extraordinário, um enfermeiro encarregado de aplicar os medicamentos, que são aviados na pharmacia da Santa Casa de Misericordia. A requisição do distincto capitão Manoel Thomé Cordeiro, inspector da Hospedaria há ali, desde sua fundação, uma força de 12 praças do 11º batalhão de infantaria, para policiar o estabelecimento e dirigir o serviço das faxinas. Os princípios de moralidade são naquela Hospedaria rigorosamente mantidos<sup>40</sup>.

O tratamento dos retirantes na Hospedaria Geral mostrava-se preocupação em sanar os males do corpo e da alma, através de dispositivos administrativos implantados no lugar, pois precisavam converter os indigentes em trabalhadores aptos para os serviços que lhe esperavam nas outras regiões do Império. Para a realização dessa travessia, as linhas de vapores marítimas foram fundamentais no transporte de dezenas de famílias retirantes. Se o deslocamento a pé, ainda era presente, mostrando a autonomia do sertanejo e sua sabedoria das rotas terrestres, a escolha e condicionamento da utilização de vapores fretados pelo governo, também entraram no arsenal de estratégias de transumância nas secas da passagem do oitocentos. Mesmo sendo a região Norte à mais almejada na migração das famílias do Rio Grande do Norte, foi na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo que encontramos o fio condutor que costurava as trajetórias desses grupos no trajeto para o alhures. Saindo do Rio Grande do Norte para a Hospedaria Geral de Imigrantes no Ceará, ou até mesmo de outros portos do Norte, com passagens pagas pelo governo, embarcavam com destino ao Rio de Janeiro, que, também, tinha uma hospedaria lhe esperando, situada no Morro da Saúde na Baía de Guanabara. É a partir dessa hospedaria e das matérias de jornais do Rio de Janeiro que encontramos os momentos de espera que foram submetidos os retirantes no processo de travessia.

Seguem hoje para uma das fazendas do Sr. Conde de Moreira, no Cruzeiro, S. Paulo, 21 immigrants cearenses, que se achavam na hospedaria ultimamente inaugurada á rua da Saúde. [...] os doentes, que são rarissimos, são immediatamente transportados para o hospital, desde que o mau estado de saude é reconhecido. Para esse serviço offereceu-se o Sr. Dr. Mello

---

<sup>40</sup>*Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano X. Nº 146, 1889, p. 01.

Braga; e por indicação do Sr. inspector geral de hygiene, que foi a hospedaria, visita diariamente o estabelecimento o delegado Dr. Dermeval da Fonseca. Não houve até agora reclamação alguma dos cearenses alli alojados [...]. A comida é de boa qualidade e abundante, servida a horas convenientes; tem havido sempre alimentação especial para as crianças; foi distribuido sabão em quantidade para lavagem de roupas, o predio está convenientemente illuminado a gaz, ha pessoal sufficiente para manter o aceio, disciplina e guarda da hospedaria, de onde o embarque para o interior é feito com rapidez e sem cansaço, pela proximidade do edificio da estação marítima da Gambôa<sup>41</sup>.

A Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde foi fundada em 26 de março de 1867, por consequência do arrendamento dos prédios de José Rodrigues Ferreira, feito pelo Ministro da Agricultura, tendo uma capacidade para 400 pessoas. No ano de 1876 está hospedaria sofreu uma infestação de febre amarela, obrigando a administração a fechá-la, alugando provisoriamente alojamentos em Mendes, Barra do Pirahy, e na Colônia de Porto Real, no interior da província do Rio de Janeiro. Passado o surto epidêmico, a hospedaria foi reaberta em 1877. Porém, no ano de 1881, ela foi novamente fechada, e os imigrantes foram instalados em um navio do Ministério de Guerra, fundeado na Baía de Guanabara, ou transportados para São Paulo<sup>42</sup>. Sua reativação ocorreu sete anos depois para alojar as famílias retirantes que vinham das províncias do Norte, atingidas pela estiagem nos anos de 1888 e 1889.

A presença de sertanejos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, ocorreu, periodicamente, na Hospedaria do Morro da Saúde, ao longo de 1889. A cada mês, aparecia na imprensa do Rio de Janeiro, notícias da entrada de retirantes nas companhias de vapores nacionais. A experiência da travessia das famílias sertanejas revela a confluência de relações socioculturais que vivenciaram, desde o momento de embarque ao alojamento.

[...] No dia 30 do passado realizou-se na igreja de Santa Rita, o casamento da retirante Jovina Maria da Conceição, natural do Ceará, com o parahybano Manuel José Pereira da Silva, oficiando na cerimônia o Ver. Dr. Urbano da Silva Monte, servindo de testemunhas o Srs. J. F. Regazzi e Ovído de Menezes, empregados do serviço de internação. O enxoval da noiva foi generosamente oferecido pelo Sr. Barão do Rio Bonito. Hontem chegou do norte o paquete nacional, dos quaes 9 do Ceará, 21 do Rio Grande do Norte e 4 da Parahyba. Foram todos alojados na hospedaria da Saúde, sendo-lhes distribuída a roupa do que necessita<sup>43</sup>.

Pelo vapor nacional "Pernambuco", chegado do norte no dia 22 do corrente, veio uma nova turma de retirantes dos Estados do Ceará, Parahyba e Rio-Grande do Norte, sendo alojada na hospedaria da saúde, onde, conforme o

<sup>41</sup>*Gazeta de Notícia*. Rio de Janeiro. Ano XIV, Nº 342, 1888, p. 01.

<sup>42</sup> REZNIK, Luis. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. História. São Paulo. V. 33º, n. 1, 2014, p. 240-241.

<sup>43</sup>*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV, Nº 185, 1889, p. 01.



costume, receberam roupas e a competente visita do medico do alojamento, Dr. Mello Braga. O movimento de sahida durante a semana corrente foi o seguinte: Corte 10, Nictheroy 5, Mauá 6, estação barão de Cotegipe 20, estação de Cascadura 6, estado de S. Paulo 11. [...] Sabemos que o Sr. Barão do Rio Bonito a comunicar aos fazendeiros de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro, além de outros Estados, que na hospedaria há pessoal para a lavoura, devendo os interessados enviar a administração da Saúde os pedidos de famílias que por ventura precisam para os seus estabelecimentos rurais<sup>44</sup>.

Assim, vapores e hospedarias, criações de uma época vestida da flamula do progresso técnico-científico, eram responsáveis de inserir homens pobres do mundo rural brasileiro em uma linguagem moderna sobre o trabalhador, seu corpo e tempo de labor, isto é, respeitando a lógica social do capital. As relações contratuais de trabalho eram mediadas pelos administradores da hospedaria, via interesses de fazendeiros locais, dos quais, procuravam novos braços para suas lavouras, num contexto recente de pós-abolição. Esses territórios da espera, ou melhor, hospedarias de imigrantes, que receberam dezenas de retirantes na seca de 1889, sua funcionalidade correlacionava-se aos arranjos políticos e econômicos das elites das regiões Norte e Sul, que, paulatinamente, assumindo posturas dos novos ideários do trabalho assalariado e capitalista, buscavam no agricultor sertanejo, ainda preservar certos padrões conservadores do universo rural, já que os emigrantes buscavam, e eram incentivados, a conquistar lotes de terras<sup>45</sup>. O historiador Laurent Vidal discorre que as hospedarias nesse contexto do XIX, assim,

[...], podemos afirmar que, como dispositivos inventados para o acolhimento dos emigrantes-imigrantes no território, a hospedaria cumpre um papel fundamental: o enxerto de um novo elemento ao corpo da nação. A hospedaria cuida da passagem dos corpos individuais dos emigrantes (com suas histórias múltiplas, seus vários projetos) ao corpo coletivo dos imigrantes. Listados, catalogados, enquadrados, eles compõem uma nova categoria social<sup>46</sup>.

## Considerações Finais

---

<sup>44</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV, Nº 333, 1889, p. 01.

<sup>45</sup> A recusa dos fazendeiros do Sul em pagar o salário aos retirantes pelos seus serviços na lavoura eram presentes. Na seca de 1904, onde grande contingente de famílias migraram do Rio Grande do Norte para o Estado de São Paulo, podemos observar essa prática. “[...] Em estado verdadeiramente deplorável chegou hontem a São Carlos do Pinhal uma família composta de uma mulher de 40 annos de idade e quatro filhos menores, natural do Rio Grande do Norte, de onde fugiu trucidada pela secca, sendo seduzida para S. Paulo. No centro de immigração da capital foi essa desgraçada família contratada para uma fazenda, situada na comarca do Ribeirão Bonito, onde trabalhou por um espaço de muitos mezes, sem receber um real, sendo por fim expulsos, por terem reclamado pequeno salário!” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano XV, Nº 68, 1905, p. 02.

<sup>46</sup> CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. *Op. Cit.* p. 17.

Os estudos sobre a migração, seus sujeitos e suas condições, aqui no caso, os retirantes do Rio Grande do Norte, como também da Paraíba, ainda precisam de mais pesquisas e interpretações, pois, igualmente, poderemos entender melhor as ações, escolhas e projetos que esses sujeitos deixaram como rastros no tempo, além de compreender, ao mesmo curso, os dispositivos de controle, ordenamento, planos identitários e representações (a figura ideal de trabalhador nacional, a imagem do flagelado da seca, etc.) da esfera governamental, que é bom lembrarmos, ainda estava dando seus primeiros passos na construção do Estado-Nação. Portanto esse artigo foi uma tentativa de trazer lampejos da experiência do deslocamento em períodos de crise econômica, social e hídrica na região Norte. De uma história social da espera que os sertanejos do Rio Grande do Norte vivenciaram nas duas grandes secas no final do Império. Ensaio, cientemente, deixou várias pontas soltas e questões entreabertas. Mas não será isso a trajetória humana?

## **FONTES**

### ***Jornais***

*Diário de Pernambuco*. Ano LIII, Nº. 243, 254, 1877.

*Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano IX, nº 100, 146, 1889.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XIV, Nº 342, 1888.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano XV, Nº 68, 1905.

*O Apostalo*. Ceará. Anno XII. Nº. 93, 1877.

*O Cearense*. Ano XXXI, Nº 65, 68, 69, 88, 89, 92, 93, 95 e 96. 1877.

*O Retirante*. Ano I. Nº. 3, 9, 1877.

*O Povo*. Seridó-Príncipe. Ano I, Nº 3, 1889.

*Pedro II*. Ano 49, N. 16º, 1889.

### ***Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC***

*Mappa demonstrativo das famílias emigrantes Abarracadas no 6º Districto da Fortaleza.* Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1879-1889. BR APEC CSP. Caixa 08.

*Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 14 de Maio de 1889.* FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.

*Quadro demonstrativo dos Emigrantes abarracados no 11º Districto desde 15 de março à 30 de setembro de 1878.* Comissário Joaquim Nogueira Hollanda Lima. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. BR APEC CSP, Caixa 07A.

*Quadro demonstrativo das famílias abarracadas no 6º Districto, á cargo do Im. Capitão Vicente Alvez Maia.* Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1877-1879. BR APEC CSP. Caixa 18, Localidades Diversas.

### **Relatórios de Presidentes da Província, Ministros e Censo.**

BRASIL, *Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872.* Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1873-1876, 11º V. (Rio Grande do Norte).

*Relatório com que o Ex<sup>a</sup> Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira D`Aguiar, presidente da mesma província em o dia 23 de novembro de 1877.* Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877, p. 21.

*Relatório apresentado a assemblea geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império Antonio Leoncio Vianna.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889, p. 102.

### **BIBLIOGRAFIA**

ARRUDA, José Jobson de. et al. *De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil.* São Paulo: Alameda, 2013, 602p. MATOS, Maria Izilda S. de. et al. *Deslocamentos e histórias: os portugueses.* Bauru/SP: Edusc, 2008.

BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia Agrícola Sinimbú: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido* (Rio Grande do Norte, 1850-1880). Natal, RN, Dissertação (mestrado), UFRN, PPGH, 2015. 189f.

BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das Secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho* (1877-1919). Tese (Doutorado). UFC. PPGH, Fortaleza, 2014, p. 108 e 162.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. *Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2014, p. 02. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Bastiste Fontenelle, p. 185.

GREENFIELD, Gerald M. *O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca do Nordeste: 1877-1879*. Caderno de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Instituto de Pesquisas Sociais (Caderno de Estudos Sociais; vol. 5, nº2), 1989.

GUHA, Ranajit. La prosa de la contrainsurgencia. Pasados Poscoloniales. CEAA, Centro de Estudios de Asia y Africa El Colegio de México. 1999. [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Mexico/ceaa\\_colmex/20100410113135/guha.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Mexico/ceaa_colmex/20100410113135/guha.pdf).

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Seca e migração no nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*. Trabalhos para discussão n. 111/2001. Agosto 2001.

JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão* (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Hucitec, 2004, p. 49-50.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção de Flagelo”*: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. *Os degredados filhos da seca. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste*. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 51 e 53.

RAVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 páginas.

REZNIK, Luis. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. *História*. São Paulo. V. 33º, n. 1, 2014, p. 240-241.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 14-15.

VIDAL, Laurent. *Sociétés, mobilités déplacements*: les territoires de l'attente. *Revue Urbanisme*, Paris, n.384, p.87-90. mai.-jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial*: alguns desafios metodológicos. In: Fridman, Fania; Abreu, Maurício (Org.). *Cidades latino-americanas*: um debate sobre a formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. p.53-62. 2010.

\_\_\_\_\_. Pour une histoire sociale de l'attente. In: Vidal, Laurent. *Mazagão*: la ville qui traverse l'Atlantique du Maroc à l'Amazonie (1769-1783). Paris: Aubier. p.301-306. 2005.

**NAÇÕES MODERNAS? A METRIFICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS  
COLOMBIANO E MEXICANO (1840-1874)**

**João Fernando Barreto de Brito<sup>1</sup>**

RESUMO

O processo histórico que culminou com a criação e difusão do Sistema Métrico Decimal (SMD) em plena Revolução Francesa não estivera limitado à Europa. Apesar das dificuldades, continuidades e descontinuidades, cientistas, intelectuais e políticos de várias nações conseguiram criar e difundir o SMD, sendo hoje o modelo mais difundido no mundo. Esta disseminação também é fruto da mundialização da economia, imbricada na ampliação do capital no mundo vivenciada no século XIX, sentida pelo encurtamento das distâncias, o aumento das trocas comerciais, o nascimento dos estados nacionais “modernos”, mas também em políticas públicas concretas que visavam obter o conhecimento/controlar a população. Neste sentido, compararemos as experiências de alguns estados nacionais da América Latina, que nas décadas de 1840, 1850 e 1870 vivenciaram o fenômeno da metrificação, a saber: “Colômbia” (então Nova Granada), México e Brasil. Portanto, nossa finalidade é entendermos os desdobramentos das reformas políticas empreendidas por tais nações, especialmente no que diz respeito a rejeição do SMD e ao surgimento de movimentos sociais como o quebra-quilos, o que põe em questão uma historiografia que insiste em classificar às produções do norte e nordeste como sendo história local/regional. Para tanto, utilizaremos fontes nacionais e internacionais manuscritas, periódicos, fontes burocráticas, decretos-leis, entre outras, de modo a cruzá-las, compará-las e questioná-las.

Palavras-chave: Estado moderno; Metrificação; Nações Latinas.

O início do século XIX na América Latina, segundo Fortunato Pastore, foi um momento caracterizado por embates políticos, crises econômicas e guerras civis, aspectos que ajudaram a descortinar a luta contra a manutenção dos laços de dependência colonial. As elites crioulas desejavam o fim do domínio político e econômico espanhol, vinculação irrompida a partir de resistências e ações militares encampadas pelos revolucionários. Passados os conflitos, os grupos dominantes locais ilustrados, desmembraram-se em diversas repúblicas independentes, e alguns deles, como nos casos mexicano e “colombiano”, voltaram suas forças à instalação de mecanismos estatais, fundamentais à construção de um governo, o

---

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e bolsista CAPES. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS – UFRJ/UFRN). Participa do Grupo de estudos “Oitocentos no RN”.

que incluía necessariamente a constituição de um nacionalismo e, conseqüentemente, de uma nação<sup>2</sup>.

Neste âmbito, a partir da segunda metade do século XIX, os grupos liberais em ascensão na América Latina agenciaram a integração de suas nações ao processo mundial, quer dizer, adotaram sistemas, políticas e padrões afim de alinharem-se ao modelo europeu de Estado-nação. Sabendo disso, sublinham Cardoso e Brignolli que “o processo político da reforma liberal, chamada às vezes de organização nacional ou outras denominações similares, caracteriza a fase de consolidação dos estados nacionais”<sup>3</sup>.

Cristiane Chechia, que estuda a relação entre as reformas fundiárias realizadas no Brasil e em Nova Granada (1848-1853), entende estas mudanças sob uma lente maior dimensionada, uma vez que, segundo a autora, estavam em conexão “ao movimento mais amplo de expansão do capitalismo industrial e à onda das reformas liberais que varreu a América Latina nesse período”<sup>4</sup>. Neste sentido, Eric Hobsbawm lembrou que “nesta era, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali em diante, passava a ser história mundial”<sup>5</sup>.

Logo, esperamos com este artigo demonstrar que o surgimento de movimentos sociais ou revoltas de caráter supostamente conservador<sup>6</sup>, assim como foram adjetivados os movimentos contrários ao Sistema Métrico Decimal na própria França e pelo mundo, não foram produto de paixões ou ignorâncias, mas de rejeição a uma nova lógica imposta de cima para baixo e que destoava das relações sociais e culturais até então praticadas. Neste sentido, dialogamos com E. P. Thompson quando pontua que “muitos dos costumes eram endossados e frequentemente reforçados pela pressão e protesto populares”<sup>7</sup>, resistindo às

---

<sup>2</sup> PASTORE, Fortunato. *Soldados nus: filhos do acaso ou filhos da glória. Estratégia militar e economia na América Latina Independente; 1810-2000*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo/USP: São Paulo, 2007, p. 32-33.

<sup>3</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento Capitalista*. 1a ed. em português. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 160.

<sup>4</sup> CHECCHIA, Cristiane. *Terra e Capitalismo: a questão agrária na Colômbia, 1848/1853*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 15-16.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital – 1848-875*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 61-62.

<sup>6</sup> É preciso pontuarmos que Eric Hobsbawm ao classificar as ações da massa como ‘conservadoras’ não diz respeito ao seu posicionamento enquanto partidários de algum partido políticos ou anti-modernos, não é isso. Para que possamos melhor entender esta situação optamos por trazer à tona o sentido atribuído por E. P. Thompson quanto às ações da população, a qual munida de uma lógica paternalista frente aos governantes, vislumbrava a perda de seus direitos, valorados a partir de costumes e tradições, adotando uma postura conservadora a fim de preservá-los, de conservá-los. THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 15.

<sup>7</sup> Ibidem.

“racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou empregadores queriam impor”<sup>8</sup>. Portanto, também compreendemos que tais transformações/inovações não são processos neutros e, por sua vez, são sentidas e “experimentadas pela *plebe*”<sup>9</sup> como uma exploração, expropriação de direitos costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalhos e lazer”<sup>10</sup>.

Sendo assim, analisaremos a realidade de alguns estados nacionais da América Latina. Deter-nos-emos, neste artigo, ao estudo de caso “colombiano” (então Nova Granada) e a República do México, exemplos que contribuirão para entendermos melhor os desdobramentos ocorridos no Brasil, que também adotaria o SMD no período já citado.

### **Parte 1 - A imposição do SMD para os países americanos (1850-1870)**

Somente em 20 de maio de 1875, passado o terror da guerra, a França reuniu-se com mais estados-nação (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, México, Peru, Portugal, Uruguai entre outros) em Paris para a realização da chamada *Convenção do Metro*. Segundo Izrael Rozemberg, a convenção seria responsável por reafirmar os laços entre estes países, de maneira a torná-los membros do *Bureau Internacional Poids et Mesures*, órgão responsabilizado por “estabelecer os padrões fundamentais e as escalas das principais grandezas físicas, conservar os ‘protótipos internacionais’, efetuar a comparação dos padrões

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>9</sup> Não utilizaremos a denominação de *plebe* por acreditar que ela se aplique a um contexto diferente daquele que abordamos neste trabalho. Entretanto, propomos a utilização de um outro conceito: o de subalternidade. Devemos compreender a dinâmica das revoltas perpetradas pela população controversas à metrificação (a exemplo dos quebra-quilos) de modo a considerá-las não como um bloco homogêneo de indivíduos e interesses, mas como sujeitos subalternos, ou seja, pertencentes a diferentes grupos de “trabalhadores submetidos ao capital”, cuja “força de trabalho é compulsoriamente mercadorizada”. LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 131-132. Nesta perspectiva, corroboramos com Marcelo Badaró quando defende que o conceito de “classes subalternas” pode ser pensado em situações que envolvem diferentes formas de trabalho, como o não-livre, o assalariado ou autônomo, especialmente em situações em que predominem diversas formas de exploração do trabalho. Badaró entende o conceito de “classes subalternas” em sua forma plural, tendo como elemento unificador a subordinação ao capital, de maneira que “distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais” MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p.134. Assim, conforme Antonio Gramsci os grupos subalternos são senão produto da luta contra a exploração e a opressão dos grupos dominantes, que imprimem continuamente a coerção por meio de aparelhos legais, inclusive mediante a ação de um Estado. Neste sentido, Ranhit Guha acredita que os subalternos, quer dizer, aqueles que “constituíam a massa da população trabalhadora”, notadamente caracterizavam-se pela diversidade social e pela permanente resistência a dominação da elite. GUHA, Ranahit. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona: Crítica, 2002, p. 10.

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19.



nacionais e internacionais e realizar e coordenar as determinações relativas às constantes físicas”<sup>11</sup>. Ou seja, garantir a unificação dos pesos e medidas no mundo<sup>12</sup>.

Neste sentido, Carlos Eduardo Sarmento acredita que a participação das *populações ilustradas* dos países economicamente dependentes<sup>13</sup> contribuiu decisivamente para o aumento no número de adesões desses novos países ao SMD, haja vista que estas “procuraram compreender e assimilar a ideia preconizada pelo metro”, integrar-se às demais nações mediante a adoção do padrão métrico<sup>14</sup>. Neste âmbito, Maria Verônica Secreto esclarece-nos que “os novos Estados estavam dispostos a participar dessa comunicação da linguagem internacional numérica por dois motivos: a) a obtenção do consenso interno e do reforço dos laços nacionais, e b) a possibilidade de se promover no exterior”<sup>15</sup>.

Na América do Sul, com exceção das Guianas (Inglesa e Holandesa), que adotaria o sistema métrico somente em 1971, as demais nações que compunham o citado continente oficializaram o SMD ainda entre as décadas de 1850 e 1870, tais como o Brasil, Chile, Peru, Equador, Uruguai e Bolívia.

Portanto, as décadas de 1850, 1860 e 1870, em particular, representariam tempos em que se buscou padronizar os instrumentos, adequar-se ao novo ritmo imposto pelo capitalismo, mas também espelhar-se nas experiências europeias para aperfeiçoar o funcionamento de seus governos. Nesta perspectiva, para as chamadas *classes nacionais*<sup>16</sup>, conceito utilizado pelo historiador Ricardo Salles, era preciso organizar, ordenar e “civilizar”.

---

<sup>11</sup> CREASE, Robert P. *A Medida do Mundo*: a busca por um sistema universal de pesos e medidas. 1º ed., Editora Zahar, 2013, p. 81.

<sup>12</sup> ROZENBERG, Izrael Mordka. *O Sistema Internacional de Unidades – SI*. 3ª ed. Ver. E ampl. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2006, p. 21.

<sup>13</sup> Na ótica da historiadora Angela Alonso, a divisão entre ativistas políticos e intelectuais nem sempre se fazia tão nítida, sobretudo no Brasil onde não havia sequer instituições intelectuais *stricto sensu*, “mas sim um limitado espaço na carreira pública, na qual um número reduzido de políticos, diplomatas e acadêmicos participavam”. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, p. 86.

<sup>14</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *A medida do progresso: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997, p. 3.

<sup>15</sup> SECRETO, Maria Verônica. E o mundo ficou mais conhecido: as estatísticas na construção do mundo globalizado. *História econômica & História de Empresas*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, v.2, p.141-154, 1999, p. 144-145.

<sup>16</sup> De acordo com Ricardo Salles, o projeto de construção da *classe nacional* no Brasil contou com a participação de uma “camada de intelectuais”, que estava a serviço dos interesses dos grandes fazendeiros do oeste fluminense e que se havia articulado em torno do Estado, ocupando importantes cargos na direção do governo provincial. Tais “intelectuais”, apontou Ricardo Salles, não eram exclusivamente provenientes da Corte, vinham também de províncias mais distantes e assim como os demais – dirigentes políticos e morais – estavam “alinhados” aos interesses dessa classe senhorial. SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012, p. 6.

## Parte 2. O caso “colombiano”

O sistema métrico decimal, durante a primeira metade do século XIX, surgiu para a elite *crioula* letrada e dirigentes políticos de Nova Granada, como sugere Luís Carlos Arboleda, como um marco da luta pela independência contra o domínio da coroa espanhola, almejando autonomia político-administrativa. Conforme o referido autor, o SMD seria um instrumento para derrotar as medidas tradicionais castelhanas, denominadas “varas de burgos”<sup>17</sup>, um símbolo da presença e do domínio espanhol. Em sua visão, este seria “El cambio cultural en dirección de las nuevas medidas francesas empezará a manifestarse en la generación siguiente de letrados que estaban destinados a fungir como ingenieros, políticos y dirigentes de la república a partir de los años 1830”<sup>18</sup>.

Em 5 de junho de 1836, a **Gaceta de la Nueva Granada**<sup>19</sup>, periódico oficial do governo com sede em Bogotá, publicava em sua primeira página a lei criada em 25 de maio daquele mesmo ano, a qual autorizava indiretamente o uso do SMD. Os representantes do senado desejavam uniformizar as medidas nacionais, de maneira a reformar a lei de 10 de outubro de 1821, que ainda permitia a utilização de antigas medidas regionais e medidas castelhanas, o que contribuía para a preservação das práticas consuetudinárias pela população.

A lei de 1836 estabelecia em seu artigo 1º a *vara granadina* como unidade fundamental de pesos e medidas nacionais, considerando, por sua vez, não a medida do cálculo do meridiano de Dunkerke-Barcelona, mas aquele calculado anteriormente, ou seja, o cálculo feito do arco meridional compreendido entre o Peru/Equador e o polo próximo à Lapônia<sup>20</sup>. Conforme o artigo 8º, padrões seriam confeccionados e viriam também de países

---

<sup>17</sup>ARBOLEDA, Luís Carlos. Introducción del Sistema Métrico Decimal en Colombia a mediados del siglo XIX. *I CEMACYC*, República Dominicana, 2013, p. 74.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 74

<sup>19</sup>UNIVERSIDADE DE MICHIGAN. *Hathi Trust's Digital Library*. Gaceta de la Nueva Granada, Bogotá, 5 de jun. de 1836, p.1. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.35112103696664;view=1up;seq=339;size=175>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

<sup>20</sup> De acordo com Robert Crease, “em 1720, Giacomo Cassini (1677-1756), a segunda de quatro gerações de astrônomos e geralmente conhecido como Cassini II (seu pai, Cassini I, viera da Itália para se tornar o primeiro diretor do Observatório de Paris), foi além no desenvolvimento das medições do meridiano de [Jean] Picard, abrangendo o arco medido ao norte até Dunquerque e ao sul até a Espanha. Cassini II propôs um “pé geométrico” que seria 1/6.000 do minuto de arco; seis pés desses seriam uma toesa. As medições de Cassini sugeriam que o formato da Terra era um esferoide prolato – ovoide, mais fino no equador do que nos polos. Isso ia contra a conclusão de Newton, de que era um esferoide oblato, mais plano nos polos, devido à força centrífuga, do que no equador. Em 1735, a Academia Francesa buscou resolver a disputa montando uma nova expedição para medir o comprimento de um meridiano no Peru, próximo ao equador, e na Lapônia, perto dos polos. Na preparação foi construído, com maior cuidado, outro padrão toesa. Esse esforço, que determinou, afinal, que Newton estava certo, criou um padrão francês de comprimento com uma nova precisão, conhecido como toesa do Peru. Era dividida em seis pés, cada pé em doze “polegares” e cada polegar em doze linhas. Em 1766 foram feitas oitenta cópias e enviadas a várias partes da França [...]”. CREASE, Robert P. *A Medida do Mundo*: a busca por um sistema universal de pesos e medidos. 1º ed., Editora Zahar, 2013, p. 50.

estrangeiros a fim de serem distribuídos em todas as capitais das províncias granadinas, que deveriam ser posteriormente distribuídos pelos conselhos municipais, devendo o poder executivo estabelecer o prazo em que o novo sistema começaria a ser utilizado, portanto, fiscalizado, estabelecendo-se multas para os casos de descumprimentos ou falsificação de pesos e medidas (seriam afixados os ofícios nos estabelecimentos comerciais e lugares públicos já com os símbolos e brasões republicanos)<sup>21</sup>. Mas, apesar de aprovada a nova lei de 1836, conta-nos Luís Carlos Arboleda, “permaneció como letra muerta a lo largo de diez años”<sup>22</sup>.

Uma nova tentativa foi realizada com a intenção de substituir as antigas medidas espanholas. Após a desagregação da “Grã-Colômbia”<sup>23</sup>, momento que se instituiu a República de Nova Granada (1832-1858), o presidente Tomàs Cipriano de Mosquera designou seu secretário da fazenda, Lino de Pombo, (que tinha sido professor de matemática na Universidade de Cuaca), no intuito de fazer vigorar o SMD. Apesar das intenções desse novo governo, tal medida enfrentaria a resistência de agricultores, comerciantes, mineiros e líderes políticos regionais, arrastando por mais alguns anos o desejo de universalização dos padrões decimais<sup>24</sup>.

Dito isso, partimos do pressuposto de que a adoção do SMD não dependia exclusivamente da vontade dos políticos colombianos ou da elite crioula, mas também de parte da população, a qual deveria de uma forma ou de outra assimilar o projeto imposto pelas elites. Portanto, fazia-se imprescindível convencê-la de que o projeto métrico era benéfico e amparado pela razão universal, tão enaltecida pelos políticos e intelectuais franceses, argumentos reafirmados pelas elites granadinas. Logicamente, por trás deste processo, havia também a dificuldade e o considerável montante financeiro que o Estado deveria investir para torná-lo um projeto viável, perpassando desde a compra e o transporte de protótipos provenientes da França e até de outras nações estrangeiras que utilizassem o referido sistema,

---

<sup>21</sup> UNIVERSIDADE DE MICHIGAN. *Hathi Trust's Digital Library*. Gaceta de la Nueva Granada, Bogotá, 5 de jun. de 1836, p.1-2. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.35112103696664;view=1up;seq=339;size=175>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

<sup>22</sup> ARBOLEDA, Luís Carlos. *Introducción del Sistema Métrico Decimal en Colombia a mediados del siglo XIX*. I CEMACYC, República Dominicana, 2013, p. 75.

<sup>23</sup> A Grã-Colômbia ou Grande-Colômbia compreendia o território do vice-reino de Nova Granada (que corresponde ao atual território da Colômbia), mas também o que hoje são o Panamá, Venezuela e parte do Equador.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 75.

assim como de sua distribuição em número capaz de suprir as “necessidades” de todas as províncias de Nova Granada<sup>25</sup>.

Além destes fatores, podemos contribuir com a análise de Arboleda ao considerarmos o longo e lento percurso de instruir aquelas pessoas responsabilizadas por ensinar noções de aritmética e fiscalizar as práticas relativas ao SMD. Feito esta etapa, mais custos teriam que ser dispendidos para ensinar a população, em sua maior parte analfabeta, a utilizar balanças, pesos, régua e tabelas de conversão de medidas. Isto motiva-nos a afirmar que colocar os novos instrumentos em funcionamento não dependia “apenas” da compra e transporte dos mesmos pelas casas comerciais, tabuleiros, bancas e residências, mas também de um esforço das representações políticas locais em investir e desenvolver estratégias educacionais eficientes, capazes de tornar a população apta ao manuseio do novo sistema<sup>26</sup>.

Sabendo disso, torna-se salutar evidenciar a dificuldade de aplicação, mas também de aceitação – partindo de uma lógica prática da população e nunca justificada por uma suposta “ignorância” dela – de um sistema que se amparava em uma lógica aritmética frente a um povo que historicamente havia sido negligenciado quanto ao acesso à educação formal – o que evidentemente não o impedia de comercializar coisas. Assim, discursivamente, a valorização de práticas educativas e de instrução teriam como finalidade convencer letrados e iletrados de que o SMD levaria a nação granadina ao desenvolvimento material.

Diante deste quadro, sugeriu Luis Fernando Gonzáles Escobar que o governo esboçaria algumas tentativas de transformar aquela sociedade, iniciando a década de 1850<sup>27</sup> com a reforma monetária, que unificou as moedas em circulação no país. Organizou também, ainda em janeiro de 1850, uma comissão incumbida de construir a primeira Carta Geográfica de Nova Granada, chefiada pelo italiano Agustín Codazzi. No campo da educação, investiu na

---

<sup>25</sup> ARBOLEDA, Luis Carlos. Introducción del Sistema Métrico Decimal en Colombia a mediados del siglo XIX. *I CEMACYC*, República Dominicana, 2013, p. 75.

<sup>26</sup> Conforme Alberto Corradine e Helga Mora de Corradine, apenas a partir de 1820, quando do Congresso da Colômbia realizado em 2 de agosto deste mesmo ano, estimular-se-ia as primeiras medidas com a finalidade de desenvolver a educação no país, ampliando-se os centros de ensino e formando as escolas de primeiras letras, inclusive dentro dos conventos. Assim como havia sido adotado pelo Brasil durante a administração pombalina, o método Lancaster seria desenvolvido nos estabelecimentos de ensino de Nova Granada, mas sem a expulsão dos religiosos. CORRADINE, Alberto; CORRADINE, Helga Mora de. *Historia de la arquitectura colombiana, Volumen siglo XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001, p. 22.

<sup>27</sup> A segunda metade do século XIX na história “colombiana” é caracterizada por um período de intensas reformas. Segundo Cristiane Checchia, “quando o Partido Liberal assumiu o poder sob a presidência de José Hilário Lopes, um projeto profundo de reformas foi colocado em prática. Parte da historiografia empresta a esse período a designação de *Revolução socioeconômica de 1850*, embora a adoção de tal expressão seja bastante discutível”. Ainda de acordo com a autora, as reformas teriam como alvo a descentralização administrativa, a reforma monetária (acompanhadas de um novo sistema de pesos e medidas), da melhoria das vias de transportes, da expulsão dos jesuítas, da abolição da escravatura, da secularização do ensino, do fim da pena de morte, da liberdade de imprensa e religiosa etc.. CHECCHIA, Cristiane. *A questão agrária na Colômbia, 1848-1853*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 97-102.

instrução universitária e fundou o Colégio Militar<sup>28</sup>, cuja duração, aponta-nos Alberto Corradine e Helga Mora de Corradine, seria breve<sup>29</sup>.

Em 16 de junho de 1853, a *Gaceta Oficial*<sup>30</sup> estampava em sua primeira página o decreto que havia sido promulgado no dia 8 de junho de 1853 pelo Senado da Câmara de Nova Granada que, mediante lei, instituía oficialmente o SMD. Nova Granada abria caminho para que outras nações do grupo sul-americano viessem a adotar o sistema francês de medições. Entretanto, tal lei demonstraria em seu artigo 4º que esta medida seria implementada gradativamente, uma vez que permitia que “los particulares pueden emplear em sus transacciones los pesos i medidas que a bien tengan”<sup>31</sup>.

É importante ressaltar que o exemplo “colombiano”, quer dizer, o caráter híbrido da adoção do sistema francês, utilizando o último para assuntos do Estado, assim como permitindo o uso dos antigos em relações privadas, não teve lugar em todas as nações da América que resolveram oficializar o SMD, como, por exemplo, o Brasil<sup>32</sup>. Esta lei, atenta-nos Carlos Arboleda, notadamente híbrida, confirmava as dificuldades que o governo enfrentaria para efetivamente torná-la uma realidade, ou seja, fazer com que as medidas francesas fossem utilizadas pela população em geral. Enquanto isso, autorizava-se o uso, em esfera privada ou local, das antigas medidas “prehispánicas y españolas con sus diversas variantes”<sup>33</sup>.

Neste sentido, a *elite criolla* ou *criollos letrados*, como denomina Arboleda, teve papel fundamental na elaboração dos primeiros textos “autóctones” acerca da aritmética. O supracitado autor menciona que tal elite, inicialmente, baseou-se nos textos do matemático francês Sylvestre François Lacroix, o qual afirmava que após ter-se desenvolvido os conhecimentos sobre os procedimentos do cálculo com frações decimais, os mesmos

---

<sup>28</sup>ESCOBAR, Luis Fernando González. *Del alarife al arquitecto: el saber hacer y el pensar la arquitectura em Colombia, 184-1936*. Doutorado (tese em História). Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2011, p. 45.

<sup>29</sup> Segundo os últimos, a condução de uma instituição de ensino normal, capaz de derramar níveis elementares de formação sobre uma população e, conseqüentemente, capacitá-los para cursos de bacharelados, só aconteceria a partir da fundação da Universidade Nacional da Colômbia, em 1867. CORRADINE, Alberto; CORRADINE, Helga Mora de. *Historia de la arquitectura colombiana, Volumen siglo XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001, p. 22.

<sup>30</sup>UNIVERSIDADE DE MICHIGAN. *Hathi Trust's Digital Library*. *Gaceta Oficial*, Bogotá, 16 de jun. de 1853, p. 1. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org>>. Acessado em 06 de setembro de 2017.

<sup>31</sup> Lei do Sistema Nacional de la Nueva Granada, 8 de junho de 1853. Digitalizado pela Biblioteca Luis Arango del Blanco de la República Colombia. Ver também Torres Sánchez, J. y L. A. Salazar Hurtado *Introducción a la historia de la ingeniería y de la educación en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

<sup>32</sup> ARBOLEDA, Luis Carlos. *Introducción del Sistema Métrico Decimal en Colombia a mediados del siglo XIX*. *I CEMACYC*, República Dominicana, 2013, p. 75.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 75.

deveriam estar à disposição de assuntos e questões que envolvessem as relações sociais, cujos elementos se encontrariam em diversas partes do sistema métrico<sup>34</sup>.

Segundo Arboleda, esta noção permearia os ideais destes primeiros pensadores que passariam a argumentar sobre a necessidade de uma ordem racional engendrada a partir do novo sistema de medições e, na visão destes, terminaria por substituir os prejuízos provocados pelos “maus” costumes trazidos pelo uso das antigas medidas<sup>35</sup>. Doravante, o ensino da aritmética estaria à serviço da República, posto que, na visão de seus fomentadores, deveria romper com a antiga prática rotineira e memorialística – símbolo da era colonial -, de maneira a tornar-se um instrumento moderno, lógico e amparado em métodos essenciais ao desenvolvimento da indústria.

Ademais, mesmo com as publicações de livros e manuais aritméticos em nível nacional, dentre eles os de Indalecio Liévano e Lino de Pombo, “Tratado Elementar de Aritmética” (1856) e “Lições de aritmética e álgebra” (1858), respectivamente, a metrificação da sociedade colombiana ainda seria uma barreira a ser transposta. A universalização das medidas ainda representaria um desejo a realizar-se e perseguido por políticos republicanos e cientistas ao longo do século XIX, talvez pela ineficiência do Estado em realizar uma revolução educacional, talvez pela resistência e manutenção das antigas práticas e costumes do pesar e medir pela população.

### **Parte 3. O caso mexicano**

Os primeiros defensores da oficialização do metro no México ainda na década de 1840 teriam sido, conforme o referido autor, Melchor Ocampo e Pedro García Conde, figuras bastante influentes na vida política mexicana. Ocampo e García trabalharam juntos na redação do primeiro decreto que visou estabelecer oficialmente o sistema decimal francês no México, conta-nos Pérez Tamayo. Embora não o tenha referenciado, sabemos que o autor está discorrendo sobre o projeto de lei de 22 de fevereiro de 1849. Neste propunha-se tornar o SMD o único sistema métrico praticado dentro do México, estabelecendo o prazo para que as pessoas se adequassem a partir de 1º de janeiro de 1850. Até esta data, conhecimentos teórico e prático referentes ao manuseio do SMD deveriam ser ensinados à população por meio das escolas, assim como oficinas de pesos e medidas. Depois de um período de cinco anos, ou

---

<sup>34</sup> ARBOLEDA, Luís Carlos. Introducción del Sistema Métrico Decimal en Colombia a mediados del siglo XIX. *I CEMACYC*, República Dominicana, 2013, p. 79.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 79-80.

seja, de 1º de janeiro de 1855, aqueles que desrespeitassem a referida lei seriam considerados contraventores, sendo penalizados com multas<sup>36</sup>.

Apesar da formação da Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística e de uma comissão especial, cuja criação esteve ligada ao projeto de construção e implantação do SMD no México, a proposta sofreu forte oposição, enfrentando outros projetos e contra-projetos<sup>37</sup>. Embora tivesse sido posto na mesa para discussão nas Câmaras, não obteve aprovação. No entanto, o debate estava vivo entre os parlamentares mexicanos. Neste sentido, o artigo de Cayetano Moro publicado no *Boletín* em 1852, sob o título de “Observaciones sobre la medida que se propone substituir: a la vara mexicana”, recomendava superar certas dificuldades.

Embora reconhecesse a possibilidade de resistência ao modelo francês, que já havia sofrido contestações semelhantes mesmo na França, compreendia que o SMD representava para certa parcela da população algo danoso para manutenção dos hábitos e costumes locais. Todavia, logo equivocava-se – talvez pela descrença de uma ação popular no México contra o sistema que o mesmo ajudaria a implementar – ao supor que “La esperiencia demuestra, que casi ninguna dificultad se encontraria para sua introduccion”.<sup>38</sup> Cayetano Moro também se mostrou contraditório, ao tentar minorar, como ele próprio sugeriu, os “síntomas de resistência”, como sendo “raras excepciones que no mereceren ser mencionadas<sup>39</sup>. Em sua visão, a resistência ao SMD e a continuidade do uso das tradicionais medidas, chamadas por ele de “antigas” e “absurdos do século passado”<sup>40</sup>, não deveria sequer ser mencionada, em uma clara tentativa de invisibilizá-la. Ao fim de seu artigo, Cayetano Moro utiliza de retórica ao não dissociar o crescimento industrial, comercial e científico da França do início do século XIX da unificação métrica francesa. Tamanha era sua fascinação pelos resultados que supostamente o SMD poderia trazer ao seu país que escreveu que o “México debería dar á las Américas el primer ejemplo de semejante *progreso*”<sup>41</sup> [grifo nosso].

---

<sup>36</sup>TAMAYO Ruy Pérez. El Estado y la ciencia en México: pasado, presente y futuro. *Revista Ciencia e Ingeniería neogranadina*. Bogotá, Colombia, Vol. 26, n. 1, Enero-Junio 2016, p. 319-349.

<sup>37</sup>MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema métrico*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 82.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>40</sup>MORO, Cayetano. “Observaciones sobre la medida que se propone substituir a la vara mexicana” In: *Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística*. vol. 3, México, Imprenta de Ignacio Cumplido, 1852. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510014703443;view=1up;seq=61>>. Acessado em 18 de setembro de 2017., p. 55.

<sup>41</sup> MORO, Cayetano. “Observaciones sobre la medida que se propone substituir a la vara mexicana” In: *Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística*. vol. 3, México, Imprenta de Ignacio Cumplido, 1852. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510014703443;view=1up;seq=61>>. Acessado em 18 de setembro de 2017., p. 55.

No mesmo volume que escrevera Cayetano Moro, mais precisamente na página seguinte ao seu texto no *Boletín*, publicou Benigno Bustamante. Segundo Héctor Vera Martínez, Bustamante era “uno de los más tenaces y brillantes opositores al metro en la historia del país, era un reconocido matemático y geógrafo[...], se trataba de una figura cuya opinión no podía ser ignorada”<sup>42</sup>. Assim, em “Contestación a las observaciones relativas a la medida que se propuso como unidad para arreglar definitivamente la vara mexicana”, de autoria de Benigno Bustamante, são tecidas críticas diretas ao texto de Cayetano Moro. Ele rejeita o argumento inicial deste acerca de que o caminho para o SMD deveria contrariar os hábitos e ideias da população de forma natural e sem repugnância. Na ótica de Bustamante isto não seria possível. Para ele “la repugnancia será tanto mayor, cuanto mayor sea la diferencia del nuevo sistema, al existente, por que contrariará con mayor, fuerzas las ideas y los hábitos recibidos”<sup>43</sup>. Prosseguia Bustamante a criticar outra declaração de Cayetano Moro, a de que as resistências provocadas pelas camadas populares seriam maiores à medida em que se realizavam as reformas. Ora, Benigno Bustamante reconhecia, diferentemente de Moro, que não se poderia negar a defesa contínua das tradicionais medidas e pesos praticados pela população mexicana, principalmente frente a uma mudança brusca. Continuar utilizando os “antigos” sistemas representava também uma forma de resistência eficiente, mas não causa única para as revoltas.

Por fim, Moro mais uma vez teve sua fala rechaçada, justamente a que defendia que estaria limitada a uma minoria dos habitantes o uso inteligente do SMD, precisamente aqueles capazes de calcular as relações que as diferentes medidas guardavam entre si, já que a unificação era vista como benéfica ao grande comerciante, aos industriais e aos cientistas. Entretanto, Bustamante lembraria a Moro que apesar de benéfica aos mais importantes ramos da economia, caberia ao legislador atuar não em função de uma minoria, mas em maior benefício público<sup>44</sup>. Ao fim, concordamos com Héctor Vera Martínez quando trata do posicionamento de Bustamante, cuja aceitação do SMD segundo ele só seria “plenamente

---

<sup>42</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema metryco*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 83.

<sup>43</sup> BUSTAMANTE, Benigno. “Contestación a las observaciones relativas a la medida que se propuso como unidad para arreglar definitivamente la vara mexicana” In: *Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística*. vol. 3, México, Imprenta de Ignacio Cumplido, 1852, p. 53. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510014703443;view=1up;seq=64;size=150>>. Acessado em 19 de setembro de 2017, p. 56.

<sup>44</sup> BUSTAMANTE, Benigno. “Contestación a las observaciones relativas a la medida que se propuso como unidad para arreglar definitivamente la vara mexicana” In: *Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística*. vol. 3, México, Imprenta de Ignacio Cumplido, 1852, p. 53. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510014703443;view=1up;seq=64;size=150>>. Acessado em 19 de setembro de 2017, p. 57.



útil” caso se adaptasse às diferentes localidades. Todavia, esta não seria uma característica do SMD, criado para ser “invariável”<sup>45</sup>.

Um ano depois criava-se o Ministério do Fomento, Colonização, Indústria e Comércio do México. A mencionada instituição teve como diretor Joaquín Velázquez de León, principal estimulador da criação de um projeto de lei com a finalidade de propor uma solução metrológica para o país. Buscava-se incessantemente a padronização das medidas. Para tanto, criava-se uma nova comissão, da qual participaram Leopoldo Río de la Loza e José Joaquín Pesado, cujo produto resultou na “Segunda reseña que presenta a la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística [...]”, publicada no “Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística” no ano de 1854<sup>46</sup>, ocasião em que se declarou intenções de unificar o sistema de pesos e moedas mexicanas, formando-se uma comissão especial para conduzir à feitura de um projeto adequado. Todavia, a comissão não era uma unanimidade entre os representantes do poder político em México, suscitando várias discussões, inclusive contra-projetos publicados no boletim em questão.

Todavia, a unificação do SMD no México, proposta apresentadanovamente por mais uma comissão, continuava a enfrentar oposição, mesmo dentro do aparelho de Estado. Textos e artigos se faziam presentes e eram divulgados em periódicos e até na burocracia estatal a fim de defenderem a conservação das medidas tradicionais, como a vara mexicana. Logo, faz-se relevante notar que o SMD ainda não havia se disseminado pelo mundo de tal forma como conhecemos hoje. Os movimentos opositores fizeram-se presentes em certas nações que se propuseram a adotar o sistema francês, de modo pacífico em algumas, noutras incorrendo em movimentos intelectuais organizados<sup>47</sup> e até em revoltas violentas, como as ocorridas no próprio México, França e Brasil.

---

<sup>45</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema métrico*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 86.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>47</sup> Em 1876, engenheiros e industriais norte-americanos promoveram resistência ao novo sistema métrico, já bastante difundido no continente americano. Isto porque alegavam que o referido sistema importava uma necessidade maciça de investimentos. Conforme Robert Crease, a Sociedade de Engenheiros Cívicos de Boston havia recebido do Instituto Franklin da Filadélfia um parecer contrário à conversão métrica no país. Dentre as justificativas do instituto, o SMD não estaria alinhado às necessidades da vida prática, quer dizer, não dava para medir as coisas do cotidiano a partir de uma lógica decimal. Outro ponto do parecer recaía sobre os conhecimentos produzidos a partir das medidas já utilizadas em estudos topográficos no EUA (os acres, pés e polegadas), bem como de “uma variedade infinita de ferramentas caras para trabalhar em medidas exatas”, usadas há tempos pelas indústrias americanas e que reafirmava o dispendioso investimento realizado pelas nações que se propunham a oficializar o SMD. Percebamos que as medidas são consideradas fundamentais a uma sociedade quando são experienciáveis, enquanto fazem parte do dia a dia das pessoas. Este é sem dúvida um argumento legítimo, tanto para o Instituto Franklin da Filadélfia – industriais e engenheiros - quanto para os feirantes do Mercado de Paris, para os indígenas mexicanos de Juquila, assim como para os muitos vendedores

Apesar da forte oposição ao sistema decimal francês, a maioria dos políticos mexicanos decidiu-se pela implementação deste sistema, de modo a se mobilizarem com o objetivo de criarem as regras e etapas fundamentais à reforma. Desta feita, em 20 de fevereiro de 1856 o Ministério do Fomento, Colonização, Indústria e Comércio mexicano emitia nota sobre o assunto e distribuía aos seus funcionários uma relação contendo pesos e medidas do SMD<sup>48</sup>.

É preciso que fiquemos atentos à proximidade das transformações políticas acontecidas no México, que em pouco menos de uma semana de decidir-se pelo sistema decimal francês começou a escrever sua primeira constituição liberal (em 14 de fevereiro 1856). SMD e políticas liberais estiveram lado a lado durante o processo de oficialização do referido sistema nos países latino-americanos<sup>49</sup>.

As acusações que associavam as políticas liberais e o SMD estavam corretas. Ambas eram políticas de cunho reformista e anticlerical, basta lembrar que tanto o liberalismo quanto o sistema decimal francês estiveram no âmago da Revolução Francesa em 1789. De acordo com Jaime Moreno Garavilla, “la Constitución de 1857, [foi] considerada um documento político radical por su innegable postural anticlerical y por su definida orientación hacia la defensa de los derechos del individuo”<sup>50</sup>. Assim, alimentava-se o discurso ideológico da liberdade, da individualidade, mas também da universalização dos direitos dos homens, enaltecendo por sua vez a suposta igualdade entre todos eles representados, analogamente ao sistema métrico decimal “invariável”, singular para todos.

Por outro lado, as reformas liberais enfrentariam não raramente a oposição das alas mais conservadoras da Igreja Católica, assim como ocorreria no México e no Brasil. Apesar disso, quatro anos após o decreto que instituiu o SMD em Nova Granada e seis anos depois da negativa dos parlamentares mexicanos em relação ao decreto de Melchor Ocampo e Pedro García Conde (falecido em 1851), mais precisamente em 15 de março de 1857, o México

---

de frutas, legumes, carnes e fazendas das feiras do interior do Norte do Império brasileiro. CREASE, Robert P. *A Medida do Mundo: a busca por um sistema universal de pesos e medidas*. 1º ed., Editora Zahar, 2013, p. 91.

<sup>48</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema metryco*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 87.

<sup>49</sup> Neste sentido, Héctor Vera Martínez destaca que “como en el caso de muchos otros países, em México se decidió tomar el metro como patrón de medida después —o em medio— de un proceso de profundo cambio social y político. Las afinidades entre el sistema métrico y el liberalismo no son pocas; por eso en muchas naciones los detractores del sistema métrico lo acusaran de ser el producto de una revolución contraria a la religión (la francesa) y por considerarlo un sistema ‘ateo’”. Ibidem, p. 89.

<sup>50</sup> GARAVILLA, Jaime MORENO. El liberalismo constitucional de México. Evolución y perspectiva. *La Revolución Mexicana a 100 años de su inicio. Pensamiento social y jurídico*. Comisión Organizadora de Festejos del Bicentenario de la Independencia y Centenario de la Revolución Mexicana. 1º Ed., Universidad Nacional Autónoma de México, 2010, p. 330.

também sinalizava sua escolha pelo sistema métrico decimal francês. O presidente Ignacio Comonfort declarava que “se adoptará en la república [do México] el sistema métrico decimal francés, sin otras modificaciones que las que exigen las circunstancias particulares del país”<sup>51</sup>. Já o artigo segundo do mencionado decreto, tornava-o obrigatório dentro do prazo de seis meses a contar de 15 de março daquele ano, com uso exclusivo do SMD por parte dos órgãos do governo e em atos oficiais. A partir do dia 1º de janeiro de 1862 os mexicanos não poderiam utilizar outro sistema para as medidas lineares ou de longitude senão a décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre, representada pelo *metro*. Além disso, a *peseta mexicana* (prata que pesava dez gramas) passava a ser a moeda oficial em qualquer que fosse a transação comercial dentro do México, ou seja, o padrão monetário seguia como referência o padrão decimal.<sup>52</sup>

Em relação ao restante da população, estipulou-se como prazo final para enquadrar-se às novas relações orientadas pelo SMD o dia 31 de dezembro de 1861. Tal artigo chama-nos atenção pela intencionalidade em proibir – até mesmo invisibilizar - o uso de palavras que se relacionassem aos antigos modelos de pesos e medidas, inibindo as pessoas de escrevê-las ou mesmo mencionarem, salvos os casos em que “sea de um modo puramente explicativo sobre assuntos anteriores à esta reforma, y con el objeto de fijar la relación entre las antiguas de que se trate com las nuevas”<sup>53</sup>.

Na ótica de José Luíz Escobedo, o exemplo mexicano demonstra uma disposição entre os países americanos (particularmente aqueles colonizados pela Espanha) em apoiarem a hegemonia francesa e enfrentar a influência hispânica, bastante presente, aliás, na maioria desses países. Escobedo reconhece que este argumento disposto de forma isolada não é suficiente para explicar a complexidade do processo de universalização e padronização de medidas no México, mas funcionou como autoafirmação da nacionalidade<sup>54</sup>. No entanto, entendemos que o mesmo autor aceita o discurso oficial de que a construção do estado mexicano não prescindia da unificação monetária, da eleição de uma única língua, mas também de pesos e medidas padronizados. Assim, o referido estudioso enxerga que as antigas medidas, com as quais se relacionavam a população, atrapalhavam a construção da identidade nacional.

---

<sup>51</sup> UNIVERSIDADE DE MICHIGAN. *Hathi Trust's Digital Library*. Decreto de Pesas y Medidas del 15 de marzo de 1857. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015064454302;view=1up;seq=5>>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> ESCOBEDO, José Luíz. El sistema métrico decimal y la lucha por la hegemonía mundial. *Ensayo*, agosto, 2006, p. 24.

É relevante pontuarmos que, para além da formação de uma nacionalidade mexicana, devemos ampliar o debate em que a institucionalização do sistema decimal foi um produto à serviço do capitalismo em expansão naquele período, envolvendo também os países da América Latina, como se pode observar na escalada da adoção métrica nestes países temporalmente muito próximas. Consideramos o metro como uma ferramenta capaz de entrelaçar comercialmente diferentes países do mundo, uma imersão das elites locais ilustradas à dita *civilité*. É importante destacar que esta escolha era produto também da difusão e compartilhamento de ideias liberais e humanistas, como se pode apreciar tanto da participação dessas nações em exposições universais, quanto pela própria demonstração de absorção destas ideias, presentes nos textos de estudiosos e letrados da elite política, assim como na constituição mexicana<sup>55</sup>.

Neste sentido, o México marcou presença nas *Exposições Universais*<sup>56</sup> mais importantes desde 1851 - em Londres - à 1900 - em Paris. Conforme María de Lourdes Herrera Feria, a participação mexicana em circuitos internacionais dependeu de negociação entre os poderes central e locais, de modo a “establecer un consenso en torno a la imagen de nación que se exhibía y también ofrece indicios de los modelos que las grandes capitales del mundo occidental irradiaron a las regiones más apartadas”<sup>57</sup>.

Entretanto, as modificações articuladas pelo governo mexicano somadas ao início das fiscalizações, as quais previam penalidades e multas severas, não foram aceitas de bom grado por uma boa parcela da população. Mas, afinal de contas, até que ponto os

---

<sup>55</sup> [UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NUEVO LEÓN/UANL. Colección Digital UANL. Tratado de los derechos del hombre. Estudio del derecho constitucional patrio en lo relativo a los derechos del hombre. Conforme a la constitucion de 1857 y a la ley orgánica de amparo de garantías de 20 de enero de 1869. Por el licenciado Jose Maria Lozano, magistrado de la suprema corte de justicia de la nacion. Mexico: Imprensa del Comercio, de Dublan y Compañia, 1876. Disponível em: <\[http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080001941/1080001941\\\_MA.PDF\]\(http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080001941/1080001941\_MA.PDF\)>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.](http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080001941/1080001941_MA.PDF)

<sup>56</sup> Segundo Leoncio López Ocón Cabrera, as Exposições Universais eram espaços em que as ideias e práticas técnico-científicas eram divulgadas, funcionando como redes de comunicação do tipo horizontal/internacional e vertical/intercultural, um lugar em que industriais e cientistas espalhavam suas descobertas, em que segundo o autor, “tendieron pues a circular y desplazarse por todos los rincones del planeta. Cual tentáculos del progreso llegaron también a la región del mundo conocida como América Latina”. Quanto ao México, este passaria a participar ativamente das exposições, enviando muitos representantes como em 1855 em Paris, quando foi a maior delegação dentre as nações latino-americanas, num total de 107 expositores mexicanos, enquanto neogranadinos, argentinos e brasileiros eram representados por 13, 6 e 4, respectivamente. CABRERA, Leoncio López Ocón. La América Latina em el escenario de las Exposiciones Universales del siglo XIX. *Procesos, Revista Ecuatoriana de Historia*, No. 18, 2002, p. 14-15. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4805611/La\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_en\\_el\\_escenario\\_de\\_las\\_exposiciones\\_universales\\_del\\_siglo\\_XIX?auto=download](https://www.academia.edu/4805611/La_Am%C3%A9rica_Latina_en_el_escenario_de_las_exposiciones_universales_del_siglo_XIX?auto=download)>. Acessado em 23 de outubro de 2017.

<sup>57</sup> FERIA, María de Lourdes Herrera. *Puebla en las exposiciones universales del siglo XIX: La inserción de una región en el contexto global (versión preliminar)*. Puebla, México: Dirección de Fomento Editorial, 2014, p. 17-18. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/294873699\\_Puebla\\_en\\_las\\_exposiciones\\_universales\\_del\\_siglo\\_XIX\\_La\\_insercion\\_de\\_una\\_region\\_en\\_el\\_contexto\\_global\\_version\\_preliminar](https://www.researchgate.net/publication/294873699_Puebla_en_las_exposiciones_universales_del_siglo_XIX_La_insercion_de_una_region_en_el_contexto_global_version_preliminar)>. Acessado em 23 de outubro de 2017.

“inconformados do metro” (ou, como denominou Héctor Vera, os “heróis anti-métricos”) eram capazes de sublevar-se contra o novo sistema de medidas? Em artigo, Héctor Vera destaca a revolta em Juquila, cidade localizada atualmente no estado mexicano de Oaxaca, a qual aconteceu em 1896, quase quatro décadas após a promulgação da lei do SMD naquele país. Naquele ano grupos indígenas em Juquila se armaram, dando início ao motim contra o sistema métrico. Na ocasião, invadiram a cadeia pública e libertaram vários prisioneiros que acabaram se juntando aos índios, quando marcharam em direção às casas de algumas autoridades do lugar, resultando em mortes violentas (mais de trinta), algumas à machadadas<sup>58</sup>.

Todavia, limitar-se a descrever a ação dos revoltosos – classificando-a como cruel ou desmedida - ao tempo que se negligencia o contexto histórico, pode esconder os motivos que levaram os indígenas a tomarem uma posição tão radical, além de reforçar certos estereótipos tão largamente difundidos quando se trata de revoltas sociais, particularmente no que tange à grupos subalternos<sup>59</sup>. Ademais, a revolta mostraria sinais de sucesso, uma vez que impedia a execução da lei que taxava as pequenas propriedades (sendo os grupos mais pobres os mais prejudicados), a qual findou sendo abolida, assim como deixaria de se ensinar (pelo menos por algum tempo) lições de aritmética às povoações de Juquila.

A oposição também era realizada por grupos organizados que pressionavam políticos a fim de evitar a aprovação de leis favoráveis à implantação métrica no país, outros manifestavam-se na forma de violentos movimentos populares (como vimos no caso de Juquila), bem como pela simples negação do uso das novas medidas e pesos ao tempo em que se utilizava as medidas antigas.<sup>60</sup> Assim, para além da tentativa da elite política mexicana em “civilizar” seus “cidadãos” a partir de símbolos e práticas de outras nações europeias, Matínez explica-nos que mesmo entre pessoas da chamada “intelectualidade” ou de riqueza conhecida, o supracitado sistema nem sempre foi aceito<sup>61</sup>. Logo, podemos afirmar que a política métrica mexicana, oficializada mediante lei de 1857, fracassou.

---

<sup>58</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. Medidas de resistencia: grupos y movimientos sociales en contra del sistema métrico. In: Metros, leguas y mecatres. *Historia de los sistemas de medición en México*. Héctor Vera y Virginia García Acosta. (coordinadores). México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Centro de Ingeniería y Desarrollo Industrial, 2011.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 187-188.

<sup>60</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema metryco*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 140-141.

<sup>61</sup> Héctor Vera Martínez cita o caso de um importante fazendeiro de nome Eugenio Ojeda, que mesmo aos olhares dos fiscais e autoridades locais continuava a usar antigas medidas, recusando-se a adotar o SMD. Segundo o autor, Ojeda utilizava-se em sua fazenda chamada *Agua Caliente* de “un trapiche de caña que usaba una romana con el sistema de libras, con la que pesaba y vendía bultos de panocha”. Logo, conclui Martínez, que apesar de receber repetidas multas havia quem ignorasse a nova lei e enfrentasse as autoridades delegadas em

Somente em 1895, reafirmava-se politicamente o SMD no México, desta vez no governo de Porfirio Díaz, agora como parte de reformas, como sugere Martínez, “más ambiciosas [...] que incluían câmbios em la forma legal de tenência de la tierra, construcción de líneas de ferrocarril y telégrafo, modernización del sistema fiscal, promoción de cultivos aptos para la exportación, etcétera”<sup>62</sup>. Promulgada em 19 de junho de 1895<sup>63</sup> pela Secretaria de Fomento, Colonização e Indústria, a mencionada lei determinava que a partir de 16 de setembro de 1896 o SMD seria o único sistema métrico legal no país. Grosso modo, esta lei guardava grandes semelhanças com a de 1857. O que destoava, por outro lado, era a forma pela qual a divulgação, fiscalização e punições eram conduzidas pelo governo. Neste sentido, mais efetivo que seus antecessores, Porfirio Díaz fez com que a lei métrica fosse cumprida, para tanto gozava de melhores finanças que seus antecessores, tirando do papel os projetos reformadores há muito rascunhados, empregando técnicos que tornaram os telégrafos e os veículos sob trilhos realidade.<sup>64</sup>

Desta maneira, Porfirio Díaz, como hábil governante, tornou a máquina administrativa mexicana mais eficiente, no sentido de reduzir o tempo e a distância entre os estados, facilitando as comunicações entre os centros do poder e as localidades mais distantes, integrando comerciantes, mas também controlando mais de “perto” seus habitantes. Aos olhares daqueles que apoiavam o SMD no México, intelectuais ilustrados, industriais, grandes produtores, comerciantes exportadores, além da classe política que direcionava o prumo da nação, era a vitória do progresso e da civilização sobre a resistência conservadora da população. Mas isso demorou mais de cem anos para se concretizar, em relação à proposta original francesa.

## Conclusão

Os processos de metrificação no México e em Nova Granada tiveram pontos de partida comuns e estão intrinsecamente ligados a um passado colonial hispânico. Assim, tanto no caso mexicano quanto no novo granadino, a oficialização do sistema decimal representava,

---

fazer vigorar o SMD no México. MARTÍNEZ, Héctor Vera. Medidas de resistencia: grupos y movimientos sociales en contra del sistema métrico. In: Metros, leguas y mecatres. *Historia de los sistemas de medición en México*. Héctor Vera y Virginia García Acosta. (coordinadores). México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Centro de Ingeniería y Desarrollo Industrial, 2011, p. 185.

<sup>62</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema metryco*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 184.

<sup>63</sup> BIBLIOTECA DE MÉXICO JOSÉ VASCONCELOS. *CONACULT*. Ley sobre pesos e medidas de 19 de junio de 1895. Disponível em: <[http://dgb.conaculta.gob.mx/coleccion\\_sep/libro\\_pdf/50000002488.pdf](http://dgb.conaculta.gob.mx/coleccion_sep/libro_pdf/50000002488.pdf)>. Acessado e 2 de outubro de 2017.

<sup>64</sup> MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema metryco*. México: Libros del escarabajo, 2007, p. 99.

discursivamente, as luzes do *progresso* e da *civilização*. O metro, padrão “universal”, seria a carta de entrada para o mapa do comércio internacional. Também podemos dizer que o processo de metrificação nacional em ambos os países simbolizava o rompimento com o passado colonial, uma vez que se almejava substituir as tradicionais medidas castelhanas, entendidas como uma herança da antiga metrópole espanhola, assim como uma política de afirmação nacional.

Porém, vimos que as tentativas de metrificação não lograram o êxito desejado, não se cumprindo a lei naqueles países. Neste âmbito, entendemos que as resistências e representações intelectuais e políticas se fizeram presentes, elementos que devem ser levados em conta e que tornaram mais difíceis a metrificação tanto em Nova Granada como em México. Todavia, é preciso que pontuemos que tal processo não dependia exclusivamente da compra e distribuição de modelos e unidades do metro, como se reservaram fazer certos representantes políticos destas nações. Um dos grandes pecados cometidos entre os primeiros reformadores, a nosso ver, foi justamente não desenvolver políticas e estratégias educacionais eficientes, sobretudo no que diz respeito ao ensino das primeiras letras e aritmética, já que se sabe que havia nestas sociedades um alto índice de pessoas analfabetas, sobretudo aquelas a quem os governos desejavam convencer sobre sua proposta “civilizatória” e que supostamente traria desenvolvimento material.

Neste sentido, as tentativas empreendidas durante o século XIX na futura República colombiana seriam em vão. O caráter híbrido de sua legislação, que oficializava o metro em assuntos do governo, mas que permitia o uso das medidas castelhanas, reforçou uma tradição que naquele momento parecia inquebrantável. No México, por outro lado, a despeito dos movimentos de oposição organizados e das ações violentas agenciadas pela população contrários ao metro, empreendeu-se uma série de reformas liberais as quais mudaram o rumo das coisas, mormente no governo de Porfírio Díaz, quando a estabilidade econômica permitiu que o metro fosse mais divulgado, fiscalizado e que as punições fossem de fato executadas. Utilizava-se da força para “civilizar” e “modernizar” o México.

Por fim, não podemos nos furtar de balizar o caráter de tais reformas liberais, ditas modernas, que se iniciaram a partir do final do século XVIII e início do XX em algumas nações europeias (tais como modernização burocrática, confecção de censos e estudos estatísticos, descentralização administrativa, investimentos em comunicação e transporte, o fim da escravidão, secularização do ensino, abolição da pena de morte, liberdade de imprensa e religiosa entre outras), as quais não aconteceriam de maneira idêntica nos países americanos

quase meio século depois. Embora guardassem algumas semelhanças, não podemos afirmar que este processo se deu com tranquilidade ou sem tensões. Isto porque, embora políticos, intelectuais e reformistas “latinos-americanos” se alimentassem e construíssem narrativas acerca do ideário da liberdade, da individualidade e da igualdade, esta “garantida” pelos direitos os homens em todo o mundo – universais? -, podemos questionar a natureza das ações empreendidas por eles. Em nome da *modernização*, do *progresso* e *civilização*, propunham-se transformações, no entanto, conservavam-se os privilégios de tempos passados. As inovações enunciadas, as que visavam racionalizar o Estado, tornando-o “moderno”, estatístico e burocrático, seguindo o exemplo de nações europeias desenvolvidas economicamente, não eram neutras. Seus efeitos eram sentidos pelas populações sob a forma de exploração e a imposição do próprio sistema métrico decimal que ignorava a diversidade cultural, apagava práticas consuetudinárias, proibia costumes e comportamentos, invisibilizando-as, quer dizer, transformando-as em números.

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARBOLEDA, Luís Carlos. *Introducción del Sistema Métrico Decimal en Colombia a mediados del siglo XIX*. I CEMACYC, República Dominicana, 2013.

BIBLIOTECA DE MÉXICO JOSÉ VASCONCELOS. *CONACULT*. Ley sobre pesos e medidas de 19 de junio de 1895. Disponível em: <[http://dgb.conaculta.gob.mx/coleccion\\_sep/libro\\_pdf/50000002488.pdf](http://dgb.conaculta.gob.mx/coleccion_sep/libro_pdf/50000002488.pdf)>. Acessado e 2 de outubro de 2017.

BUSTAMANTE, Benigno. “Contestación a las observaciones relativas a la medida que se propuso como unidad para arreglar definitivamente la vara mexicana” In: *Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística*. vol. 3, México, Imprenta de Ignacio Cumplido, 1852, p. 53. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510014703443;view=1up;seq=64;size=150>>. Acessado em 19 de setembro de 2017.

CABRERA, Leoncio López Ocón. La América Latina em el escenario de las Exposiciones Universales del siglo XIX. *Procesos, Revista Ecuatoriana de Historia*, No. 18, 2002, p. 14-15. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4805611/La\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_en\\_el\\_escenario\\_de\\_las\\_exposiciones\\_universales\\_del\\_siglo\\_XIX?auto=download](https://www.academia.edu/4805611/La_Am%C3%A9rica_Latina_en_el_escenario_de_las_exposiciones_universales_del_siglo_XIX?auto=download)>. Acessado em 23 de outubro de 2017.



CARDOSO, Ciro Flamarion; e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento Capitalista*. 1a ed. em português. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHECCHIA, Cristiane. *Terra e Capitalismo: a questão agrária na Colômbia, 1848/1853*. São Paulo: Alameda, 2007.

CORRADINE, Alberto; CORRADINE, Helga Mora de. *Historia de la arquitectura colombiana, Volumen siglo XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

CREASE, Robert P. *A Medida do Mundo: a busca por um sistema universal de pesos e medidos*. 1º ed., Editora Zahar, 2013.

ESCOBEDO, José Luís. *El sistema métrico decimal y la lucha por la hegemonía mundial. Ensayo*, agosto, 2006.

FERIA, María de Lourdes Herrera. *Puebla en las exposiciones universales del siglo XIX: La inserción de una región en el contexto global (versión preliminar)*. Puebla, México: Dirección de Fomento Editorial, 2014, p. 17-18. disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/294873699\\_Puebla\\_en\\_las\\_exposiciones\\_universales\\_del\\_siglo\\_XIX\\_La\\_insercion\\_de\\_una\\_region\\_en\\_el\\_contexto\\_global\\_version\\_preliminar](https://www.researchgate.net/publication/294873699_Puebla_en_las_exposiciones_universales_del_siglo_XIX_La_insercion_de_una_region_en_el_contexto_global_version_preliminar)>. Acessado em 23 de outubro de 2017.

GARAVILLA, Jaime MORENO. *El liberalismo constitucional de México. Evolución y perspectiva. La Revolución Mexicana a 100 años de su inicio. Pensamiento social y jurídico*. Comisión Organizadora de Festejos del Bicentenario de la Independencia y Centenario de la Revolución Mexicana. 1º Ed., Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

GUHA, Ranahit. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona: Crítica, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital – 1848-875*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

L. A. Salazar Hurtado *Introducción a la historia de la ingeniería y de la educación en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MARTÍNEZ, Héctor Vera. *A peso el kilo: Historia del sistema métrico*. México: Libros del escarabajo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Medidas de resistencia: grupos y movimientos sociales en contra del sistema métrico*. In: Metros, leguas y mecatres. *Historia de los sistemas de medición en México*. Héctor Vera y Virginia García Acosta. (coordinadores). México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Centro de Ingeniería y Desarrollo Industrial, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

MORO, Cayetano. “Observaciones sobre la medida que se propone sustituir a la vara mexicana” In: *Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística*. vol. 3, México, Imprenta de Ignacio Cumplido, 1852. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510014703443;view=1up;seq=61>>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

PASTORE, Fortunato. *Soldados nus: filhos do acaso ou filhos da glória. Estratégia militar e economia na América Latina Independente; 1810-2000*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo/USP: São Paulo, 2007.

ROZENBERG, Izrael Mordka. *O Sistema Internacional de Unidades – SI*. 3ª ed. Ver. E ampl. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2006.

SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A medida do progresso: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

SECRETO, María Verónica. E o mundo ficou mais conhecido: as estatísticas na construção do mundo globalizado. *História econômica & História de Empresas*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, v.2, p.141-154, 1999.

TAMAYO Ruy Pérez. El Estado y la ciencia en México: pasado, presente y futuro. *Revista Ciencia e Ingeniería neogranadina*. Bogotá, Colombia, Vol. 26, n. 1, Enero-Junio 2016

THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NUEVO LEÓN/UANL](#). *Colección Digital UANL*. Tratado de los derechos del hombre. Estudio del derecho constitucional patrio em lo relativo a los derechos del hombre. Conforme a la constitucion de 1857 y a la ley orgánica de amparo de garantías de 20 de enero de 1869. Por el licenciado Jose Maria Lozano, magistrado de la suprema corte de justicia de la nacion. Mexico: Imprensa del Comercio, de Dublan y Compañia, 1876. Disponível em: <[http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080001941/1080001941\\_MA.PDF](http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080001941/1080001941_MA.PDF)>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

UNIVERSIDADE DE MICHIGAN. *Hathi Trust's Digital Library*. Decreto de Pesas y Medidas del 15 de marzo de 1857. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015064454302;view=1up;seq=5>>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

UNIVERSIDADE DE MICHIGAN. *Hathi Trust's Digital Library*. Gaceta de la Nueva Granada, Bogotá, 5 de jun. de 1836, p.1. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.35112103696664;view=1up;seq=339;size=175>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

UNIVERSIDADE DE MICHIGAN.*Hathi Trust's Digital Library*.Gaceta Oficial, Bogotá, 16 de jun. de 1853, p. 1. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org>>. Acessado em 06 de setembro de 2017.

**A ESPETACULARIZAÇÃO DA LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE AS  
ALFORRIAS “CONCEDIDAS” EM ATOS PÚBLICOS E DIVULGADAS NO  
JORNAL “O MACAUENSE” (1886-1889)**

**Clara Maria da Silva<sup>1</sup>**

RESUMO

A lei promulgada no dia 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel mudaria, daquela data em diante, a situação dos negros escravizados no Brasil. No entanto, a abolição da escravidão é apenas o ápice de um movimento que já vinha acontecendo, a alguns anos, nas províncias do Império. Ao analisarmos as matérias do jornal “O Macauense”, periódico que circulou de 1886 a 1889 na cidade de Macau e em outras localidades da província do Rio Grande do Norte, percebemos a recorrência de artigos valorizando a libertação de escravos pelos seus senhores desde o ano de 1886. Também identificamos o enaltecimento da criação de sociedades libertadoras em algumas cidades da província, nesse período, como Macau e Assú. Há, porém, um aspecto peculiar na maneira como estas libertações eram empreendidas: todas elas em público, em festas, espetáculos teatrais ou por Reverendos. Vale ressaltar que a imprensa periódica, nesse momento era o principal instrumento de comunicação e divulgação de notícias nas cidades. Assim, a circulação deste tipo de notícia no jornal “O Macauense” denota um significado sobre a importância de tais matérias para os leitores e para a sociedade em geral. Desse modo, objetivamos entender como foi engendrada a campanha abolicionista na província do Rio Grande do Norte e sua relação com as alforrias ocorridas em atos públicos, bem como analisar o perfil dos senhores que as “concediam”. Por meio do levantamento e análise das matérias do jornal “O Macauense” e da produção de quadros comparativos buscaremos compreender as semelhanças e diferenças existentes nas realizações dessas alforrias. Levaremos em consideração a análise do cenário de criação das sociedades libertadoras, as quais divulgavam suas reuniões em periódicos, como é o caso do “O Macauense”. É relevante mencionar que os casos de alforria a serem analisados neste estudo são de diferentes localidades do Rio Grande do Norte, o que demonstra a valorização de tais atos públicos em toda a província. “O Macauense” era de propriedade do professor Elias Souto, membro do partido conservador, embora ele fosse abertamente defensor dos ideais abolicionistas. A partir da análise deste jornal poderemos começar a compreender como se deu o processo de abolição da escravidão na província do Rio Grande do Norte e a atuação dos movimentos abolicionistas e da própria imprensa disseminadora desses ideais.

**Palavras-chave:** Alforria; Imprensa; Sociedades Libertadoras.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da UFRN. Bolsista PROEX do projeto de extensão “Memória dos negros livres, escravos e libertos do Rio Grande do Norte nos processos judiciais da segunda metade do século XIX”, sob orientação do professor Dr. José Evangelista Fagundes. Membro do LEHIS/UFRN. Email: claramaria\_s@hotmail.com .

## Introdução

No dia 13 de maio de 1888, a então Princesa Imperial Regente, em nome de sua Majestade o Imperador D. Pedro II, declara extinta a escravidão no Brasil por meio da lei 3.353. Entretanto, havia desde 1830<sup>2</sup> uma série de leis abolicionistas aprovadas no Senado que fizeram parte de um movimento de preparação para a libertação completa do país. A Lei do Ventre Livre em 1871 é umas das principais leis que marcam o fim da escravidão: não se nasce mais escravos no país. A abolição que vem a acontecer 58 anos após a promulgação da primeira dessas leis é apenas o ápice de um movimento que acontecia gradualmente nas províncias do Império.

Através de notícias divulgadas no Jornal *O Macauense*, notamos a realização de alforrias públicas desde a década de 1880 como um ato glorioso de seus senhores para com os escravos. Além disso, há no jornal também a felicitação pela abolição completa de cidades como Assú (24 de junho de 1885)<sup>3</sup>, São José de Mipibú (5 de fevereiro de 1888) e Natal (1888)<sup>4</sup>. Em alguns lugares o fim da escravidão já era presente.

Por meio da análise das matérias deste periódico que circulou entre os períodos de 1886-1889 na cidade de Macau e região, podemos perceber a recorrência sobre a divulgação de alforrias “concedidas” em ambiente públicos, com discursos inflamados de políticos e personagens de destaque na política e sociedade norte-riograndense. Deste modo, nos foi posto para refletir sobre a teatralização destes atos, a maneira e o local em que eram realizados, as pessoas que as faziam e o por quê de fazerem, inclusive a influência do próprio jornal que as publicava, seu editor e proprietário. Pensar também sobre o papel das sociedades libertadoras, que tem suas sessões narradas no jornal *O Macauense*, as quais tiram o protagonismo dos escravos nesta luta e dão luz aos proprietários, os quais estão concedendo cartas de alforria nestas reuniões solenes.

---

<sup>2</sup> Também conhecida como “Lei para inglês ver”, foi um acordo entre o governo brasileiro e o governo inglês a fim do reconhecimento da Independência brasileira, tendo em contrapartida, o fim do tráfico transatlântico de escravos da África para o Brasil, causa ativa para os ingleses. Porém, tal lei não foi cumprida até 1850.

<sup>3</sup> ASSÚ livre. *O Macauense*, Macau, 7 jun. 1887, p.2

<sup>4</sup> INSTALAÇÃO da Libertadora Macauense. *O Macauense*, Macau, 11 fev. 1888, p.4.

O presente trabalho está vinculado aos Projetos de Extensão desenvolvidos no LEHIS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social), intitulados: “Memória dos negros livres, escravos e libertos do Rio Grande do Norte nos processos judiciais da segunda metade do século XIX” executado em 2017, tendo como coordenador o Prof. Dr. José Evangelista e coordenadora adjunta Prof<sup>a</sup>. Ma. Antonia Márcia Nogueira Pedroza; e o projeto intitulado: “A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte” executado em 2016, tendo como coordenador o Prof. Dr. José Evangelista e como colaboradoras as Prof. Ma. Antonia Márcia Nogueira e Pedroza e Prof. Ma. Aldinízia de Medeiros Souza.

### **O Teatro da liberdade**

O jornal carioca *O Paiz*, na edição de 14 de maio de 1888, retrata o dia da assinatura da Lei Áurea como um momento de festa inigualável para a população. O povo nas ruas esperavam o momento da assinatura do decreto pela Princesa Isabel ansiosos, com as fachadas dos prédios ornamentadas e bandas de músicas na sede de jornais na Rua do Ouvidor e na Praça D. Pedro II. Tal jornal descreve um dos momentos da cerimônia:

O Sr. José de Seixas Magalhães, um dos mais denodados propagnadores da grande causa, entregou á Sua Alteza um ramo de camelias cultivadas na sua chacara da Gavea por escravos foragidos. Esse ramo tinha pendentes fitas das côres nacionaes com a inscrição <<Libertos do Leblond.>><sup>5</sup>

A descrição desta cena põe como central a figura da Princesa, como redentora dos escravos, inclusive dos “escravos foragidos” que plantaram as camélias entregues a ela, vistos como figuras “menores”, marginalizadas pela sociedade, que só conseguem o fim do cativeiro graças a bondade da monarca.

A proclamação da Lei Áurea foi apenas o reflexo de todo um contexto social, político e econômico que já vinha ocorrendo no Brasil do século XIX. Estudiosos e ativistas do movimento negro vem contestando a relevância da casa imperial para o fim da escravidão, ligando tal fato a muitas outras articulações e movimentos que estavam acontecendo ao mesmo tempo nas províncias do Império.

---

<sup>5</sup>FESTIVIDADES. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 14 maio, 1888, p.1.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

Para autores como Ângela Alonso, a abolição não foi uma dádiva da Princesa, mas sim uma resposta do sistema político às pressões, principalmente, dos movimentos abolicionistas<sup>6</sup>. Podemos somar a isto também a força de alguns políticos na Câmara, aos movimentos internacionais, aos movimentos sociais e as resistências diárias e revoltas escravas ocorridas em todo o território brasileiro.

O Brasil estava descobrindo como não abrir mão da “soberania nacional” conquistada, mas também como resolver a questão do escravismo em seu território. Sendo assim, gerou-se um debate, o qual perdurou durante anos, sobre a manutenção do sistema escravista, visto que a cada ano diversos países estavam abolindo seus escravos e pressionando os que ainda mantinham tal instituição, ameaçando inclusive, ao fim das relações comerciais com estes<sup>7</sup>.

Ao analisarmos os jornais que circularam no período do Império no Rio Grande do Norte, percebemos então, a ocorrência de cerimônias de libertação, ocorridas por volta da década de 1880. São homens que se dizem modernos e veem na libertação dos escravos um ato de bondade ao país. Estas cerimônias possuem aspectos parecidos com a da abolição, que ocorrerá anos mais tarde. No jornal *O Macauense*, a libertação da escrava Marcolina, por José Gervasio, então Presidente da Assembleia Provincial, nos faz refletir sobre o significado da libertação por certos estratos sociais:

Senhores - Dezejado dar um testemunho dos sentimentos que me animão, e para solemnizar o dia de hoje, que maracará sempre uma data mamoravel para a nossa patria, venho depositar nas mãos do illustrado presidente da provincia, o exm. sr dr. J. Moreira Alves da Silva, a declaração solemne de que - de hoje em diante não possuo mais escravos, reservando me para conceder hoje carta de liberdade a unica que possuo, de nome Marcolina, de 16 annos de idade, e que desde este momento é livre. O dia de hoje não commemora sómente a aurea lei de 1871, como tambem a de 1884. Dois tentamens gloriosos, duas grandes ideas, dois grandes passos para a civilização! E não é sómente isso srs. Por notavel coincidencia, o dia de hoje é tambem anniversario da inauguração da estrada de ferro que possui a provincia. O Rio Grande do Norte festeja hoje a civilização consorciada

---

<sup>6</sup>ALONSO, 2015.

<sup>7</sup> Segundo Ângela Alonso, “[...] O Brasil fora escravista em ampla companhia até o século XVIII, mas na primeira metade do XIX a cena se alterou. Um grande ciclo de abolições começou por São Domingos (Haiti), onde a revolução liderada pelo negro Toussaint- Louverture, em 1791, aboliu a escravidão dos negros, depois de cortar cabeças de brancos de três exércitos imperiais. Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos acabaram com o tráfico em seus domínios. Em 1815, um congresso em Viena, com a participação de Grã- Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. A maioria das colônias espanholas da América fez, no início do século XIX, um dois em um: independência e abolição. Ao longo dos anos 1820, o cativo acabou no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México. Na década seguinte, foi a vez da Guiana Inglesa e das ilhas Maurício. [...]” p.27.

com o progresso. E eu rio-grandense pelo coração, porque, se não tenho a ventura de ter nascido nesta terra, amo-a tanto como se fôra minha, porque foi o berço de meus filhos, como creio será o descanso de meu corpo; saúdo neste momento a grande ideia da emancipação dos captivos, com o mesmo entusiasmo com que saúdo a prosperidade e o futuro do Rio Grande do Norte.<sup>8</sup>

Libertar sua última escrava no camarote de sua família no Teatro da Ribeira, em Natal, ao final de uma peça de teatro nos faz levantar alguns questionamentos. Tal fato se assemelha ao da assinatura da Lei Áurea, por ambos terem o mesmo caráter teatral e simbólico. Havia um público específico, majoritariamente elitista que frequentava espaços culturais como este na capital do Rio Grande do Norte, como políticos reconhecidos, como o próprio José Gervasio, Presidente da Assembleia Provincial, e J. Moreira Alves da Silva, Presidente da Província. Segundo James Scott, não apenas os subordinados eram os espectadores das cerimônias de seus dominadores, mas as próprias elites são espectadoras de suas próprias exibições<sup>9</sup>. Seria uma forma de também reafirmar o seu poder aos seus pares.

José Gervasio coloca a emancipação dos escravos e a inauguração da estrada de ferro na província no mesmo patamar, ambos os fatos significando para ele, prosperidade e progresso para a província. A escrava continua sendo visto como uma propriedade mesmo após a sua libertação, parecendo servir mais como figura de alavanca política e prestígio social para o Presidente da Assembleia Provincial, do que sendo vista de maneira mais humanizada. O local em que a carta de alforria é entregue a ela, também é extremamente significativo. Na verdade, a carta não é entregue diretamente a escrava, mas sim a J. Moreira Alves da Silva, Presidente da Província, como uma forma de legitimação e/ou aprovação do feito por uma figura importante da elite norte-riograndense.

As concessões simbólicas também são concessões políticas. Simbolizar a dominação com manifestações e demonstrações de poder em público é utilizado possivelmente por José Gervasio como forma de reafirmar a ordem hierárquica. Tal propaganda que ele promove de si mesmo, como modernista e abolicionista, da luz a estrutura, mas também oculta aquilo que pode diminuir sua grandeza e autoridade. Corroboramos com James Scott quando o mesmo afirma que “[...] as relações de poder oficiais, mais do que uma componente simbólica, pública, de sistema geral de

---

<sup>8</sup>TEATRO do dia 28. *O Macauense*, Macau, 16 out. 1886, p.2.

<sup>9</sup>SCOTT, 2013.



dominação são acima de tudo uma estratégia de preservação de um jogo de aparências [...]” (SCOTT, 2013, p.91)

Além disso, chamamos atenção para o significado dado a liberdade nesses atos de alforrias públicas. Machado de Assis, em seu livro *Memorial de Aires*, romance de 1908, capta com precisão o ressentimento dos senhores à interferência do governo na questão da alforria, além das expectativas a respeito do comportamento dos libertos. A interferência do Estado na propriedade privada seria uma “afronta” para os senhores de escravos, pois a vontade do senhor que deveria ser respeitada - em querer libertar ou não - e não a do escravo de ter a liberdade dada pelo Estado. O direito de decidir sobre a vida dos escravos deveria ser do seu dono, a ação benevolente de libertar também. A alforria era vista pelo senhor como uma concessão, a liberdade conquistada que deveria ser sinônimo de cidadania na verdade estabelece um novo sistema de hierarquia, mantendo o agora liberto nesta posição de inferioridade novamente.

Portanto, o ato da alforria pode também ser analisado, nestes casos, como a tentativa mascarada dos senhores de libertarem os seus escravos como um ato de misericórdia, não porque a conjuntura econômica e política caminhava para isso, mas sim como uma concessão simbólica. Como afirma Pierre Bourdieu, o poder está infiltrado nas representações. No quadro a seguir, temos uma sistematização das informações contidas nas matérias do jornal *O Macauense* sobre tais atos públicos de libertação:

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

| Data de publicação no jornal | Cidade           | Quem está concedendo  | Para quem é concedida                     | Lugar onde a alforria foi concedida                             | Tipo de alforria |
|------------------------------|------------------|---|---|---|------------------|
| 16 de Outubro de 1886        | Natal            | José Gervasio (Presidente da Assembleia Provincial)   | Escrava Marcolina, 16 anos                | Teatro da Ribeira (final do espetáculo, no camarote da família) | ----             |
| 28 de Outubro de 1886        | Vila do Triumpho | Sr. Cônego Arcipreste Pedro Soares de Freitas, em nome do Capitam. Luiz Pereira Tito Jacome                               | Escrava Izolina, 17 anos                  | Ato religioso (crisma)  | Gratuita         |
| 20 de Julho de 1887          | Assú             | Revd. Vigário da Freguezia do Assú, em nome de D. Maria da Natividade Bezerra (esposa do Capitam. José Alexandre Bezerra) | Escrava Joanna, 26 anos                   | Missa solene do Glorioso S. João Baptista                       | ----             |
| 20 de Julho de 1887          | Macahyba         | Revd. Estevão José Dantas   | 03 escravos                               | Fundação do Clube Abolicionista Padre Estevão Dantas            | ----             |
| 23 de Setembro de 1887       | Natal            | Dr. Carvalho e Souza  | Escravo Luiz                              | Festa de aniversário dos 59 anos do Dr. José                    |                  |
|                              |                  |   |   | Moreira Brandão Castello Branco ("a pedido de muitas senhoras") | ----             |
| 14 de Novembro de 1887       | Macau            | Francisco Candido Soares de Brito   | 01 escrava                                | Batizado da filha de Francisco Candido Soares de Brito          | Gratuita         |
| 11 de Fevereiro de 1888      | Macau            | Capitam. Eufrazio Alves d'Oliveira e D. Victoria (sua filha)  | 04 escravos e 01 escravo, respectivamente | Sessão da Libertadora Macauense (salão da Camara)               | ----             |
| 11 de Fevereiro de 1888      | Macau            | João Brito  | 01 escrava                                | Sessão da Libertadora Macauense (salão da Camara)               | ----             |
| 16 de Março de 1888          | Macau            | Capitam João Alexandre Bezerra  | Escravo Egydio, mulato, de 26 anos        | Na cerimônia de casamento do escravo Egydio                     | ----             |

Quadro 01: Quadro produzido pela autora através das matérias retiradas do jornal *O Macauense*, no período de 1886-1889.

Como podemos perceber, em apenas dois casos fica claro qual o tipo de alforria que está sendo dada ao escravo - gratuita ou condicional - e mesmo assim a alforria gratuita também não garante a liberdade plena do escravo, pois a sociedade oitocentista é marcada pelas relações paternalistas, de dependência e subordinação na relação entre senhor-escravo, que por vezes não se esgotava com a ocorrência da alforria.

Em um desses casos de alforria gratuita, a escrava Izolina de 17 anos recebe sua liberdade em razão da visita do Cônego Arcipreste Pedro Soares de Freitas.<sup>10</sup> Notamos portanto, a liberdade do escravo sendo usada como um presente, não para este que iria usufruir dela, mas entre pares da mesma classe social. Segundo James Scott, estas “[...] cerimônias formais que organizam para celebrar e encenar a sua autoridade [...]” são espetáculos feitos à medida dos seus interesses para a própria classe dominante.<sup>11</sup>

Mais uma vez tem-se a presença não apenas do senhor da escrava no momento da alforria. A carta de liberdade da escrava Izolina é entregue primeiramente ao Cônego Arcipreste, não a escrava, e tal pedido é feito pelo “inteligente amigo” Capitão Manoel Praxedes Benevides Pimenta, que segundo a redatora da matéria, Gitirana Costa, foi encarregado pelo “honrado e humanitário” Capitão Luiz Pereira Tito Jacome a realizar tal ação.

É evidente, portanto, que nestes casos de alforrias públicas encontradas no jornal *O Macauense*, tais ações são realizadas publicamente pelas elites para as elites. O escravo é mero objeto simbólico de representação, nesta classe que busca ser moderna, humana e honrada. As resistências cotidianas dos cativos, suas lutas, seus direitos e suas vozes são suprimidos nas matérias do jornal, em que só tem vez e voz a propaganda dos enfim, ex senhores de escravos.

### **A imprensa como difusora da abolição**

O “movimento social”, inventado pelos ingleses na campanha contra o tráfico de escravos, é uma maneira extraparlamentar de fazer política, em que grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional se organizam e fazem pressão sobre as autoridades. De acordo com Ângela Alonso, às associações exclusivas e as manifestações públicas são formas diretas disto<sup>12</sup>.

Todavia ao analisarmos o corpo de cidadãos que formam duas dessas sociedades libertadoras no Rio Grande do Norte, observamos que os personagens não são grupos sem acesso ou que não tem capacidade de impactar as autoridades. Muito pelo contrário, eles são eclesiásticos, intelectuais, comerciantes e fazendeiros de grande relevância para a sociedade norte-riograndense os quais utilizam o jornal *O*

---

<sup>10</sup>CHISMA no Triunpho. *O Macauense*, Macau, 28 out. 1886, p.3.

<sup>11</sup>SCOTT, 2013, p.99.

<sup>12</sup>ALONSO, 2004, p.120.

*Macauense* como forma de dar luz às suas reuniões. Um dos membros da Libertadora Assuense (criada em 1885 na cidade do Assú) e da Libertadora Macauense (criada em 1888 na cidade de Macau) é Elias Souto, dono do jornal *O Macauense*.

Sabendo do papel dos jornais como difusor de notícias para a camada abastada da sociedade macauense<sup>13</sup>, Elias Souto investe na publicação dos casos de alforria pública e das sessões das sociedades libertadoras em seu jornal. Embora fosse do partido conservador da monarquia, Elias Souto defendia os ideais abolicionistas, tendo sido um dos fundadores da “Libertadora Assuense”<sup>14</sup> e da “Libertadora Macauense”<sup>15</sup>, segundo notícias publicadas neste mesmo jornal. Na primeira edição do periódico, em 13 de agosto de 1886, declara “ter promovido a criação d’O Macauense para pugnar em geral pelos interesses do Partido Conservador do País e da Província e em particular pelos do Município”<sup>16</sup>.

A primeira matéria publicada neste jornal sobre uma sociedade libertadora já a coloca como redentora e responsável pela libertação completa de uma cidade. Em 1887 já se comemora dois anos de abolição completa na cidade do Assú, graças ao “esforço heróico”<sup>17</sup> da Libertadora Assuense, que com um “nobre e elevado empreendimento”<sup>18</sup>, “sem empregar outro meio que não fosse a paz e o amor”<sup>19</sup>, consegue libertar todos os escravos da cidade em conformidade com os senhores destes, realizando este ato tão desejado pela população do Assú que “sempre tem sabido collocar-se á frente das grandes ideas”<sup>20</sup>.

A libertação completa da cidade feita pela Libertadora consegue não apenas alforriar os escravos da cidade, mas influencia também aqueles que estão de passagem por Assú. D. Maria da Natividade Bezerra, identificada como esposa do Capitão José

---

<sup>13</sup>Para os assinantes da cidade de Macau, o jornal custava por mês 500 réis e por ano 5\$000 réis. Para aqueles que residiam na província do Rio Grande do Norte ou em outra província do Império, teriam que desembolsar 6\$000 réis por ano ou 3\$000 réis por semestre.

<sup>14</sup>LIBERTADORA Assuense. *O Macauense*, Macau, 7 jun. 1887, p.2. Encontra-se nesta matéria, o nome de todos que formam o corpo administrativo da Libertadora Assuense. O nome do professor Elias Souto é encontrado no cargo de “Orador”.

<sup>15</sup>INSTALAÇÃO da Libertadora Macauense. *O Macauense*, Macau, 11 fev. 1888, p.4. Á convite do professor Elias Souto, no Paço da Câmara Municipal de Macau são convidados alguns cidadãos para a criação e composição de uma mesa provisória de uma Sociedade Libertadora.

<sup>16</sup>Elias Souto fundou outros jornais no Estado, sendo eles: *O vaga-lume* (1873), *O Sertanejo* (1873-1876), *Jornal do Açú* (1876-1885), *A Abolição* (1883) e *O Açúense* (1885), estes em Açú; *O Macauense* (1886-1889) em Macau; *O Nortista* (1892-1893) em São José de Mipibu, e este último ao transferir-se para Natal, passaria a denominar-se *Diário* e meses depois *Diário de Natal* (1895-1913).

<sup>17</sup>LIBERTADORA Assuense. *O Macauense*, Macau, 7 jun. 1887, p.2.

<sup>18</sup>ASSÚ livre. *O Macauense*, Macau, 7 jun. 1887, p.2.

<sup>19</sup>LIBERTADORA Assuense. *O Macauense*, Macau, 7 jun. 1887, p.2.

<sup>20</sup>ASSÚ livre. *O Macauense*, Macau, 7 jun. 1887, p.2.

Alexandre Bezerra, liberta sua escrava Joanna de 26 anos ao chegar nesta região, na missa solene do Glorioso São João Baptista<sup>21</sup>. A senhora parece se sentir envergonhada diante da sociedade assuense então liberta publicamente sua escrava em um ato religioso que provavelmente reunia os grandes nomes desta sociedade.

A publicação de notícias como esta são uma espécie de legitimação do trabalho feito pelo corpo administrativo da referida Libertadora. O jornal serve como um meio de reafirmação, além destes atos públicos, a fim de fazer circular os esforços empreendidos por estes cidadãos. Eles buscam a legitimação da opinião pública pela causa abolicionista, para fazer pressão no sistema político.

Segundo James Scott, os eufemismos nos discursos públicos mascaram muitas realidades sórdidas da dominação, conferindo-lhes uma aparência inofensiva e asséptica. A criação de clubes abolicionistas com o discurso de libertar os escravos são utilizados pelos seus senhores como forma de remissão aos anos de exploração que fizeram. A criação do clube abolicionista Padre Estevão Dantas é um exemplo disto. A matéria do dia 20 de julho de 1887 diz o seguinte:

**Club Abolicionista** - No dia 29 de Junho ultimo na Villa de Macahyba instalou se um club abolicionista denominado - Padre Estevão Dantas - libertando nessa ocasião o Revd Estevão José Dantas os 3 unicos escravos que possuia. Aquella sociedade tomou o nome deste sacerdote pelos serviços que lhe prestou em sua installação. Folgamos de saber que o Revd. Estevão Dantas tendo deixado o *circulo* em que aqui viveu (que sempre reputamos de mau agouro para S. Rev<sup>ma</sup>) vai fazendo uma figura brilhante de que é digno. Parabens ao Padre Estevão.

A Libertadora Macauense tem o mesmo propósito da Libertadora Assuense: libertar a cidade de Macau dos grilhões da escravidão. Na longa matéria sobre a primeira sessão desta sociedade, o redator afirma que “estiveram presentes o Dr. Juiz de Direito as primeiras familias, e pessoas gradadas da cidade”<sup>22</sup>, o que corrobora para o fato de estes atos serem feitos pela elite local para elite local. É uma manifestação pública realizada no Paço da Câmara Municipal, a qual continha banda de música que tocou durante vários momentos da sessão, o salão da Câmara “decorado elegantemente”, a libertação de escravos do Capitão Eufrazio e sua filha D. Victoria e do Sr. João Brito, além da passeata e dos foguetes que soltaram ao final da reunião.

---

<sup>21</sup>ACÇÃO meritoria. *O Macauense*, Macau, 20 jul. 1887, p.2.

<sup>22</sup>INSTALLAÇÃO da Libertadora Macauense. *O Macauense*, Macau, 11 fev. 1888, p.4.

Muito parecido com aquilo que vai acontecer alguns meses mais tarde no dia da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel.

Além de publicar no jornal *O Macauense*, Elias Souto solicita a publicação da fundação da Libertadora Macauense e da libertação de cinco escravos logo em sua primeira sessão no Boletim da Libertadora Norte-Riograndense, “pois que deseja figurar ao lado d’aquelles que na capital de sua província se achão empenhados na grande e humanitária obra de redempção dos captivos”<sup>23</sup>.

A todo momento a figura do escravo é suprimida destes atos de liberdade e das próprias sociedades libertadoras, não se tem a presença daqueles que são o motivo de sua criação. A elite política, intelectual e religiosa do Rio Grande do Norte procura a todo o custo se colocar mais uma vez, com os atos públicos de libertação e a divulgação de suas ações no jornal, como figuras decisórias desta questão. A abolição só acontece por esforço destes sujeitos os quais parecem apagar neste breve momento de alforria os anos de exploração que praticaram contra seus escravos.

Temos uma teatralização dessas ações libertárias. Os escravos tornam-se objetos decorativos, planos de fundo dos momentos de propaganda e valorização pessoal dos seus senhores. Os processos de auto-encenação das elites exercem força sobre os próprios grupos dominadores. Reafirmam a superioridade diante do seu escravo no ato da alforria quando a justificam como uma ação de benevolência e humanidade, sendo uma forma de deixar claro que esta posição de dominação não acaba no ato da libertação, o escravo não é cidadão, ele continua sendo subordinado ao senhor agora devido ao ato de generosidade. Afinal, que liberdade é essa que está sendo concedida ao escravo?

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 33, n. 3, nov. 2014. p. 115-137.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

---

<sup>23</sup> ACTA da 6ª sessão ordinária da “Libertadora Norte-Riograndense”. *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Riograndense*, Natal, 15 abr. 1888, p.1.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista

ISBN

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. 1. ed.  
Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

**APRENDENDO “OFÍCIOS DO TRABALHO DOMÉSTICO”,  
RECIFE 1830 – 1870.**

**Tatiana Silva de Lima<sup>1</sup>**

RESUMO

Esta comunicação analisa a formação de costureiras, bordadeiras, engomadeiras, lavadeiras e cozinheiras/os no Recife entre 1830 e 1870; ofícios tradicionalmente vistos como atividades domésticas. Contextualiza as mudanças populacionais e urbanas ocorridas na cidade, demandando muitos serviços e produtos; identifica as professoras e os instrutores, suas atividades, os locais das aulas, o público-alvo; discute as linhas de análise acerca do tema elaboradas pelos historiadores e acrescenta outra interpretação. O estudo é realizado de acordo com a abordagem da História Social, que não consiste numa especialização, pois seu tema não pode ser isolado; os aspectos sociais do homem não podem ser separados do seu ambiente material, das ideias deste e assim por diante. A História Social consiste na colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fatos que aconteceram (HOBSBAWM: 1998, p. 87, 92). O trabalho se fundamenta na micro-história, realizando análise microscópica e pesquisa intensiva (LEVI: 1992, 136, 137) em grande quantidade de anúncios de periódicos impressos, articulados aos censos populacionais, literatura de viagem, dicionários de época e documentos oficiais do governo. Professoras de primeiras letras, instrutoras e instrutores em geral dos grupos populares, inclusive com ascendência africana, ensinavam costurar, bordar, lavar, engomar, cozinhar nas suas casas ou em lojas e oficinas especializadas, variavelmente, junto à prestação dos respectivos serviços à população, ou se deslocavam até as moradas dos aprendizes. Foi possível observar que as professoras de primeiras letras acumulavam outras funções; elas também poderiam ser bordadeiras e costureiras, babás, instrutoras de escravas, comerciantes ocasionais, entre outras. As aprendizes de costura e bordado, quando alunas das professoras de primeiras letras, faziam parte em geral das camadas médias da sociedade, mas quase sempre dividiam espaço com escravas, libertas, livres pobres, “brancas”, “pardas” ou “pretas”. Os aprendizes nos estabelecimentos especializados eram principalmente desses grupos populares, com a especificidade dos meninos e homens serem visíveis no aprendizado do ofício de cozinheiro. O estudo concluiu até o momento que o ensino de habilidades específicas estava relacionado com as estratégias de sobrevivência das famílias pobres das professoras e instrutoras, e dos aprendizes. Os ricos e burgueses exploravam estes trabalhadores, exigindo-lhes serviços de qualidade dentro das suas casas e nas redes comerciais durante o desenvolvimento urbano do Recife no período.

---

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, orientada pelo Prof. Dr. Franck Ribard. Professora Assistente do curso de História da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. E-mail: tatiana\_lima\_7@hotmail.com



Este texto analisa a formação de costureiras, bordadeiras, engomadeiras, lavadeiras e cozinheiras/os no Recife entre 1830 e 1870; ofícios tradicionalmente vistos como atividades domésticas. Segunda a abordagem da História Social, que consiste na colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social, investigando os aspectos sociais articulados às múltiplas dimensões da vida humana<sup>2</sup>, este artigo contextualiza as mudanças populacionais e urbanas ocorridas na cidade, demandando muitos serviços e produtos; identifica as professoras e os instrutores, suas atividades, os locais das aulas, o público-alvo; discute as linhas de análise acerca do tema elaboradas pelos historiadores e acrescenta uma nova interpretação. Para isso, fundamenta-se na micro-história, realizando análise microscópica e pesquisa intensiva<sup>3</sup> em grande quantidade de anúncios de periódicos impressos, articulados aos censos populacionais, literatura de viagem, dicionários de época e documentos oficiais do governo.

No século XIX ocorreu considerável crescimento populacional no Recife, impulsionando aterros de grande porte e o adensamento da verticalização das moradias na tentativa de expansão do centro urbano. O censo<sup>4</sup> de 1828 estimou 25.678 habitantes para o centro urbano da cidade, formado pelo bairro portuário do Recife, bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%).<sup>5</sup> As mulheres livres eram maioria em todos os bairros centrais. As cativas eram minoria no Recife, que era portuário, em maior quantidade em Santo Antonio – que era comercial e residencial – e em número parecido com os cativos na Boa Vista – lugar notadamente residencial.<sup>6</sup>

Pouco depois desse censo, em 1830, foi promulgada a Lei de Locação de Serviço com o intuito de organizar o mercado de trabalho livre e estimular a imigração, conhecendo a sua segunda versão em 1837. Em 1831 foi instituída a primeira Lei Anti-tráfico no Brasil, que se não conseguiu cessar o comércio

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 87, 92.

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 136, 137.

<sup>4</sup> Os censos populacionais no século XIX devem ser utilizados com ressalvas, eles informam apenas em geral a quantidade de pessoas que existiam no Recife e como elas estavam distribuídas. Marcus Carvalho trata dos cuidados que devemos ter com tais fontes em CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. UFPE, 1998, p. 41 – 71.

<sup>5</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 41-91.

<sup>6</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850*. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 41 – 78.

transatlântico de africanos escravizados, impactou na população cativa na cidade. Foi a Lei Euzébio de Queirós de 1850, que realmente extinguiu o tráfico negreiro alguns anos depois.

De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844<sup>7</sup>, e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes<sup>8</sup> da cidade como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). As mulheres só não eram maioria no portuário Recife. Esse crescimento da população deveu-se ao aumento do número de livres e forros, que ocorreu a partir do fluxo de migrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife.<sup>9</sup>

Mais tarde a população cativa e seus pares estiveram às voltas com a Lei do Ventre Livre (1871), que trouxe outros parâmetros a este contexto, vinculando a libertação dos escravos à reordenação do trabalho. Segundo o primeiro Recenseamento Geral de 1872<sup>10</sup> já moravam por essa época no Recife 101.535 habitantes. No centro urbano da cidade havia 64.769 pessoas, das quais 57.893 eram livres - entre libertos e livres, cerca de 90% da população do centro (31.639 homens e 26.254 mulheres), e 6.876, cativos (3.448 mulheres e 3428 homens), praticamente o mesmo número em todo século XIX. Houve um aumento considerável da população, cerca de 58%, desde o censo publicado em 1856. Crescimento que se deveu ao número dos livres, mais uma vez migrados do interior da província. O número deles aumentou cerca de 44%, e os escravos diminuíram por volta dos 10%. “Entre 1822 e 1872, a capital pernambucana cresceu a uma taxa média de 2,2 a.a. enquanto o Rio de Janeiro, a mais importante cidade do país, alcançou 1,8% a.a.”<sup>11</sup>

Nessa perspectiva, não é difícil imaginar como os habitantes necessitavam dos mais variados serviços pessoais, haja vista a concentração de domicílios num espaço circunscrito da cidade. Assim, constituíam mercado de trabalho para os populares, em

---

<sup>7</sup> Por ato legislativo, em 1844 o bairro de Santo Antônio foi desmembrado originando o de São José, assim como o bairro do Recife, que cresceu para o norte e ultrapassou suas primitivas portas, deu origem ao bairro Fora de Portas; e o bairro da Boa Vista ganhou os da Soledade e de Santo Amaro. SILVA, Maciel H. C. da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendedeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, p. 47.

<sup>8</sup> FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco. Recife*, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 283.

<sup>9</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 75-84.

<sup>10</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.

<sup>11</sup> ZANCHETTI, Sílvio. M. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo, p. 135, 136.

especial para as mulheres, os domicílios, o mercado ambulante, os estabelecimentos comerciais, restaurantes e casas de pastos, padarias e confeitarias, salas de costura, lojas de alfaiates, modistas e bordadores<sup>12</sup>, lojas de lavar e engomar roupas.

Em 1817 o francês Louis François de Tollenare<sup>13</sup> calculou para o serviço doméstico de uma “casa decente” na cidade de dez a doze cativos, pelo menos<sup>14</sup>. Além da trabalhadeira real nos casarões e sobrados modelos de até seis andares, existia a vaidade suntuosa e o status de se possuir uma grande escravaria doméstica. Tollenare chegou a comentar a dificuldade de se obter um criado por ser vergonhoso vender um negro de casa.<sup>15</sup> Além disso, exigia-se qualidade nos serviços prestados; e não faltava gente que atendesse. No início dos anos de 1850, comprava-se “uma mulata de boa figura que saiba perfeitamente coser, cortar, fazer vestidos para senhora e outras costuras e que tenha bom comportamento affiançando-se (...): no Recife rua Trapiche, nº 40, segundo andar.”<sup>16</sup>

Mas apenas nas casas ricas uma pessoa se ocupava exclusivamente das tarefas domésticas. Nas demais residências (remediadas e modestas, muitas chefiadas por mulheres) existiam fronteiras muito tênues entre o serviço doméstico e os trabalhos domiciliar e de ganho. Ou seja, além das atividades de cuidado da casa e da família, as pessoas deveriam exercer alguma tarefa rentável para a subsistência dos donos da casa. Nessa perspectiva, vendiam-se duas “pretas criolas com habilidades, moças, uma cose muito bem, engomma, faz lavarinto<sup>17</sup>, cozinha, tudo com perfeição, e a outra tem as mesmas habilidades, menos lavarinto, porém vende fazendas e miudezas na rua: tratar na rua larga do Rosário, loja n. 35”.<sup>18</sup>

Os estoques comerciais e os trastes domésticos se misturavam literalmente quando a unidade de trabalho e a unidade domiciliar ocupavam a casa térrea ou o mesmo pavimento de um sobrado. Os recifenses encontravam para alugar na metade dos anos 1860 “a 10\$000 mensaes a casa térrea n. 263 da rua Imperial, concertada, caiada e pintada, própria para estabelecimento de negocio e moradia: a tratar na rua

---

<sup>12</sup> ZANCHETI, Sílvio. M. *O Estado e a Cidade do Recife* (1836 – 1889), p. 135 - 136.

<sup>13</sup> Tollenare morou no Recife de 1816 a 1818 com interesses comerciais no algodão e escreveu um diário, sendo as partes relativas a Pernambuco e Bahia traduzidas por Alfredo de Carvalho e publicadas sob o título de *Notas Dominicais* 1904 nas Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (v.61) e em 1907 do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (v.14).

<sup>14</sup> TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 201.

<sup>15</sup> TOLLENARE. *Notas Dominicais*, p. 201.

<sup>16</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 12 jan. 1852.

<sup>17</sup> Trabalho de agulha.

<sup>18</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 10 jan. 1852.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

do Crespo n. 15, das 10 horas do dia as 4 da tarde.”<sup>19</sup>As salas de costura estampavam-se copiosamente nas páginas dos jornais da cidade: Rua de Santo Antônio<sup>20</sup>, Rua do Hospício<sup>21</sup>... Os serviços de lavar e engomar roupas também: Rua dos Martírios<sup>22</sup>, Ribeira de São José<sup>23</sup>, Rua da Guia<sup>24</sup>...

Muitas casas comandadas por mulheres ou por homens eram um misto de domicílio, sala de aula, pensionato, oficinas de trabalhos de agulha, bazares ocasionais...<sup>25</sup> Nesta perspectiva, eram anunciados nos periódicos da cidade:

*Maria Amália Costa, e sua irmã residentes na rua da Conceição da Boa Vista n 28, propõe-se a tomar meninas ensinando-as a ler, escrever, costura chã, bordar de matiz de ouro, e todas as qualidades, bem como marcar de todas as formas: também acceitão, e apromptão qualquer obra de modista, como toucados<sup>26</sup>, vestidos, chapeos, & c. tudo com o melhor gosto, e na ultima moda.<sup>27</sup>*

*Uma moça solteira, que se acha em companhia de seus pais com todo recato e honestidade, propõe-se a ensinar a ler, escrever, contar, grammatica universal, musica, doutrina christãa, coser, fazer lavarinto<sup>28</sup>, bordar, marcar por diferentes modos e fazer flores, recebendo também discipulas internas: as pessoas de seu préstimo se quizerem utilizar, dirijam-se à rua Direita, sobrado n. 73, segundo andar.<sup>29</sup>*

No século XIX, segundo os ideais de modernização, as casas deviam civilizar-se na perspectiva iluminista da universalização do saber. Neste sentido, mulheres e homens ofereciam aulas particulares. Os conteúdos destas aulas remontavam o Diretório dos Índios (1757)<sup>30</sup>, lei instituída durante o governo do Marquês de Pombal (1750 – 1777). O documento previa que meninos e meninas aprendessem Doutrina

<sup>19</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 02 jan. 1865.

<sup>20</sup> NUNES NETO, Antonio Pessoa. *Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005, p. 231.

<sup>21</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 28 jan. 1860.

<sup>22</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 12 jan. 1842.

<sup>23</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 01 jan. 1852.

<sup>24</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 02 jan. 1855.

<sup>25</sup> SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História) UFPE, Recife, p. 31, 159 – 160.

<sup>26</sup> “Tocado, s, m, Ornato da cabeça das mulheres.” PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832, p. 132 – 132 ii. Disponível em dicionarios.bbm.usp.br/dicionario

<sup>27</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 03 jan. 1840.

<sup>28</sup> Trabalho de agulha

<sup>29</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 18 jan. 1851.

<sup>30</sup> O Diretório dos Índios ou Pombalino foi uma lei estabelecida em 1757 no Grão-Pará e Maranhão, estendida para o restante do Brasil em 1758, que pôs fim à administração religiosa sobre os aldeamentos indígenas e tentou incorporar os indígenas à produção voltada para o mercado internacional. Ver: AZEVEDO, Anna Elizabeth L. de. *O diretório pombalino em Pernambuco*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

Cristã, a ler, escrever, a contar, e no caso das meninas também aprendessem as prendas domésticas<sup>31</sup>, notadamente a costurar e bordar, entre outras consideradas importantes para uma moça.

As aulas da professora Maria Serafina Vieira iam das oito às onze da manhã, e das duas às cinco da tarde, e ensinavam a ler, escrever, contar as quatro operações aritméticas, doutrina cristã “por Cathecismo aprovado nas aulas públicas”, costura e bordado.<sup>32</sup> Ela era parda e filha legítima de pais pardos forros, todos naturais da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife.<sup>33</sup>

Como os salários das mestras eram baixos, elas atuavam ao mesmo tempo ensinando para meninas e meninos pequenos (até os 10 anos), como bordadeiras e costureiras, babás e instrutoras de escravas<sup>34</sup>, comerciantes ocasionais. Na luta pela sobrevivência, muitas professoras confeccionavam artigos por encomendas, e suas aprendizes acabavam se tornando mão de obra barata, quando elas não produziam seus próprios enxovais.

Muitas das aulas particulares de primeiras letras funcionavam nas ruas principais e mais acessíveis, em geral nas casas dos professores, em locais pequenos, precários, quentes, como eram as casas dos pobres. Do lado de fora, havia muito burburinho de gente e pregões dos ambulantes oferecendo serviços e produtos, barulhos de animais e charretes com mercadorias e pessoas pra lá e pra cá.<sup>35</sup>

As alunas das professoras de primeiras letras faziam parte das camadas altas e médias da sociedade, e muitas vezes dividiam espaço com alunas modestas, “brancas”, “pardas” ou “pretas”, “forras” ou “cativas”. A Câmara do Recife registrou em 1833 nas aulas particulares da professora “Angela Custodia Rufina do Sacramento, (...) 32 alumnos de ambos os sexos, e duas escravas (...)”<sup>36</sup> Outros registros atestam a diversidade do público nas aulas de primeiras letras sempre associadas aos trabalhos de agulha: “Offerece-se para ensinar a ler, escrever, coser, bordar, fazer lavarinto e renda, a qualquer menina, branca, parda, ou preta, forra, ou

---

<sup>31</sup> SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco*. 2006. Tese (Doutorado em História) UFPE, Recife, p. 31.

<sup>32</sup> APEJE, Coleção de Petições, Escolas Particulares (1851 – 1945), f. 12, 13.

<sup>33</sup> SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco*, p. 199.

<sup>34</sup> SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco*, p. 159 – 160.

<sup>35</sup> SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco*, p. 319, 320, 150, 151.

<sup>36</sup> SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco*, p. 203, 204. A referência do documento é: APEJE, 1833 Cód. C.M. – 11, f. 104 v.

captiva, em casa de uma senhora capaz, na rua de Hortas n. 46, por preço commodo”.<sup>37</sup>

Ensinar as habilidades de alguns serviços pessoais podia ser solução para sufoco financeiro, a contar pelas condições exigidas, como o caso da viúva a seguir: “Uma senhora viúva propõe-se a ensinar grátis, negrinhas captivas a coser, engommar e cozinhar, dando seus senhores o sustento, quem quizer dirija-se a rua do Padre Floriano, casa n. 11, que achará com quem tratar.”<sup>38</sup> Tratava-se de uma instrutora, pois o ensino das habilidades estava descolado da escolarização. Tanto instrutoras como professoras podiam se deslocar até as residências dos aprendizes.

Significativo foi identificar a existência de lojas e oficinas que além de oferecerem variavelmente serviços de engomar, coser e fazer almoço e jantar, também ensinavam tais habilidades. Em alguns casos é possível observar o público alvo desse serviço, a exemplo das “negras”, “pretas”, “pardas” e “escravas”:

*Quem quiser dar costuras groças e finas tanto de homem como de mulher para coser, e também escravos para aprehenderem a engomar com toda a perfeição, dirija-se a rua da Sanzalla nova lado do poente sobrado D. 5 primeiro andar q' achará com quem tractar.*<sup>39</sup>

*Na rua da Matriz da Boa Vista n. 34 ensina-se a engommar a pretas e pardas captivas, e também se engomma e lava roupa com toda a perfeição, e por preço commodo.*<sup>40</sup>

*Lava-se e engomma-se com promptidão e asseio, e por preço muito commodo, também ensinam-se escravas a engommar: as pessoas que pretenderem, podem dirigir-se a Fora de Portas, rua do Pilar n. 24.*<sup>41</sup>

Como o público alvo das aulas era formado pelas “negras”, “pretas”, “pardas” e “escravas”, então as aulas podiam englobar além das escravas, as forras e livres. Os três primeiros qualitativos, como alguns estudos tem defendido, não estavam necessariamente associados à escravidão ou à origem africanano Recife de meados do século XIX, e sim à cor da pele.<sup>42</sup> Se mulheres forras eram instruídas por professoras particulares de primeiras letras, por que não estariam nas lojas e oficinas acima descritas? Estes tipos de estabelecimentos deviam ser cheios de forras. Igualmente, não é possível descartar a existência de “negras” livres nestas “aulas”, e

<sup>37</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 07 jan. 1845.

<sup>38</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 27 jan. 1857.

<sup>39</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 24 jan. 1837.

<sup>40</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 08 jan. 1853.

<sup>41</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 11 jan. 1851.

<sup>42</sup> Ver, por exemplo: MAcCORD, Marcelo. *O rosário dos homens pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848 – 1872*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP, São Paulo.

que não eram freqüentadas pelos (i)migrantes do interior da província e do exterior. Certamente mulheres brancas livres pobres/empobrecidas também compunham o público das “aulas” em lojas e oficinas, pelo menos em alguns estabelecimentos. Dessa maneira, anúncios não especificavam a cor ou a procedência do público a que se destinava:

*Na officina de calçados da rua estreita do Rosário, antiga Quartéis n. 14, precisa-se de costureiras para trabalhar em borzeuins de debrum de obra; etc.; ensina-se aos que não souberem sem abatimento algum de seu ordenado: contrata-se por mez ou conforme convier as partes.<sup>43</sup>*

Das habilidades anteriormente tratadas, ensinar a cozinhar parecia ser a mais oferecida aos meninos. Deste modo, no final dos anos 1840 o Botequim Esperança recebia moleques para aprenderem a ser bons cozinheiros em pastelaria e massas, ou se aperfeiçoarem neste labor, em pouco tempo.<sup>44</sup> Pelo século XIX adentro, aprendizes de cozinheiros podiam ser solicitados: “Na rua do Trapiche Novo numero 22. Café restaurant du commerce, precisa-se de dous ajudantes de cozinheiros, ou de dous escravos de pouca idade, que queiram aprender o officio de cozinheiro”.<sup>45</sup>

É viável imaginar que as instrutoras ou, certamente, os instrutores – os casos não deixam claro o sexo deles - podiam ser cativos, libertos ou livres pobres, “negros”, “pardos” ou “brancos”. Se o ensino de primeiras letras, com importância para a civilidade, estava em larga medida sob a responsabilidade de pessoas modestas, descendentes de africanos e de escravos, o ensino das habilidades tratadas podia estar nas mãos de cativas/os, forras/os e livres pobres. Em geral, os ofícios manuais não eram bem vistos. O silêncio dos anúncios a respeito do perfil dos instrutores corrobora com o argumento; se fossem brancos e/ou de famílias abastadas ou estrangeiros certamente estariam em destaque.

## **Conclusões**

Em se tratando da formação ocupacional dos trabalhadores, o francês Tollenare indicou que a prática acontecia com os escravos, ao escrever: “Aconselharia a um Europeo (sic) que viesse para aqui, ainda mesmo só para passar um ano, que

---

<sup>43</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 20 jan. 1857.

<sup>44</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 02 jan. 1849.

<sup>45</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 04 jan. 1860.

comprasse um negro novo e o formasse à sua vontade; no fim de dois ou três meses, se a escolha não tiver sido muito feliz, já se pode dele tirar partido.”<sup>46</sup> Neste último trecho, certamente o francês estivesse se referindo à utilidade do “negro” para os trabalhos de ganho e de aluguel ou para ser vendido.

Uma razão óbvia para mulheres (escravas, forras e livres pobres/empobrecidas) ocuparem espaços de aprendizado dos labores pessoais era a presença expressiva de gente desenvolvendo muito mal as suas tarefas, ou no mínimo desempenhando-as “sofrivelmente”, como vários anúncios alegavam. Um exímio trabalhador possuía mais chances de trabalho. Outra razão pode ser extraída das observações de Koster ao visitar uma propriedade perto da capital:

*excelentes senhoras e o bom padre têm grande número de escravos que lhes pertencem exclusivamente. É a intenção alforriar a todos e, para prepará-los, muitos homens aprendem vários ofícios e as mulheres se exercitam em trabalhos de agulha, bordados e as muitas especialidades da culinária.*<sup>47</sup>

*[Mais adiante, Koster ainda escreve:] As mulheres podem também empregar-se e ter os seus ganhos em liberdade. Fazem doces e bolos e são cozinheiras, amas e copeiras.*<sup>48</sup>

A subsistência dos egressos da escravidão e o interesse em explorá-los no mundo do trabalho também constituíram motivos para que os mesmos adquirissem competências laborais. A população liberta e livre pobre, mesmo podendo ser absorvida por outros tipos de ocupações, com certeza era mão de obra potencial para os trabalhos doméstico, domiciliar e ambulante.

A produção acadêmica articula cada vez mais os mundos do trabalho e a educação formal e informal. No entanto, prevalece o estudo do “chão da fábrica” e até “do ensino de ofícios, ministrado para o artesanato, a manufatura (...) a indústria”<sup>49</sup>, e o comércio – a exemplo dos aprendizes de caixeiros<sup>50</sup>, universos que se apresentam associados aos homens.

---

<sup>46</sup> TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*, p. 201.

<sup>47</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978, p. 208.

<sup>48</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 400. [] Intervenção nossa.

<sup>49</sup> CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005, p. 2.

<sup>50</sup> CÂMARA, Bruno A. D. *Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX*. MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria E. (orgs.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 69 – 84.



No que concerne ao trabalho doméstico, prevalece a ideia na historiografia e no senso comum de que ele não exige uma mão de obra qualificada. Aprende-se essencialmente com a convivência, de maneira quase inconsciente e progressiva. Talvez por isso a temática não tenha se transformado em problema central para o campo da história, sendo abordada de maneira diminuta e secundária.

As pesquisas acerca do aprendizado das tarefas domésticas gravitam em torno de quatro linhas de análise. Uma delas encara o trabalho doméstico como um serviço não especializado, ou seja, ele não constituía um ofício. Dentro dessa perspectiva, merece relevo os seguintes argumentos: “a larga utilização das cativas como empregadas domésticas deve ter servido para afastá-las dos ofícios”<sup>51</sup>; “Os trabalhos domésticos eram considerados uma atividade que não necessitava de longa aprendizagem, poderia ser realizada por ‘qualquer um’, principalmente se fosse mulher”<sup>52</sup>.

A segunda linha classifica as tarefas domésticas de acordo com o seu nível de especialização. Assim, estudos apontam terem comportado certa especialização os afazeres de mucamas, pajens, amas de leite, amas secas, até os serviços gerais da casa realizados por copeiras, cozinheiras, lavadeiras e costureiras, chegando às tarefas mais penosas e degradantes efetuadas pelos aguadeiros, despejadores de dejetos, etc.<sup>53</sup>

Outro campo interpretativo, ao pesquisar o acolhimento de meninas enjeitadas e órfãs em instituições assistencialistas, circunscreve a educação voltada para as mesmas no domínio do Estado, que estava preocupado em lhes dar um destino útil e socialmente aceito, longe da vadiagem e da prostituição. Então, pesquisas focalizam a instrução de meninas nos afazeres do lar dentro dos Colégios das Órfãs como parte das ações do Estado para inseri-las nos mercados matrimonial e do serviço doméstico.<sup>54</sup> Isso quando as órfãs não eram tuteladas por pessoas que na realidade

---

<sup>51</sup> LIBBY, Douglas C. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Junia F. (Orgs). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 57-73, p. 67. O texto de Douglas Libby trata de Vila Rica no começo do século XIX.

<sup>52</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002, p. 158.

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988, p. 13.

<sup>54</sup> Ver, por exemplo: MARCÍLIO, Maria L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998; NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008; \_\_\_\_\_: *A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura*. NASCIMENTO, Alcileide C. do e GRILLO, Maria Â. (orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 185-198; MOURA, Vera L. B.

queriam utilizar a mão de obra delas em diversos serviços, notadamente nos domésticos, muitas vezes compulsoriamente.<sup>55</sup>

A quarta interpretação inscreve-se no processo de emancipação dos escravos e de preparação para o trabalho livre no Brasil de 1870 em diante. A partir de então, meninas desamparadas e desvalidas teriam em Escola denominada Doméstica: “Ensinos práticos e valores cristãos [que] as habilitariam ‘não só para dignas mães de família ou professoras, como excelentes criadas e governantas de casa, de modo a poderem ocupar com vantagem o vácuo que a emancipação vai deixando no santuário das famílias’”.<sup>56</sup> A domesticidade e o trabalho doméstico estiveram sujeitos à interferência de distintas instituições e vozes no sentido de moralizá-los, regulá-los e ordená-los.

Este trabalho inicia um esforço para desnaturalizar a idéia de trabalho doméstico. Relaciona o aprendizado das habilidades tratadas com as necessidades e precariedades das famílias pobres de professoras, instrutoras e aprendizes que lançavam mão da formação como estratégia de sobrevivência, já que os ricos e burgueses exploravam esses trabalhadores, demandando serviços “de qualidade” nas suas residências e nas redes comerciais de abastecimento durante o desenvolvimento urbano do Recife oitocentista.

## BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Gislane Campos. Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. *Revista Histórica*, edição nº 27 Ano 03 de novembro de 2007.

BOTIN, Livia Maria. *Trajetórias cruzadas: meninos, moleques e juizes em Campinas (1866 – 1899)*. *Revista Histórica*, edição nº 19 Ano 02 de fevereiro de 2007.

---

de. Pequenos Aprendizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX. 2003. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife; BRITO, Rose K. *Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850)*. NASCIMENTO, Alcicleide C. do e GRILLO, Maria Ângela (orgs.). *Cultura, gênero e infância*. p. 199-212.

<sup>55</sup> Ver, por exemplo: AZEVEDO, Gislane Campos. *Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX*. *Revista Histórica*, edição nº 27 Ano 03 de novembro de 2007; BOTIN, Livia Maria. *Trajetórias cruzadas: meninos, moleques e juizes em Campinas (1866 – 1899)*. *Revista Histórica*, edição nº 19 Ano 02 de fevereiro de 2007. *Revista on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo*.

<sup>56</sup> CUNHA, Olívia M. *Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. CUNHA, Olívia M. G. da e GOMES, Flávio dos S. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377-417, p. 384.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

BRITO, Rose K. *Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850)*. NASCIMENTO, Alcileide C. do e GRILLO, Maria Ângela (orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Ed. da UFPE, 2007, p. 199-212.

CÂMARA, Bruno A. D. *Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX*. MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria E. (orgs.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007, p. 69 – 84.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 41 – 78.

CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, Olívia M. Gomes da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. CUNHA, Olívia M. G. da e GOMES, Flávio dos S. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377-417.

Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIBBY, Douglas C. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Junia F. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 57-73.

MAcCORD, Marcelo. *O rosário dos homens pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848 – 1872*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP, São Paulo.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

MARCÍLIO, Maria L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.

MOURA, Vera L. B. de. *Pequenos Aprendizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.

\_\_\_\_\_. A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura. NASCIMENTO, Alcileide C. do e GRILLO, Maria Â. (orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 185-198.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. *Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em [dicionarios.bbm.usp.br/dicionario](http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario)

SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História) UFPE, Recife.

SILVA, Maciel H. C. da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

ZANCHETI, Sílvio. M. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo.

**“CONTRA O INIMIGO COMUM: PERNAMBUCO E PORTUGAL”: NOTÍCIAS DA  
CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO JORNAL SPECTADOR BRASILEIRO  
EM 1824**

**Francisco Weber Pinto Porfírio<sup>1</sup>**

RESUMO

O início do séc. XIX foi marcado por intensos acontecimentos e debates que contribuíram para a consolidação do Estado Nacional e ajudaram a mudar a história política do Brasil. Temas determinantes como a Revolução Constitucionalista de Portugal (1820), a Independência política (1822), e a criação e dissolução da Assembleia Constituinte (1823), ultrapassaram o âmbito do palácio imperial e chegariam com toda voracidade, por meio dos jornalistas, aos olhares e ouvidos do público. Entretanto, o ano de 1824 pode ser considerado basilar neste processo, tendo em vista que a outorga da nossa primeira Constituição e a eclosão da Confederação do Equador ameaçaram a frágil conjuntura política do Império. Neste sentido, era preciso centralizar o controle político da nação em D. Pedro (e da província do Rio de Janeiro), haja vista que para além dos fatos mencionados acima, ainda havia boatos de uma suposta investida militar portuguesa ao território brasileiro, o que poderia condicionar o Brasil novamente ao status de colônia. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar as notícias publicadas na província do Rio de Janeiro sobre a Confederação do Equador pelo jornal *Spectador Brasileiro* durante o ano de 1824. No qual atentamos problematizar os discursos construídos que visavam associar a província de Pernambuco (por meio dos rebeldes da Confederação do Equador) e Portugal (invasão portuguesa) como inimigas da “nação brasileira”, prejudicando a estabilidade territorial e a atuação do governo monárquico. Partindo dessa premissa, enquanto proposta teórico-metodológica, visamos manter diálogo mediado com a historiografia sobre o Brasil Oitocentos, com discussões teóricas articuladas aos elementos da atual História Política e com o manuseio de fontes variadas (decretos, ofícios), sobretudo as produzidas pela imprensa. Neste interim, consideramos as colocações do historiador norte-americano, Robert Darnton (1990) a respeito da história dos meios de comunicação, sobretudo, da imprensa, o qual atribui ao editor o papel de “manipuladores tanto da realidade quanto dos homens” (p.77), inclusive, chamando atenção para o percurso corrido pela notícia, o que em muitos casos, resulta diretamente na escolha do conteúdo a ser lido pelo leitor. É mister mencionarmos que também propomos analisar as 75 edições do jornal *Spectador Brasileiro* publicadas no corrente ano, atentando-se para termos/conceitos (*nação, pátria, anarquia*, entre outros) que possibilitem compararmos os ideais e preceitos defendidos por ambos os envolvidos nos acontecimentos de 1824.

---

<sup>1</sup>Aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História Social da Universidade Federal do Ceará. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista (SEBO-UFC). O trabalho em questão corresponde ao resumo preliminar de um tópico do primeiro capítulo ainda em fase de conclusão da pesquisa intitulada “(Re) pensando a nação: notícias da Confederação do Equador nos jornais *Spectador Brasileiro* (RJ) e *Diário do Governo do Ceará* em 1824. E-mail: weber.porfirio@hotmail.com

[...] todo malfeitor, ao atacar o direito social, converte-se pelas más acções num rebelde e num traidor da pátria. Deixa de ser seu membro ao violar as suas leis e ao fazerlhe guerra. Desde então, a conservação do Estado é incompatível com a sua; Um deles tem de morrer e, quando se condena à morte o culpado, é mais como inimigo do que como cidadão<sup>2</sup>.

Ao tentar estabelecer as bases para a organização política da sociedade francesa ainda no século XVIII, o filósofo francês Jean Jacques Rousseau levantaria não apenas questões pertinentes sobre as atribuições do indivíduo/povo para com o corpo social a qual está inserido, como constituiria, a partir dos princípios de *soberania* uma vez definida mediante o *Contrato Social*, um dos alicerces principais para a formação das nações modernas. Entretanto, entre outros conflitos políticos causados pela não harmonia coletiva concebida via ordem social, aquele que tentasse prejudicar o tratado social logo seria percebido enquanto inimigo, cabendo a este sofrer toda as consequências do seu ato, haja vista que a proteção/defesa do estado passa a ser incompatível com a sua existência.

A explanação em torno do conceito de inimigo idealizado por Rousseau, salvo suas respectivas particularidades, incita-nos a adentrar nas discussões políticas ocorridas no Brasil em 1824, sobretudo, as relacionadas a Confederação do Equador e a Portugal. Naquele ano, o recém-criado estado nacional ainda passava por processos que visavam ratificar sua imagem, imponência e soberania enquanto nação moderna nos trópicos. É neste momento conturbado que destacamos a atuação do tipógrafo e livreiro francês Pierre Planchere seu jornal “*O Spectador Brasileiro*” na produção dos discursos constitutivos acerca desses “inimigos”.

## Introdução

No decurso de quatro anos (1820-1824), os jornais e os redatores da Província do Rio de Janeiro ganharam certa notoriedade com relação a produção e circulação de impressos. Se a Imprensa Régia apenas divulgava informações oficiais, os jornais <sup>3</sup> posteriores, principalmente após a suspensão da censura<sup>4</sup>, passaram a formar um campo de opiniões e debates acerca dos principais assuntos políticos do período: Revolução Constitucionalista de

---

<sup>2</sup>ROSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social*. Trad. Mário Franco de Souza. Portugal: Editorial Presença, 2010. p.48. Disponível em:

[https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/132381/mod\\_folder/content/0/JeanJacques%20Rousseau-O%20Contrato%20Social-P%C3%ABablico%20%282010%29.pdf?forcedownload=1](https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/132381/mod_folder/content/0/JeanJacques%20Rousseau-O%20Contrato%20Social-P%C3%ABablico%20%282010%29.pdf?forcedownload=1). Acesso em 01/12/2017.

<sup>3</sup> Podemos enumerar como exemplo, os seguintes jornais: *O Constitucional* (1822), dos redatores José Joaquim da Rocha e Padre Belchior Pinheiro de Oliveira; *A Malagueta* (1821/22), do redator Luis Augusto May e *Correio do Rio de Janeiro* (1822/23), redigido por João Soares Lisboa.

<sup>4</sup> Em 02 de março de 1821, D. João VI resolveu conceder temporariamente a liberdade de opinião da imprensa no Brasil, deixando ciente de que aguardassem o novo projeto de Constituição (Portugal) para sua regularização. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm) Acesso em: 01/07/2014.

Portugal (1820), Emancipação Política (1822), e a criação e dissolução da Assembleia Constituinte (1823). Em 1824, a tensão entre Brasil e Portugal e as divergências causadas pela outorga da Carta Constitucional nas províncias do Norte foram amplamente difundidas e discutidas pelos jornais de várias províncias, especialmente na capital do Império.

Promovia-se o momento de união. Todos deveriam compactuar para formação e defesa da nação, a unidade territorial garantiria a soberania e a liberdade que tanto custara a ser conquistada. Firmava-se identidades, o “ser brasileiro” destoava do “ser português” graças aos desentendimentos resultantes da separação junto a antiga Metrópole, mesmo assim, podemos entendê-la enquanto processo, como afirma Gladys Sabina Ribeiro:

Forjava-se um distanciamento da Nação portuguesa, ao mesmo tempo que se tentava submetê-la e subjugar-la, aniquilando-se sua imagem e impondo a todos um modelo de cidadania brasileira, pautada no amor à Causa da liberdade, transformada em Causa da Independência, e esta em Causa do Brasil: fidelidade ao Príncipe, centralizador do poder a partir do Sudeste, e à Monarquia Representativa, [...] <sup>5</sup>

Neste sentido, as construções políticas responsáveis pela formação identitária desses “novos” sujeitos nos possibilitam entender que aqueles não aderiram a *Causa Nacional*, atentassem contra o Imperador ou comprometessem a unidade territorial logo seriam concebidos como ameaça a segurança da nação, um inimigo a ser combatido. No entanto, para além dos ofícios, manifestos e decretos, era preciso disseminar, e conseqüentemente construir a imagem dos desafetos.

Havia na cidade do Rio de Janeiro em 1824, cinco tipografias, uma nacional (Imprensa Régia) e quatro particulares<sup>6</sup>. Dessas oficinas, destaca-se a Tipografia Plancher, responsável pela publicação do *Spectador Brasileiro* de 1824 a 1827. O periódico marcou o início das atividades comerciais de Pierre Plancher<sup>7</sup> no Brasil, possibilitando-o ampliar seu campo de atuação profissional para edição e venda de livros.

---

<sup>5</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitano no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002. p. 62

<sup>6</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil. T.28, v.31, pt.2. Rio de Janeiro: IHGB. 1865. p. 169-224. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1865&searchword438-to=1865&moduleId=219&Itemid=174>

<sup>7</sup> A polícia de Paris havia informado a Corte brasileira sobre a chegada de um perigoso francês adepto ao *bonapartismo*, portador de livros e ideias subversivas. Após o incidente com apreensão de sua bagagem pela alfândega carioca, Pierre Plancher conseguiu uma audiência com o D. Pedro, e logo em seguida, obteve permissão para abrir sua livraria e tipografia sob o título de Impressor Imperial (MOREL, 2002, p. 25-26).

**Portugal e a recolonizaçõnas páginas do *Spectador Brasileiro***

BRASILEIROS estreitemos os vínculos de nossa união; engrossemos esta muralha salvadora dos Estados; todas as providencias tomadas pelo Governo são em nossa defeza, expirem por huma vez as convulsoens produzidas pelos partidos; a cauza he huma sô, geral para todos, e d'ella dependem nossos futuros destinos, nossa grandeza, nossa força, e nossa estabilidade como Nação reconhecida, e digna da aliança de todas as Nações<sup>8</sup>.

A edição número I do *Spectador Brasileiro* foi publicado no dia 28 de junho de 1824 sob o título de *Clamor Nacional dirigido aos Illustres e Nobres Brasileiros*. Com apenas 2 folhas, o impresso é praticamente uma apresentação, quase pedagógica, do editor Pierre Plancher e dos princípios basilares que irão nortear a maioria das edições daquele ano: O enaltecimento de D. Pedro I e os ideais de *nação, união e liberdade*. Plancher busca conscientizar nos leitores fluminenses uma ideia de união partindo da urgência do entrelaçamento desses *brasileiros* em prol de uma causa maior, a estabilidade e reconhecimento do estado nacional.

É possível perceber nas páginas destinadas aos “nobres brasileiros” que os “flagelos”, os “males” que tanto assustavam a população da época, não vinham de “forças inimigas” que estavam por atacar a nação, e sim, provinham da nossa falta de integridade, das nossas divergências, o que segundo o tipógrafo francês, ameaçava nossa existência política<sup>9</sup>. Contudo, no dia 01 de julho de 1824, na edição de número II, são publicadas as notícias vindas de um pacote inglês que desembarcou no Rio de Janeiro dando conta, por meio do periódico-luso *Gazeta da Madeira*, de uma provável conspiração de Portugal contra o Brasil, apresentando assim as “forças inimigas” que miravam contra o país.

Neste ponto, nota-se que Plancher emprega-se de seu argumento para fazer com que o leitor entenda que a harmonia do recém-criado Império dependia da resolução de duas pendências de origem externa e interna. Como apontou Manoel Luiz Salgado Guimarães:

[...] é no mesmo movimento de definição da Nação Brasileira que se está definindo também o “outro” em relação a ela. Movimento de dupla face, tanto para dentro quanto para fora. Cabe-nos, aqui, perguntar quem é definido como o “outro” desta Nação, seja no plano interior, seja no plano externo<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup>*Clamor Nacional dirigido aos Illustres e Nobres Brasileiros*. 28 de junho de 1824. Rio de Janeiro: Typografia Plancher. nº I. p. 2

<sup>9</sup>Ibidem. p. 1.

<sup>10</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1. 1988. p.7.



As observações realizadas pelo autor, ainda que se atentem as singularidades desses “outros” na formação e a sistematização de uma escrita do Estado Nacional a partir do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) no séc. XIX, reforçam nosso intento de apreender, no ano de 1824, os possíveis “inimigos da nação”, entendido nesse duplo movimento do “outro”. Os boatos de uma investida militar e os vários distúrbios causados pelos portugueses foram ficando cada vez mais evidentes a cada decreto expedido pela Corte ou notícia publicada nos jornais brasileiros entre os anos de 1822/23. Em agosto de 1822, o Príncipe Regente deixava os brasileiros cientes de que podiam “*Declarar inimigas todas e quaisquer tropas que de Portugal, ou de outra qualquer parte forem mandadas ao Brasil seja para que fim for, assim como as tripulações e guarnições dos navios que vierem*”<sup>11</sup>.

Já em 1823, após muitos conflitos, as Juntas Provisórias de Governo que aderiram a *Causa da regeneração portuguesa* orientada pelo Decreto do dia 01 de outubro de 1821<sup>12</sup>, foram extintas pelo Imperador via Lei descrita no dia 20 de outubro de 1823<sup>13</sup>, a qual determina que “*Ficam abolidas as Juntas Provisorias de Governo, estabelecidas nas Provincias do Imperio do Brazil por Decreto de 29 de Setembro de 1821*”. No mesmo documento, D. Pedro I estabelece a forma de administração das províncias em diante, “*Será o Governo das Provincias confiado provisoriamente a um Presidente e Conselho*”. Vale mencionar que o Presidente da província seria escolhido e destituído pelo próprio Imperador. Este último ponto motivará uma serie de descontentamentos nas províncias do Norte.

Na extensa Proclamação do dia 10 de junho de 1824, D. Pedro I comunica aos *brasileiros* que:

[...] Expulsadas de todo o Império as tropas Lusitanas, com que as côrtes Jacobinas e Machiavelicas de Portugal pretenderam recolonizar este vasto e rico paiz; achando-se Sua Majestade Fidelissima em estado de poder obrar livremente, e não tendo nós até agora excedidos limites de uma justa defesa; era de esperar que o Governo Portuguez, avisado e previsto, não desconhecendo os imperiosos motivos, que obrigaram o Brazil a arvorar o pendão da Independência, a que nos forçaram, oferecendo-nos, com ramo de oliveira na mão, bem calculadas e mutuas vantagens comerciais, e solidas garantias de paz e amizade perfeita e duradoura. Não acontece porém assim. A justiça da nossa causa, julgada perante o tribunal da opinião publica no mundo civilisado, não calou ainda no coração de alguns Ministros Portuguezes,

---

<sup>11</sup> Defesa do Brasil ante possíveis ataques de tropas vindas de Portugal- Decreto do Príncipe Regente (1º de agosto de 1822). In: *Primeiro Reinado (1822-1831)*. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, (orgs). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª Ed, Brasília: 2002, volume 1. p. 618.

<sup>12</sup> Como mencionado anteriormente (p.4), o documento foi um dos fatores utilizados pelos *brasileiros* para acusar as ambições recolonizadoras de Portugal contra o Brasil. Decreto expedido em 01 de outubro de 1821 nas *Leis das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*.

<sup>13</sup> Lei de 20 de outubro de 1823. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/antioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html)

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

voluntariamente cegos, ou talvez fascinados pela ambição; e a sorte das armas é o tribunal a que recorrem; querem guerra, guerra inútil e sem objecto<sup>14</sup>.

A aparente sensação de força e vitória das tropas imperiais do Império brasileiro relatadas pelo Imperador logo vão findando em expectativas nada agradáveis conforme sua exposição de mais boatos de expedições militares de Portugal:

Muito ha que circulam entre nós boatos de expedições militares de Portugal contra este Império, e ainda que a evidencia do nosso bom direito, e a justiça e habilidade, que suppuhamos presidirem no Conselho de sua Majestade Fidelissima, lhes davam o character de improváveis, cuidei todavia em tomar sem aparato, nem estrondo, como convinha, as medidas compatíveis com a actual situação do Império, para repelirmos qualquer agressão contra esta Capital, e todas as outras Províncias. Hoje porém que Portugal tirou a mascara, e as ultimas gazetas de Lisboa falam claramente n'uma expedição contra o Brazil, que devia sahir em breve do porto daquela capital, é Meu dever, como Vosso Imperador, e Defensor Perpetuo, Chamar vossa atenção para este objecto<sup>15</sup>.

D. Pedro I se colocava disposto a tomar todas as medidas compatíveis para evitar qualquer ataque as províncias. Mas naquele ano, foram edificadas somente no Rio de Janeiro as fortificações de: *Paraty, Sepetiba, Tahogany, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Marapicú, Pilar, Engenho Velho, Pedregulho (Irajá), Inhaúma, Aguassú (Iguaçu), Merity, Lagoa, Jacotinga, São Gonçalo, Macacú, Tapacorá, Macaé, Inhomirim e Cabo Frio*<sup>16</sup>. Ficando notório seu interesse em preservar seus domínios na Corte.

De fato, havia-se uma tensão, um clima de guerra eminente, boatos que se alastravam pelas demais províncias e geravam expectativas sobre o futuro do recém proclamado estado brasileiro. Se havia ou não a confirmação de um ataque português. É importante salientarmos que a imprensa não só noticiava, mas também produzia os acontecimentos<sup>17</sup>. Se as declarações oriundas do Paço Imperial chegavam primeiro aos militares e ao corpo político das províncias, Plancher tratava de propalar no cotidiano da capital fluminense um dos receios que tanto incomodavam a “paz” da nação.

No dia 05 de julho de 1824, na seção “Reflexoens” do *Spectador Brasileiro*, Plancher comenta a respeito das tensões de guerra ao mesmo tempo que se esforça para dar visibilidade positiva em torno da figura do Imperador, frisando sua dedicação em resguardar a província do Rio de Janeiro:

---

<sup>14</sup>Proclamação- 10 de junho de 1824. *Sobre a expulsão das tropas Lusitanas para fora do Império*. Coleção das Leis do Império do Brazil. Parte 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.p. 103.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup>RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitano no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002. p. 80.

<sup>17</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 16.

Em quanto a anarquia trabalha com denodo, e com descaramento em paralyzar a vida moral da Nação, forcejando mesmo para que dezande a roda política do Estado, vê-se S.M.I. visitando os pontos mais descobertos da Província; erguendo novas fortificações, e municinando-as com todos os pretextos de guerra; mandando reconstruir, e reforçar outras; preparando huma Marinha capaz de fazer frente ao inimigo, organizando, e disciplinando o Exercito; **fazendo virem d'outras Províncias corpos de reforço para se reunirem em hum centro** (grifo meu) [...]<sup>18</sup>.

Esse reforço extra nas tropas imperiais do Rio de Janeiro mobilizará uma serie de queixas provenientes dos presidentes das províncias do Norte, especificamente Ceará e Pernambuco. Descontentes com a política de defesa empregada pelo Imperador. Interessante notar que os protestos não foram sequer mencionados por Plancher nas páginas do *Spectador*, preferindo este apenas elogiar as decisões vindas da Corte.

A esperança depositada em volta de D. Pedro I, um nobre capaz de alterar os ânimos da nação, proteger e revitalizar o frágil exército brasileiro num curto espaço de tempo, perdurava nas observações de Plancher:

Eu direi com franqueza que o Brasil unido debaixo da égide do Imortal Imperador que abrio a carreira de sua fortuna acedendo aos votos da nação, será inconquistável, e no espaço de poucos annos huma potência das classes das mais respeitáveis pela superabundância das suas riquezas naturaes<sup>19</sup>.

A relação Brasil/potência/riqueza não significava meramente um plano futuro, o presente contemplava-se desse anseio provedor. O hipotético percurso o qual a nação destinava-se, dependia do envolvimento e aceitação do projeto político da Corte, concretizada a cada ação do presente. Sob a égide de D. Pedro I o país seguiria, não ocorrendo nenhum contratempo, sua predestinada jornada que o colocaria entre as mais *respeitáveis* nações. A intenção de firmar esse elo comum no seio da população fluminense (e demais brasileiros) tendo o Imperador (e o Rio de Janeiro) na qualidade de principal alicerce provedor dessa *união*, decorria também de outras preocupações. Nada pior para um estado *duplamente liberal* do que registrar baixas na economia. Buscando conquistar o maior número de sectários defensores de D. Pedro I e contra o Reino português, Plancher expõe seu ponto de vista prevendo o caos da economia nacional em caso de comprovação da incursão lusa no Brasil:

As vozes até aqui espalhadas sobre a vinda de tropas tem hum objecto bem vizivel, que só escapará a aquelles, que não conhecem as intrigas dos Gabinetes, e os tramas que preparam com fins diversos dos ostensivos; o alvo he o amortecimento do

<sup>18</sup> O Spectador Brasileiro. nº 4, 05 de julho de 1824. p. 3

<sup>19</sup> O Spectador Brasileiro, nº II. 01 de julho de 1824. p.2.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

commercio, fonte da vida das Nações, de suas riquezas, e de sua consideração para com os Estrangeiros. Todos fogem d'huma Nação ameaçada, e os seus gêneros de exportação perdem na balança mercantil pela falta de transações comerciais<sup>20</sup>.

Muito sagaz a opinião do editor acerca dos prováveis danos ao comércio, sendo que o *Spectador* circulava em uma das ruas economicamente mais importantes da Corte, a rua do Ouvidor. Espaço de grande concentração de comerciantes estrangeiros (franceses e ingleses) e brasileiros. Aos poucos as notícias que repercutiam os rumores do suposto embate português contra o Brasil vão perdendo força, quer dizer, perdem primazia frente as notícias do acordo da independência do Brasil em Londres, e do “caos” vivido pelos portugueses. Cartas pessoais e trechos de jornais (nacionais e estrangeiros) com informações de um a dois meses anteriores as edições publicadas revelavam e formavam as temeridades do presente:

Desde o nosso ultimo numero vieraõ-nos á mão cartas escritas de Lisboa com a data de 09 e 10 de Agosto próximo passado, e que trouxe o Navio Inglez que entrou na terça feira passada. Com a leitura d'ellas pode huma pessoa fazer idéa da tristíssima situação política do desgraçado Portugal, situação esta verdadeiramente insofrível e que mais se parece com as ultimas convulsões da agonia do que com a febre das paixões politicas comovidas. Portugal he muito fraco para que possa por muito tempo sustentar semelhantes comoções que por fim de tudo hão de acabar com ele<sup>21</sup>.

Plancher passava a expor aos leitores um Portugal internamente e externamente ameaçado. Um reino em ruínas graças aos sucessivos problemas internos agravados desde quando D. Miguel atentara apossar-se da Coroa portuguesa. Se em 1824 o prognóstico em volta de Portugal não era dos melhores, no Rio de Janeiro, Plancher exalta o reconhecimento da independência do Brasil por parte dos Estados Unidos da América em 26 de maio do ano corrente. A edição do dia 30 de agosto de 1824 trazia duas páginas adicionais dedicadas exclusivamente a parabenizar (com reflexões no que diz respeito a união das províncias em prol da unidade nacional) a nação brasileira pelo grande feito.

Embora algumas atuações diplomáticas no velho continente intencionando a autonomia política do Brasil junto ao Reino Unido de Portugal e Algarves fossem decorrentes desde 1822, foi em 1824 que os tratados pelo reconhecimento político da nação passaram a ser um dos grandes objetivos de D. Pedro I<sup>22</sup>, tanto que “[...] representantes brasileiros foram enviados à Europa- a Viena, Paris e Londres – para cuidar do caso. Londres, contudo, acabou

---

<sup>20</sup> O *Spectador Brasileiro*, nº IV. 05 de julho de 1824. p 4.

<sup>21</sup> O *Spectador Brasileiro*, nº XL, 01 de outubro de 1824. p. 2

<sup>22</sup> Os representantes brasileiros na Europa em 1824 foram Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa.

tornando-se o centro das negociações”<sup>23</sup>. Inglaterra, França, Portugal e as monarquias componentes da Santa Aliança compunham direta e indiretamente as nações mediadoras do acordo<sup>24</sup>.

Foi preciso mais um tempo para que os ajustes atingissem o nível de satisfação preterido por ambas as partes implicadas. O desfecho e o reconhecimento da independência da nação brasileira assinado por D. João VI em conjunto com o tratado de paz, veio somente em agosto de 1825. Todavia, optamos por não adentrar nas demais pendências que no decurso dos seis primeiros meses de 1825 continuaram mobilizando os agentes ingleses, brasileiros e portugueses na resolução dos acordos. Ratificamos que neste momento, nos interessa inferir, através das notícias difundidas no Rio de Janeiro em 1824 pelo editor Pierre Plancher no jornal *O Spectador Brasileiro*, nos discursos que nos possibilitam interpretar a construção da imagem de Portugal como um dos “inimigos” da nação brasileira.

#### **Pernambuco: o perigo que vem do Norte**

Retomando a proposição inicialmente levantada pela reflexão de Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988), caracterizado o “outro” no plano externo, concentramos nossa atenção em identificar os discursos desse “outro” (ou outros) no plano interno repercutidos semanalmente nas páginas do *Spectador* em 1824. Se a priori focamos de forma singular no reconhecimento da independência do Brasil consoante o que era decidido externamente pelos países implicados em sua solução, é mister levarmos em consideração que a harmonia/união interna do Império compunha-se como outro fator determinante para que estas nações reconhecessem essa autonomia. Na análise da autora Olga Panteleão:

[...] as outras nações levariam naturalmente em conta, ao considerarem a possibilidade de reconhecimento, a organização do país, a estabilidade do seu Governo e das suas instituições. [...] Daí a necessidade de o Governo dominar completamente o cenário interno para poder pretender o reconhecimento<sup>25</sup>.

Essa preocupação com o cenário interno levantado pela autora também se fez presente nos posicionamentos de Plancher editados nas páginas do *Spectador*. Na ocasião,

---

<sup>23</sup> PANTALEÃO, Olga. *O Reconhecimento do Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3)* 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 379.

<sup>24</sup> Sabemos da importância desse assunto para os rumos políticos do Brasil, contudo, reconhecemos que essa breve explanação do cenário político da época, ainda que necessite de mais esclarecimentos devido à complexidade dos fatos, as reviravoltas políticas e as ações interpretadas pelos sujeitos, supre momentaneamente nosso intento.

<sup>25</sup> *Ibidem*. p. 378.

ponderamos o trecho abaixo presente na mesma edição comemorativa do reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos:

[...] está o Governo Imperial Solidamente estabelecido em todas as Províncias; e se contra ele se acha, por ora, levantados, n'hum só ponto, alguns malvados, he sem dúvida porque quis a Providencia nos oferecer huma ocasião de provar ao Mundo inteiro que o Governo de S.M. I além de *regular e estável* (grifo do autor), he também *forte e enérgico* (grifo do autor)<sup>26</sup>.

A estabilidade e regularidade citada pelo editor, assim colocado para o entendimento dos fluminenses, contrapunha com todo o quadro político restante do Império, sobretudo, em algumas províncias localizadas no Norte do país. Aliás, a região Norte, em virtude dos conflitos eclodidos mormente em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX, já se configurava enquanto espaço contestatório e de agitações políticas. Lugar de *alguns malvados*, usando as palavras de Plancher.

A tênue relação com o “Norte” foi agravada quando no dia 02 de julho de 1824, Manuel de Carvalho Paes de Andrade<sup>27</sup>, publicou o manifesto convidando as demais províncias do Brasil a se juntarem ao novo projeto de governo escolhido pelas províncias do Norte (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco), denominado Confederação do Equador, assim, conseguiriam se libertar dos grilhões que mantinham o Brasil preso a um modelo de governo atrasado, que em nada parecia com o aguardado modelo americano ou condizente com o século das luzes.

O ato dos pernambucanos em proclamar um modelo de governo divergente da Monarquia Constitucional causou a fúria do Imperador e de seus apoiadores. A resposta da Corte a tamanha rebeldia não demorou muito. Nos decretos expedidos em 26 de julho de 1824, mais especificamente no que se refere a suspender provisoriamente para a Província de Pernambuco as disposições do Parágrafo 8, Art.179<sup>28</sup>, da Constituição Política do Império. D. Pedro I declara a população que:

---

<sup>26</sup> O Spectador Brasileiro, nº XXVII, 30 de agosto de 1824. p. 4

<sup>27</sup> Intendente da Marinha e um dos envolvidos na revolta pernambucana de 1817. Foi eleito, no lugar de Francisco Paes Barreto, Presidente da Província de Pernambuco sem o consentimento de D. Pedro I no final de 1823 e confirmado no cargo no início de 1824. Mesmo não tendo sido proclamado oficialmente, é reconhecido como Presidente da Confederação do Equador.

<sup>28</sup> Art. 179. *A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constiuição do Império. Parágrafo XVIII. Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e neste dentro de vinte quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações próximas aos logares da residencia do Juiz; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, atenta a*

Achando-se a integridade deste Império ameaçada pela desastrosa rebeldia, e facção de alguns habitantes de Pernambuco, desgraçadamente alucinados pelo rebelde Manoel de carvalho Paes de Andrade, chefe da mesma, que temerariamente ousou proclamar a desmembração daquela Provincia do Império, e outras do Norte, a titulo de Confederação do Equador, como manifesta das suas pérfidas, incendiarias, revolucionarias, e malvadas proclamações, dirigidas ao habitantes da mesma, e mais Províncias, chegando até aleivosamente a atacar a Minha Pessoa, e Suprema Autoridade, e a prohibir que se jurasse o liberal projecto da Constituição pedido, e jurado pelas mais Províncias do Império [...]”<sup>29</sup>.

O documento condena a postura de Manoel de Carvalho e o imputa por ter separado as províncias do Norte do restante do Império do Brasil em prol de um governo federativo<sup>30</sup>. O Decreto, dirigido as *autoridades competentes*, além de ambicionar restabelecer a *segurança publica* da província, há àquela altura entregue a *anarquia*, requeria impedir o avanço das *incendiarias, revolucionárias e malvadas* proclamações “carvalhinas”. Das 19 províncias do Império, Bahia e Minas Gerais, regiões limítrofes com a província de Pernambuco, terão atenção especial no combate a propagação dos ideais espalhados pelos confederados. Nas vilas e cidades, para além do aparato militar, fazia-se urgente divulgar e formar uma opinião pública contrário aos horrores vindos do Norte que ameaçavam a integridade do estado nacional.

As notícias sucedidas em Pernambuco despontaram nas folhas impressas do *Spectador* no dia 08 de julho de 1824. Nesta edição, é possível perceber duas formas de abordagens (dentre outras) da Confederação do Equador que perdurariam no impresso durante o segundo semestre do ano corrente: A defesa de um governo legitimado pela Monarquia Constitucional em oposição a república/democracia; e a injúria dos dirigentes pernambucanos em contraposição a outras províncias do Norte.

No tocante a edição mencionada, Plancher escreveu um pequeno artigo intitulado “Pernambuco” expondo sua opinião a respeito da república/democracia:

---

*extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por ele assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu acusador, e os das testemunhas, havendo-as.* In: BRASIL, *Constituição Política do Império do Brazil*, de 25 de março de 1824. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao24.htm) Acesso em 30/12/2017.

<sup>29</sup> *Decreto-26 de julho de 1824. Manda suspender provisoriamente para a Província de Pernambuco, as disposições do § 8º do Art. 179 da Constituição Política do Império.* In: BRASIL, *Colleção das Leis do Império do Brazil*. Parte 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 48.

<sup>30</sup> Chama-nos atenção a acusação de D. Pedro I a respeito do separatismo pretendido por Manoel de Carvalho Paes de Andrade dias depois do manifesto que instituiu a Confederação do Equador no dia 02 de julho de 1824. Essas informações destoam da ideia de separatismo da Confederação do Equador defendida pelo autor Evaldo Cabral de Mello, o qual considera ter sido a chamada *historiografia fluminense* do Segundo Reinado responsável por esta ação. Ver em: MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 17.

Se os antigos tivessem descoberto o systema Monarquico Constitucional com as garantias próprias deste systema, não se lembrariaõ de crear essas democracias furiosas tão fataes aos homens de bem, aos ricos proprietários, aos beneméritos da Pátria; tão funestas em fim aos mesmos mais encarniçados Democratas. He com estas idéas gigantescas em outros séculos que hoje os facciosos excitaõ os Povos sem moral, sem educação, no infeliz estado de ignorância, em que nos deixou a velha politica<sup>31</sup>.

Mesmo não citando diretamente os confederados fica subtendido quem seriam os *facciosos* adeptos da velha política incompatível com o sistema almejado pelos *homens de bem* do Império. Inclusive, não há se quer menção de nenhum personagem do conflito, é Pernambuco e os *infelizes pernambucanos*, agora, novamente associados a república/republicanos. A ocasião permitiu que Plancher rememorasse junto ao leitor fluminense os episódios da “revolução pernambucana” de 1817.

Lembraõ ao povo as scenas horríveis de 1817, e com essas pinturas gritaõ = fujamos, fujamos do Depotismo do Rio de Janeiro = Que! Supporaõ eles que nós somos escravos, ignorantes, que naõ conhecemos o que um Governo Monarquico Constitucional? Nós experimentamos as suas vantagens; mil graças ao Imperador [...]<sup>32</sup>.

Tentar associar os episódios ocorridos em 1817 com os que estavam sendo noticiados em 1824 seria uma forma de dar continuidade ao imaginário republicano existente em Pernambuco oposto aos projetos políticos pensados para o Brasil tanto pela Corte portuguesa quanto pelo Império no Rio de Janeiro. Essa oposição, fruto da breve ruptura com a Monarquia em 1817, ajudou a estabelecer uma *identidade política espacialmente referenciada*<sup>33</sup> em algumas províncias do Norte, formando *um corpo político sobre a negação da legitimidade da monárquica e de sua soberania*<sup>34</sup>.

A reflexão de Plancher em tom de diálogo com o leitor, dando a entender que *osdemaogos* pernambucanos achavam que os fluminenses (ou os brasileiros?) eram *escravos eignorantes* por não saberem o que é melhor para o país, reforçou ainda mais o empenho do editor em atacar o sistema de governo republicano.

<sup>31</sup> O Spectador Brasileiro, nº V, 08 de julho de 1824. p. 1.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>33</sup> BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união*. In: JANCSÓ, István (org). Brasil: *formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijui; Fapesp, 2003. p. 232

<sup>34</sup> Ibidem,.



Como bem apontou Arthur Ferreira dos Reis<sup>35</sup>, a desordem da república pernambucana (e dos demais confederados) destoavam da ordem existente no governo monárquico constitucional. Na edição de 27 de julho de 1824, ao comentar, por meio de cartas chegadas da Bahia e do Recife, sobre o estado em que se encontravam as respectivas províncias, Plancher mencionava pela primeira vez o nome da revolta, Confederação do Equador, e do convite feito ao *povo brasileiro das províncias do Norte* se juntar aos revolucionários de Pernambuco. Também deixava registrado que a Bahia recebeu as proclamações com desprezo, ressaltando a tranquilidade da província<sup>36</sup>.

Em 30 de julho de 1824, Plancher dedica quase toda a edição do *Spectador* para criticar e questionar as intenções dos participantes da Confederação do Equador. Em auxílio a figura do Imperador, é divulgado na página inicial uma declaração do próprio D Pedro I se defendendo e atacando Manoel de Carvalho:

A honra nacional, e a Minha achão-se ofendidas nos escritos incendiários, manifestos e Proclamações, em que o intruso Presidente de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes d'Andrade, e sua facção ousão (ò Ceus, que atentado) declarar uma *Federação* (grifo do autor); que insulto maior poderá haver, do que ir contra a opinião geral da Nação, que abraçou a Constituição por Mim oferecida, e por Nós jurada, e que quer, que eu seja respeitado, e obedecido como Devo ser. Dizer que o systema actual não he bom, que he melhor um *Federativo* (grifo do autor), não clama ao Ceo vingança<sup>37</sup>?

Reiterasse o intuito de colocar os confederados contra a nação. A autoridade da Corte parecia padecer a cada manifesto emitido pelos pernambucanos que questionavam o monarca e seu contestado projeto de governo. Ainda na declaração, percebe-se que D. Pedro I colocasse na condição de defensor da nação, apontando o inimigo a ser abatido pelo bem da unidade territorial: “Brasileiros, se esta não he a ocasião de Eu Salvar a honra Nacional, e vós a do vosso Imperador não aparecerá outra mais oportuna, e o bello solo brasileiro será dilacerado pela Anarquia”<sup>38</sup>.

O receio de ver o Império desmembrado em pequenas repúblicas, semelhante aos eventos em processo nas possessões da América espanhola, pairavam nos escritos emitidos pela Corte. O assunto envolvendo as conturbações deste tipo de governo não passaram

---

<sup>35</sup>REIS, Arthur Ferreira. “*Anarquistas*” e “*Servis*”: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. 2016. p 47-56.

<sup>36</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XIII, 27 de julho de 1824, p. 1.

<sup>37</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XIV, 30 de julho de 1824, p. 1.

<sup>38</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XIV, 30 de julho de 1824, p. 1.

despercebidas nas folhas impressas do *Spectador*, onde foi possível notar o aumento de notícias relacionadas a diversos conflitos no México<sup>39</sup>, Colômbia<sup>40</sup>, Chile e Peru<sup>41</sup>, entre outros. Algumas dessas notícias eram seguidas dos informes da Confederação do Equador, possibilitando assim uma possível associação do “caos” almejado tanto pelos republicanos das províncias do Norte quanto dos dirigentes dos demais países independentes da Coroa hispânica.

Não obstante as afirmações e acusações da Corte Imperial e dos editores que comungavam com os interesses do Imperador, sobretudo, o *Spectador Brasileiro*, em oposição as ambições dos confederados pernambucanos, consideramos, além disso, a intenção de Plancher em noticiar que Manoel de Carvalho e suas tropas afrontavam algumas províncias, mormente, a Bahia, incitando um clima de inimizade e conturbação geral entre as províncias:

Também nos disseram, que as folhas publicas daquela Provincia, isto he, os escriptos dos apaniguados de Carvalho (o sábio redactor da Pernambucana, já não escreve, e nem mais lá existe) tratão aos Bahianos por escravos e cobardes, atacando, o quanto he possível, as nossas Authoridades constituídas! Com tudo os Céos permititão que nunca entre na cabeça de bahiano algum desejar a liberdade que reina no Recife, e muito menos seguir o systema Carvalhino, que outro não he se não o da violencia, e a anarquia, para poder a seu bel-grado tyranisar os povos.<sup>42</sup>

Os paraibanos, historicamente vinculados a Pernambuco, também teriam sofridos com as agressões do governo de Manoel de Carvalho. Através de notícias correntes de julho e agosto chegadas mediante a presença de um pacote baiano no Rio de Janeiro, Plancher relatou que o Presidente da província da Paraíba, Felipe Nery Ferreira, se refugiou na Bahia motivado pela *violência exercida pelas tropas pernambucanas*, o que por sua vez, não afetou o apoio da maioria da população ao governo imperial, dedicados de coração a Corte fluminense<sup>43</sup>. Outrossim, houve investidas militares das tropas rebeldes de Pernambuco na província de Alagoas, onde pretendiam atacar Francisco Paes Barreto, refugiado no norte da província em decorrência das hostilidades sofridas desde a eleição de Manoel de Carvalho, porém, o avanço não obteve sucesso em virtude do empenho do Governador das Armas com

---

<sup>39</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XVIII, 09 de agosto de 1824, p.3-4.

<sup>40</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XXII, 18 de agosto de 1824, p. 1-2.

<sup>41</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XXIII, 20 de agosto de 1824, p. 3-4.

<sup>42</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XIV. 30 de julho de 1824. p. 3.

<sup>43</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XXIII. 20 de agosto de 1824. p. 4

amparo do Tenente Coronel de Milícias, adeptos da monarquia constitucional, e que desfizeram completamente os *amotinadores*<sup>44</sup>.

Com essas notícias, Plancher dedicava-se a narrar os acontecimentos da Confederação do Equador indicando que as intrigas dos pernambucanos não se limitavam apenas ao Rio de Janeiro, e sim, com todos aqueles que não compactuassem com o modelo de governo cobiçado pelos confederados. O término da guerra em Pernambuco, em 17 de setembro de 1824, noticiado na edição do dia 04 de outubro<sup>45</sup> em forma de narrativa destacando as vitórias das tropas imperiais e na edição seguinte do dia 06 de outubro através da *Proclamação aos Habitantes de Pernambuco*<sup>46</sup> escrita pelo Brigadeiro Lima e Silva, significou, a partir do *Spectador Brasileiro* o fim da batalha militar que reprimiu os anarquistas do “Norte” e sua tentativa de proclamar uma república/federação no país.

### **Considerações finais**

Ao longo do ano de 1824, Plancher assentou suas posições ideológicas junto a uma concepção de estado capitaneada por D. Pedro I, ou seja, acreditavam contribuir para formação e equilíbrio de uma grande *comunidade imaginada*<sup>47</sup> a partir dos anseios orientados pela Corte e seus objetivos momentâneos: o reconhecimento político da independência do Brasil, o juramento de todas as vilas e cidades a Constituição e a união das províncias em torno da Corte no Rio de Janeiro. Entretanto, Portugal e Pernambuco foram expostos na condição de “inimigos” da nação<sup>48</sup> devido as circunstâncias adversas motivadas, sobretudo, pela contestação (ou não reconhecimento) do poder central no Rio de Janeiro. As relações políticas com D. Pedro I e com demais tipógrafos e editores fizeram de Plancher e seu *Spectador Brasileiro* um dos mais importantes e influentes jornais da Corte em 1824.

### **FONTES:**

---

<sup>44</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XIV. 30 de julho de 1824. p. 2

<sup>45</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XLI, 04 de outubro de 1824, p. 3-4.

<sup>46</sup> *Spectador Brasileiro*, nº XLII. 06 de outubro de 1824. p. 3-4.

<sup>47</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

<sup>48</sup> O fato também colaborou para difundir um suposto ideal separatista pretendido pela Confederação do Equador.

## 1.JORNAL:

Spectador Brasileiro. Rio de Janeiro, Typografia Plancher. (1824). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pasta=ano%20182&pesq=>  
Acesso em 12/06/2017. (75 edições de 1824).

## 2.FONTESMANUSCRITASEDIGITAIS:

-*Primeiro Reinado (1822-1831)*. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, (orgs). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª Ed, Brasília: 2002, volume 1.

- BRASIL, Decreto de 02 de março de 1821. Sobre a liberdade da Imprensa. DIM/1821 (Decreto do Império). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm) Acesso em 01/07/17.

\_\_\_\_\_, Lei de 20 de outubro de 1823. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/anterioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anterioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html) Acesso 27/09/2017.

\_\_\_\_\_, *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ContituiC3%A7ao\\_24htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ContituiC3%A7ao_24htm). Acesso em: 27/08/2017.

\_\_\_\_\_, *Decreto- 26 de julho de 1824*. Manda suspender provisoriamente para a Província de Pernambuco, as disposições do § 8º do Art. 179 da Constituição Política do Império. In: BRASIL, *Colleção das Leis do Império do Brazil*. Parte 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 48.

\_\_\_\_\_, *Defesa do Brasil ante possíveis ataques de tropas vindas de Portugal*- Decreto do Príncipe Regente (1º de agosto de 1822). In: *Primeiro Reinado (1822-1831)*. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, (orgs). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª Ed, Brasília: 2002, volume 1. p. 618.

*Primeiro Reinado (1822-1831)*. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, (orgs). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª Ed, Brasília: 2002, volume 1.

\_\_\_\_\_, *Proclamação- 10 de junho de 1824. Sobre a expulsão das tropas Lusitanas para fora do Império*. *Colleção das Leis do Império do Brazil*. Parte 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.p. 103.

## BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil. T.28, v.31, pt.2. Rio de Janeiro: IHGB. 1865. p. 169-224. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1865&searchword438-to=1865&moduleId=219&Itemid=174>

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil- 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união*. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. *A Confederação do Equador*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

CARVALHO, José Murilo de, PEREIRA, Lúcia Maria Bastos (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. 3ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. p. 64-125.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e outros estudos (1808-1853)*. São Paulo: Alameda, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1. 1988

HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3)* 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

ANAIS I ENCONTROS IMPERIAIS: sociedade e política no Brasil oitocentista  
ISBN

\_\_\_\_\_, *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PANTALEÃO, Olga. O Reconhecimento do Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira (Tomo II- O Brasil Monárquico, v.3)* 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV editora. 2003.

REIS, Arthur Ferreira. “Anarquistas” e “Servis”: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

ROSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social*. Trad. Mário Franco de Souza. Portugal: Editorial Presença. 2010. Disponível: [https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/132381/mod\\_folder/content/0/JeanJacques%20Rousseau-O%20Contrato%20Social-P%C3%ABablico%20%282010%29.pdf?forcedownload=1](https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/132381/mod_folder/content/0/JeanJacques%20Rousseau-O%20Contrato%20Social-P%C3%ABablico%20%282010%29.pdf?forcedownload=1). Acesso em 01/12/2017

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.